

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

MAIARA RAQUEL CAMPOS LEAL

**NET-ATIVISMO E O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL ENTRE DUAS
CONTROVÉRSIAS: #VEM PRA RUA E #NÃO VAI TER GOLPE**

GOIÂNIA

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

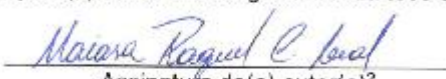
Nome completo do autor: MAIARA RAQUEL CAMPOS LEAL

Título do trabalho: NET-ATIVISMO E O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL ENTRE DUAS CONTROVÉRSIAS: #VEM PRA RUA E #NÃO VAI TER GOLPE.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 11 / 10 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

NET-ATIVISMO E O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL ENTRE DUAS
CONTROVÉRSIAS: #VEM PRA RUA E #NÃO VAI TER GOLPE

MAIARA RAQUEL CAMPOS LEAL

Dissertação apresentada como pré-requisito para a obtenção de título de Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás – UFG, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Telma Ferreira do Nascimento Durães.

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

LEAL, Maiara Raquel Campos
NET-ATIVISMO E O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL
ENTRE DUAS CONTROVÉRSIAS: #VEM PRA RUA É #NÃO VAI TER
GOLPE [manuscrito] / Maiara Raquel Campos LEAL. - 2018.
xvi, 151 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Telma Ferreira do Nascimento DURÃES.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas,
lista de figuras, lista de tabelas.

1. Net-ativismo. 2. Corrupção. 3. Discurso. 4. Controvérsias. 5.
Impeachment. I. DURÃES, Telma Ferreira do Nascimento, orient. II.
Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

MAIARA RAQUEL CAMPOS LEAL

Aos trinta e um dias do mês de agosto de 2018, às 14 horas, na sala de webconferência, no Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufaiçal, da Universidade Federal de Goiás realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de dissertação da mestranda Maiara Raquel Campos Leal, intitulado *NET-ATIVISMO E O DISCURSO ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL ENTRE DUAS CONTROVÉRSIAS: #VEM PRA RUA E #NÃO VAI TER GOLPE*. A Banca Examinadora foi composta pelas/o seguintes: Professora Doutora Telma Ferreira do Nascimento Durães (UFG-presidenta), Professora Doutora Heloisa Dias Bezerra (UNIRIO, via webconferência) e Professor Doutor José Elias Domingos Costa Marques (IFG). A candidata apresentou o trabalho, as/o examinadoras/o a arguíram e ela respondeu às arguições. Às _____ horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo à mestranda os seguintes resultados:

☒ Aprovada () Reprovada

Prof.ª. Dra. Telma Ferreira do Nascimento Durães

☒ Aprovada () Reprovada

Prof.ª. Dra. Heloisa Dias Bezerra

☒ Aprovada () Reprovada

Prof. Dr. José Elias Domingos Costa Marques

Resultado Final Aprovada

Reaberta a sessão pública, a Presidenta da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Leticia Ferreira Angélica, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Leticia Ferreira Angélica

Leticia Ferreira Angélica

Assistente em Administração
Secretaria do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia/PPGS
Faculdade de Ciências Sociais /UFG
Matrícula SIApe n. 2071790

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a espiritualidade superior que me protege, me ilumina e me abençoa todos os dias. Em segundo lugar ao meu companheiro de todas as horas e que tanto me incentiva aos estudos, Guilherme de Freitas Leal, (obrigado pelo seu amor, carinho, beijos, compreensão e ouvidos, já que eu falo sem parar e você pacientemente me escuta e me aconselha em meus anseios, desleixos e devaneios, te amo muito!). Também quero agradecer aos meus queridos pais, Robson e Luzia (que me proporcionaram a beleza da vida) e que tanto se esforçaram na minha criação e dos meus irmãos. Aos meus sogros maravilhosos, Fátima e Oclecio, que me auxiliaram com suporte financeiro e emocional durante toda a minha formação acadêmica, inclusive na Pós-graduação.

Também quero agradecer a oportunidade de ter cursado esse Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, ao qual tenho orgulho de ter feito parte desde a minha graduação em Ciências Sociais com habilitação em Políticas Públicas. Agradeço imensamente pela bolsa de produtividade da CAPES-Demanda Social, sem a qual não teria sido possível completar essa etapa de estudos. Sou imensamente grata por ter encontrado pelo caminho colegas de diferentes localidades, temas de pesquisa e personalidades, que foram muito especiais e que me lembrarei com carinho ao longo da minha vida. Aprendi muito com os professores que me acompanharam durante essa etapa de formação e as disciplinas por eles ministradas, como o Jordão Horta Nunes, Revalino Freitas, Fernando Trejo, Janine Collaço, que me auxiliaram na compreensão da Sociologia e os seus métodos de ensino, além da paciência que tiveram com as minhas dificuldades.

Tenho muito a agradecer a professora doutora Heloisa Dias Bezerra que me acompanhou durante grande parte dessa pesquisa na condição de orientadora e por motivos burocráticos foi desligada dessa função, aceitando participar como membro externo da banca de defesa. Sou grata pelo esforço a mim dedicado enquanto orientadora e pela parceria desde o meu segundo semestre da graduação em Ciências Sociais, quando tive oportunidade de ser bolsista voluntária em uma das pesquisas coordenada pela professora, que me abriu os caminhos da vida acadêmica e científica ainda em 2011. Quero agradecer também ao professor doutor José Elias Domingos Costa Marques, pela gentileza de ter aceitado participar como membro avaliador da minha banca de defesa.

Agradeço especialmente a querida professora doutora Telma Ferreira do Nascimento Durães, que foi uma grande parceira ao longo dessa caminhada, desde quando ministrou uma das disciplinas que cursei e que tive o imenso prazer de ser sua aluna. Também aceitou me acompanhar e ser minha avaliadora durante o meu estágio obrigatório de docência e finalmente, aceitando assumir a minha orientação, praticamente aos “45” do segundo tempo. Saiba que te admiro muito e fico feliz pelas possibilidades por nós encontradas e trilhadas. Obrigada pela paciência até quando procrastinei e tive tique nervoso no olho, foi muito bom ouvir suas palavras, sua alegria, sua calma e suas risadas.

E por fim, agradeço a mim, por finalmente, ter terminado essa pesquisa com satisfação de ter a sensação do dever cumprido! Até a próxima...

Ora, reconhecemos uma revolução quando podemos assinalar duas dinâmicas: uma, que é aquela das contradições nessa sociedade, aquela da luta de classes ou de grandes afrontamentos sociais. Em seguida, uma dinâmica política, quer dizer, a presença de uma vanguarda, classe, partido ou ideologia política, enfim, uma ponta de lança que carrega consigo toda a nação.

Michel Foucault

RESUMO

Esta dissertação buscou retratar as controvérsias presentes durante o ciclo de manifestações que ocorreram no Brasil entre 2015 e 2017 e que tiveram como bandeira de luta dois discursos e correntes ideológicas: uma contra a corrupção e a favor do impeachment de Dilma Rousseff, que se apropriaram do slogan enquanto controvérsia #Vem Pra Rua; e outro que era contra o “Golpe Parlamentar” e a favor do mandato de Dilma Rousseff e que se apoiaram no slogan/controvérsia #Não Vai Ter Golpe. O objetivo geral é investigar se os coletivos que se filiaram a esses discursos e bandeiras de luta podem ou não ser considerados movimentos net-ativistas aos moldes do sociólogo italiano Massimo de Felice (2013). Os objetivos específicos consistem em expor algumas dessas controvérsias através dos enunciados, imagens e discursos proliferados nas redes sociais e durante os atos nas ruas. A nossa metodologia de pesquisa propõe o entrelaçamento da Cartografia de Controvérsias com a Análise do Discurso, no intuito de revelar as redes discursivas que se formaram em torno dessas controvérsias no país, durante o período analisado. Com esse estudo, buscou-se um debate sobre a recente e acirrada polarização ideológica e política e os desdobramentos que essa disputa acarretou para o país, tanto nas redes como nas ruas e na sociedade em geral.

Palavras-Chave: Net-ativismo; Corrupção; Discurso; Controvérsias; Impeachment.

ABSTRACT

This dissertation sought to portray the controversies present during the cycle of manifestations that took place in Brazil between 2015 and 2017 that had as a banner of struggle two discourses and ideological currents: one against corruption and in favor on the impeachment of Dilma Rousseff, who appropriated the slogan as controversy #Vem Pra Rua; and another that was against the “Parliamentary Coup” and who supported in the slogan/controversy #Não Vai Ter Golpe. The general objective is to investigate whether the collectives who joined these discourses and fight flags may or may not be considered net-activist movements in the mold of the Italian sociologist Massimo Di Felice (2013). The specific objectives are to expose some of these controversies through statements, images and speeches proliferated in social networks and during acts on the streets. Our research methodology proposes the interweaving of the Cartography of Controversies with the Discourse Analysis, in order to reveal the discursive networks that were formed around these controversies in the coun during the analyzes period. With this study, we sought a debate about the recent and inte ideological and political polarization and the developments that this dispute has brought to country, both on the networks, on the streets and in society in general.

Key Words: Net-activism; Corruption; Speech; Controversies; Impeachment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estatística de Operações da Polícia Federal entre 2003 e 2016.....	31
Figura 2: Ranking de Percepção da Corrupção - Transparência Internacional – 2017.....	42
Figura 3: Topologia as redes: centralizada, descentralizada e distribuída.....	56
Figura 4: Imagem de alguns dos mais influentes líderes dos coletivos MBL e Vem Pra Rua durante as manifestações Pró-Impeachment.....	70
Figura 5: MBL protocola pedido de impeachment contra Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados ao final da Marcha pela Liberdade.....	76
Figura 6: Print das páginas que facilitam a doação de dinheiro para os coletivos MBL e VEM PRA RUA em seus sites - 2018.....	78
Figura 7: Bonecos utilizados nas Manifestações Pró-Impeachment nas ruas entre 2015-2016.....	80
Figura 8: Nuvem de palavras e hashtags mais utilizadas durante as manifestações pró-impeachment extraídas de 105 imagens analisadas entre 2015 e 2016	82
Figura 9: Mosaico de imagens das Manifestações Pró-Impeachment.....	83
Figura 10: Nuvem de palavras e hashtags mais utilizadas durante as manifestações contra o golpe extraídas de 71 imagens analisadas entre 2015 e 2016.....	93
Figura 11: Cartografias e nuvem de palavras do #NãoVaiTerGolpe no Facebook entre os dias 12 e 19 e entre o dia 19 e 27 de março de 2016.....	94
Figura 12: Manifestações com o slogan #Não Vai Ter Golpe e Pró Dilma Rousseff (PT).....	95
Figura 13: Diagrama em torno da controvérsia #Vem Pra Rua: enunciados e discursos a ela associados nas Manifestações a favor do Impeachment entre 2015 e 2016.....	113

Figura 14: Diagrama em torno da controvérsia #Não Vai Ter Golpe e os enunciados e discursos a ela associados nas Manifestações a favor do Impeachment entre 2015 e 2016.....	113
Figura 15: Estimativas de Geolocalização das Manifestações do dia 13 de março de 2015 (Pro-Dilma) e do dia 15 de março de 2015 (Contra Dilma).....	115
Figura 16: Estimativas de geolocalização da maior Manifestação Contra Dilma Rousseff (PT) que ocorreu no dia 13 de março de 2016 (domingo).....	116
Figura 17: Estimativas de geolocalização da maior Manifestação Pró Dilma (PT) que ocorreu no dia 18 de março de 2016 (sexta-feira).....	117
Figura 18: Macrodiscursos expostos no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> sobre as manifestações entre março de 2015 e dezembro de 2016 no Brasil – Pró-Dilma e Contra Dilma.....	118
Figura 19: Mosaico de imagens que expressam emoções durante as Manifestações filiadas a controvérsia #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016 no Brasil.....	119
Figura 20: Mosaico de imagens que expressam emoções durante as Manifestações filiadas a controvérsia #Não Vai Ter Golpe entre 2015 e 2016 no Brasil.....	120
Figura 21: Mosaico de imagens contendo discursos e enunciados presentes nos cartazes das Manifestações filiadas à controvérsia #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016 no Brasil.....	121
Figura 22: Mosaico de imagens contendo discursos e enunciados presentes nas manifestações filiadas à controvérsia do #Vem Pra Rua e que continha um teor negativo em relação às figuras de Dilma Rousseff ou Lula entre 2015 e 2017.....	122
Figura 23: Enforcamento simbólico de Dilma e Lula em um dos protestos filiados a controvérsia #Vem Pra Rua em março de 2015.....	123
Figura 24: Controvérsias expostas nos cartazes segurados pelos manifestantes durante os protestos filiados a controvérsia #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016.....	124
Figura 25: Mais controvérsias expostas nos cartazes segurados pelos manifestantes durante os protestos filiados a controvérsia #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016.	124

Figura 26: Discursos e enunciados expostos nas manifestações filiadas à controvérsia do #Não Vai Ter Golpe entre 2015 e 2016 no Brasil.....	126
Figura 27: Mosaico de imagens que expressam conflitos físicos e simbólicos entre os indivíduos filiados às duas controvérsias analisadas: #Vem Pra Ru e a #Não Vai Ter Golpe entre 2015 e 2017 no Brasil.....	127
Figura 28: Mosaico de imagem de políticos corruptos participando das manifestações filiadas a controvérsia do #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016.....	129
Figura 29: Mosaico de imagens das manifestações Fora Temer do dia 24 de maio de 2017.....	137
Figura 30: Charge que representa as manifestações entre 2015 e 2017 no Brasil.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Legislação que auxilia no combate a corrupção no Brasil – 2017.....	38
Quadro 2: Instituições Públicas que atuam no combate à corrupção no Brasil.....	40
Quadro 3: Principais ONGs e entidades do Terceiro Setor que se auto definem como um coletivo de combate à corrupção no Brasil.....	45
Quadro 4: Alguns coletivos que se auto definem contra a corrupção e atuaram nas redes e nas ruas entre 2014-2017 no Brasil e em sintonia com a controvérsia “#Vem Pra Rua”	74
Quadro 5: Cronologia dos protestos entre 2015 e 2017 – tendo como alvo o cenário político e o combate a corrupção no Brasil.....	101
Quadro 6: Descrição das etapas metodológicas sugeridas pela Cartografia de Controvérsias e maneiras que foram aplicadas na nossa pesquisa.....	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Notícias relacionadas ao assunto Movimento Brasil Livre e Movimento Vem Pra Rua na Web entre outubro de 2014 (quando surgem nas redes) e dezembro de 2017.....	84
Gráfico 2: Comunidade Online relacionados ao assunto Movimento Brasil Livre e Movimento Vem Pra Rua na Web entre outubro de 2014 (quando surge) e dezembro de 2017.....	84
Gráfico 3: Notícias relacionadas aos termos MBL e VEM PRA RUA no Youtube entre outubro de 2014 (quando surge nas redes) e dezembro de 2017.....	85
Gráfico 4: Notícias relacionadas ao termo Não Vai Ter Golpe na Web, entre outubro de 2014 e dezembro de 2017.....	88
Gráfico 5: Notícias comparadas entre os termos Vem Pra Rua e Não Vai Ter Golpe na Web entre outubro de 2014 e dezembro de 2017.....	89
Gráfico 6: Notícias publicadas no Youtube com os termos Impeachment de Dilma Rousseff e Não Vai Ter Golpe entre outubro de 2014 e dezembro de 2017.....	89
Gráfico 7: Referências encontradas na Web com os termos Impeachment de Dilma Rousseff e Impeachment é Golpe entre outubro de 2014 e dezembro de 2017.....	90
Gráfico 8: Manifestações no Brasil entre 2015 e 2017 em torno das controvérsias analisadas.....	130
Gráfico 9: Busca pelos termos #Vem Pra Rua e # Não Vai Ter Golpe na Web em todas as categorias entre outubro de 2014 e dezembro de 2017.....	131
Gráfico 10: Polarização política nas redes sociais do Brasil em março 2013 via Facebook.....	131
Gráfico 11: Polarização política nas redes sociais do Brasil em março 2014 via Facebook.....	133
Gráfico 12: Polarização política no Brasil em março 2016 via Facebook.....	136

LISTA DE SIGLAS

ANT- Actor-Network Theory

CC – Cartografia de Controvérsias

CGU – Controladoria Geral da União

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate a Corrupção e a Lavagem de Dinheiro

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

MACOSPOL – Mapping Controversies on Science for Politics

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MPF – Ministério Público Federal

MVPR – Movimento Vem Pra Rua

PF – Polícia Federal

PGR – Procuradoria Geral da República

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSL – Partido Social Liberal

PP- Partido Progressista

PT- Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RMS – Rede de Movimentos Sociais

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TAR – Teoria Ator-Rede.

TMR – Teoria da Mobilização dos Recursos

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

TCU – Tribunal de Contas da União

TPP – Teoria dos Processos Políticos

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UMB – União dos Movimentos de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEGRO - União de Negras e Negros Pela Igualdade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 CORRUPÇÃO E POLÍTICA.....	21
1.1 Sobre corrupção, os homens e a política.....	21
1.2 Trajetórias da corrupção no Brasil.....	26
1.3 O combate à corrupção no Brasil.....	32
1.4 Dados atualizados sobre corrupção no Brasil.....	40
2 AÇÕES EM REDE E O NET-ATIVISMO.....	46
2.1 Movimentos sociais: um conceito em mutação.....	46
2.2 O conceito de rede e as ações coletivas.....	51
2.3 Conceituando e situando o net-ativismo.....	56
2.4 Surgimento e experiências de ações net-ativistas no mundo.....	59
2.5 Net-ativismo e o discurso anticorrupção no Brasil entre duas controvérsias.....	64
2.5.1 Sobre a controvérsia #Vem Pra Rua.....	68
2.5.2 Sobre a controvérsia #Não Vai Ter Golpe.....	87
3 EXERCITANDO O MÉTODO.....	98
3.1 Cronologia dos Protestos.....	98
3.2 Retomando a cartografia de controvérsias.....	101
3.3 O discurso anticorrupção no Brasil e suas controvérsias.....	108
3.4 Controvérsias e conflitos em imagens.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	143

INTRODUÇÃO

O combate à corrupção no Brasil é um discurso presente nas mídias, nos programas jornalísticos e permeiam os debates políticos, a justiça, as leis, as relações entre os indivíduos e mais recentemente, se tornou bandeira de luta de alguns coletivos ou movimentos sociais. Os reflexos das práticas corruptas são expostos a todo o momento, principalmente, aos brasileiros de baixa renda, que sofrem as consequências imediatas da má gestão do dinheiro público. Na maioria dos casos, são pessoas que não tem acesso a uma escola de qualidade, a saúde pública e o transporte são precários, falta saneamento básico, sobra obras públicas inacabadas, falta accountability administrativa, sendo grande o desvio de dinheiro público e casos de enriquecimento ilícito. O descaso dos representantes com os seus representados faz com que o país seja visto como um dos mais corruptos do mundo, e combater e punir esses crimes ainda não tem sido muito eficaz, principalmente, se os corruptos forem políticos.

Entre 2013 e 2017, ocorreram distintas mobilizações no Brasil, e a indignação com a corrupção esteve presente em muitas delas. Os discursos são criados e divulgados pelos atores tanto nas redes sociais mediadas pela Internet, como nas mídias tradicionais (rádio, televisão, jornal impresso, revistas), além daqueles provenientes da classe política e de representantes do Judiciário, o que gera uma série de controvérsias em torno do tema, que envolvem a sociedade civil, movimentos sociais e os indivíduos comuns.

A partir de 2014 foram desencadeados diversos rearranjos na política brasileira, principalmente, por causa da reeleição de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), o que gerou uma série de descontentamentos em uma parte da sociedade e da classe política derrotada, como Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Também foi nesse ano que ocorreu a deflagração da Operação Lava Jato, surgindo nas mídias como o maior esquema de corrupção já descoberto no Brasil, envolvendo funcionários públicos, políticos, além de empreiteiros renomados no país e executivos da estatal Petrobras.

Em novembro de 2014, logo após a reeleição de Dilma Rousseff, as redes sociais se agitam e aparecem alguns coletivos com um discurso anticorrupção como bandeira de luta, sendo que em março de 2015, esses coletivos saem das redes para as ruas, com as primeiras manifestações que marcariam o fim de um governo legitimamente eleito por voto direto, se filiando a dois slogans¹ como bandeiras de luta e embates discursos, que nessa pesquisa

¹ A definição sobre um slogan está resumida em ser uma frase ou sentença que defina as qualidades do produto. Um slogan é uma frase de fácil memorização usada em contexto político, religioso ou comercial como uma

chamaremos de controvérsias. No dicionário online de português (2018), controvérsia significa “opiniões distintas acerca de uma ação; discussão polêmica (de alguma coisa) sobre a qual muitas pessoas divergem”. Consideramos que essa definição, por enquanto, expressa a ideia que exploraremos sobre o conceito, além de conseguir abarcar o cenário político vivido pelo país entre 2015 e 2017 (período do recorte temporal da nossa pesquisa) na qual insurgem duas vertentes de coletivos sociais, que se apoiaram em duas hashtags² como slogan, que foram as: #Vem Pra Rua, e a #Não Vai Ter Golpe, categorias que exploraremos e explicaremos no desenrolar dessa dissertação.

Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa é propor uma cartografia de controvérsias buscando investigar se os coletivos que surgiram em torno do combate à corrupção, contra o mandato de Dilma Rousseff (a favor do impeachment) e contra o impeachment e o possível “golpe” parlamentar entre 2015 e 2017, podem ou não ser enquadrados na categoria de movimentos net-ativistas como explorados pelo sociólogo italiano Massimo Di Felice (2012; 2013), buscando responder se a controvérsia que envolve o discurso anticorrupção que gerou as manifestações nas ruas trata-se de uma controvérsia quente ou se está estabilizada em uma caixa-preta.

Os objetivos secundários consistem em expor as controvérsias e contradições através de enunciados, discursos e imagens da ação desses coletivos e indivíduos tanto nas redes como nas ruas, buscando demonstrar o perfil ideológico que permeia cada controvérsia. Queremos identificar a atual conjuntura do net-ativismo no Brasil em torno das problemáticas estudadas e se existem redes discursivas e debates sobre o fenômeno nas redes sociais Facebook e Twitter, identificando as tendências, conflitos e controvérsias que elas geraram entre 2015 e 2017 no país. Também demonstraremos *se e como* as novas Tecnologias de

expressão repetitiva de uma ideia ou propósito. Um slogan político geralmente expressa um objetivo ou alvo, enquanto um slogan publicitário é mais frequentemente usado como uma identificação de fácil memorização agregando um valor único à empresa, produto ou serviço, sendo esse valor concreto ou não. [...] o slogan deve conter características que desencadeiem a sua rápida memorização, do ponto de vista auditivo ou visual. O êxito do slogan passa por aspectos como simplicidade, a graça, a graciosidade, a fonética. [...] Como lembra Lasswell (1949), o slogan “é o grito de guerra” e, como tal, o slogan deve apelar às emoções e levar à coesão. O slogan funciona como um promotor de esperança, alento e empenho, em prol de uma causa e, como tal, gera uma adesão cujo carácter incondicional é, geralmente, perfilhado pelos seus promotores. Neste sentido, para além da simplicidade, outra das características que confere funcionalidade ao slogan é a sua facilidade de reprodução oral, a qual, em última análise procura a promoção da unidade do grupo. (QUEIROZ; MANHANELLI, 2009, p. 1-8)

² *Hashtag* é uma expressão bastante comum entre os usuários das redes sociais na internet. Consiste de **uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #**, conhecido popularmente no Brasil por “jogo da velha” ou “quadrado”. As *hashtags* são **usadas para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais**, ou seja, cria[r] uma interação dinâmica do conteúdo com os outros integrantes da rede social, que estão ou são interessados no respectivo assunto publicado. Com a utilização da *hashtag* em uma publicação, o conteúdo ficará disponível para qualquer pessoa que acesse a mesma *hashtag* sobre o assunto, permitindo-a comentar, compartilhar ou curtir o conteúdo (SIGNIFICADO, *online* apud COSTA, 2016, p. 70).

Informação e Comunicação (TICs) são utilizadas nesses contextos e se esse ativismo se configura em formato de rede e como ele se expressa tanto no mundo online como offline.

Consideramos importante estudar os debates e as redes discursivas que existem em torno da corrupção e de seu combate no Brasil, pois elas criaram disputas e conflitos dentro da sociedade, influenciando na tomada de decisão, na fiscalização do serviço público e até na convivência coletiva. Também é importante situar a atual conjuntura do ativismo (com foco no conceito de net-ativismo) em torno desse combate, para avaliar se o Brasil tem alcançado resultados positivos e quais são eles, indicando caminhos para a sociedade civil se apoiar nessa luta que visa à diminuição e punição de práticas corruptas no país, com o apoio e uso dessas novas tecnologias.

A pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro, realizamos uma discussão teórica sobre o conceito de corrupção e como ele se entrelaça com a conduta dos homens e sua relação com os sistemas políticos, fazendo uma triangulação de teorias para exemplificar o debate, recorrendo a alguns autores clássicos da política (e em alguns casos, à análise feita por comentaristas) para realizar essa argumentação. No próximo tópico, exploramos as trajetórias de como a corrupção permeou os diversos governos no país, fazendo uma breve exposição histórica de como essas práticas se desenvolveu como “costume e cultura” no Brasil, trazendo ainda os avanços, as instituições e as leis que regulamentam esses crimes e pune os culpados. Para encerrar esse capítulo, trazemos alguns dados atualizados sobre a corrupção no Brasil e no mundo, e os índices alcançados.

No segundo capítulo, expomos as transformações sofridas pelos conceitos de movimentos sociais e ações coletivas, buscando identificar se a ideia de rede explica as ações net-ativistas da atualidade. Em um dos tópicos abordaremos a ideia do net-ativismo e as experiências que se enquadram nesse conceito e que ocorreram pelo mundo a partir dos anos 2000, com o surgimento da web 2.0. Também introduziremos o nosso método de pesquisa, ou seja, a cartografia de controvérsias (VENTURINI, 2009; LATOUR, 2012; LEMOS, 2013, SANGL, 2016) a partir da análise do discurso anticorrupção no Brasil em torno das duas controvérsias identificadas: #Vem Pra Rua e #Não Vai Ter Golpe.

Como opção de redação, iremos utilizar as hashtags antes dos slogans, pois expressam a forma como estes podem ser pesquisados e compartilhados nas redes digitais e sociais, que como mecanismo de busca na web devem ser utilizados da seguinte maneira: #VEMPRARUA e #NÃOVAITERGOLPE, mas que por questão de estética, utilizaremos a frase de forma espaçada no texto. Além de ser a maneira metodologicamente falando, que encontramos para diferenciar o termo enquanto potencial mobilizador da controvérsia; do

termo enquanto potencial mobilizador do coletivo Movimento Vem Pra Rua (que aparece durante a pesquisa, e possui o mesmo nome de uma das controvérsias analisadas). Durante a maior parte da pesquisa, tratamos o termo enquanto controvérsia, e quando utilizarmos o termo Vem Pra Rua para nos referir ao coletivo, faremos o uso da sigla MVPR que significa Movimento Vem Pra Rua, no intuito de fortalecer essa diferença.

O terceiro capítulo refere-se à operacionalização e aplicação dos métodos e análise de dados. Nessa parte da pesquisa, apresentamos a cronologia dos protestos que ocorreram entre 2015 e 2017, retomando e aplicando a cartografia de controvérsia enquanto método. Aprofundaremos também no debate em torno do discurso anticorrupção no Brasil e suas controvérsias, além de demonstrar essas controvérsias e conflitos em imagens, através dos embates discursivos que foram divulgados nas redes e nas fontes de dados analisadas, ou seja, os jornais e sites (G1, EL País e Estadão) e as redes sociais, Facebook e Twitter.

A cartografia de controvérsias será desdobrada nessa pesquisa em 12 etapas, seguindo a proposta de operacionalização metodológica de STANGL (2016), são elas: Identificar a temperatura da controvérsia através dos debates nas mídias, nas redes sociais e das movimentações dos indivíduos e coletivos nas ruas; visualizar a controvérsia através de softwares especializados; propor uma cronologia das controvérsias; construir um diagrama ator-rede; verificar os desdobramentos da controvérsia na sociedade; identificar as fronteiras geradas entre os indivíduos e os espaços virtuais; os minidiscursos; os macrodiscursos; a geolocalização da controvérsia; glossário de termos aceitos e controversos; e por fim, construir um acervo e a apresentação desses dados.

A pesquisa teve suas limitações e percalços, que nos fez mudar as técnicas de análise durante a trajetória de estudos. Esse tema nos fez adentrar um debate recente e que deixou diversas marcas no cenário político brasileiro, que podem ter consequências por longos anos. Aprendemos que com a democracia não se brinca, que a política é coisa séria e que os discursos podem criar sociedades divididas e indivíduos bitolados em suas próprias visões de mundo. Três bordões/slogans/controvérsias habitaram nossa mente e circundaram toda a pesquisa e os resultados por nós encontrados: o VEM PRA RUA; o NÃO VAI TER GOLPE e por fim e como consequência dos dados encontrados, o FORA TEMER!

1. CORRUPÇÃO E POLÍTICA

1.1 Sobre corrupção, os homens e a política

O fenômeno da corrupção foi abordado por distintos teóricos ao longo do desenvolvimento das sociedades. Da Grécia antiga à modernidade, o tema foi interesse de estudos. Para Aristóteles (2002), a Constituição política de uma cidade define a forma como os homens se relacionam, podendo resultar tanto no bem coletivo (*eudamonia*) como na corrupção da *polis*. A *eudamonia* pode ser compreendida como o bem comum ou a felicidade, na qual os cidadãos participam da vida política através das Assembleias deliberativas do governo. Na visão do pensador, o Estado é o sujeito constante da política e do governo, sendo que a Constituição política representa a ordem dos habitantes que o compõem. “Como qualquer totalidade, o Estado consiste numa multidão de partes: é a universalidade dos cidadãos” (ARISTOTÉLES, 2002, p. 30).

De acordo com Aristóteles, o homem é um ser feito para a sociedade política, um animal cívico que possui o dom da palavra e a capacidade de argumentação. Sendo um ser racional e dotado de fala é capaz de distinguir o bem do mal, o útil do inútil, o justo do injusto, podendo se relacionar com seus semelhantes de uma forma mais amigável e inteligível. “Mas, assim como o homem civilizado é o melhor de todos os animais, aquele que não conhece nem justiça nem leis é o pior de todos” (ARISTOTÉLES, 2002, p. 12). Para o filósofo, é impossível que um Estado e seus cidadãos sejam felizes, se dele a honestidade for banida. No plano da política, o que importa é o que convém à pluralidade dos indivíduos e não a um indivíduo particular. Quando a ordem é substituída pelas paixões, a corrupção se instaura e reina.

Em seu livro *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1985), Maquiavel afirma que o conflito representa o centro da política, ou uma esfera pública em que os desejos são, por princípio, incompatíveis. Segundo o autor, a corrupção é concernente ao mundo e representa o destino final para todos os seres. Os homens se tornam corruptos quando perdem a sua *virtú*, comprometendo todo o corpo político. Quando uma república está corrompida, não existe mais a concórdia entre os homens, o conflito se instaura. Nesse caso, os governantes legislam em causa própria, priorizando as vantagens privadas ao bem comum; e

os cidadãos também não buscam esse bem coletivo, tendo em vista apenas seus interesses pessoais.

Em Maquiavel, as leis garantem a estabilidade política, a eficiência e a honestidade. As instituições devem assegurar a grandeza de uma república, pois os homens se movem por paixões, o que os tornam vulneráveis à corrupção. A corrupção que envolve o povo encontra sua origem na corrupção de seus governantes. As leis tornam-se ineficazes quando a corrupção se entranha nas instituições e na conduta das pessoas, o que geraria cada vez mais corrupção e desmandos políticos. Segundo Helton Adverse (2012), em Maquiavel a cura de um Estado corrompido é extremamente difícil, sendo em alguns casos, impossível; o mais prudente é investir na profilaxia, conhecendo a natureza do mal e buscando o seu combate.

O elemento corrompido que merece atenção de Maquiavel continua sendo o povo. O que o corrompe, porém, não é nenhum agente político, mas a própria fortuna, ou melhor, a boa fortuna (a prosperidade). Um povo que tem êxito em suas conquistas acaba por relaxar e permitir-se degradar. A corrupção se refere primordialmente aos costumes do povo que, uma vez corrompidos, fazem com que as boas ordenações (as boas instituições) não produzam mais bons efeitos e as leis não sejam eficazes. (ADVERSE, 2012, p. 35).

Montesquieu (1973) estuda a república romana para compreender o seu tempo e a transição entre a Antiguidade Clássica e a Modernidade. Aborda a política a partir da conjunção da natureza e dos princípios que regem os diferentes tipos de governo. A natureza refere-se à organização institucional do Estado. Os princípios estão relacionados a sentimentos rotineiros na ordem social que fundamenta a obediência dos homens em relação às leis. A paixão é o sentimento que direciona as atitudes dos homens e se torna o princípio que orienta os governos, seja ele, democrático, aristocrático, monárquico ou despótico. A república democrática se corrompe quando as virtudes cívicas dão lugar aos interesses privados. A falta de dedicação à coletividade conduz os homens a libertinagem e a desordem.

Segundo Montesquieu, a corrupção das distintas formas de governo representa o declínio dos princípios que organizam as sociedades, levando a falência às instituições que devem constranger a corrupção. A Modernidade representa para o autor, o mundo dos interesses, tornando-se extremamente difícil o combate à corrupção. Quando os homens se entregam à corrupção, a solidariedade entre eles se esvai, sobrando à ganância e a desobediência às leis e aos costumes. Se a corrupção não for combatida, a licenciosidade e a violência se tornarão constantes, configurando uma total desordem política, já que a liberdade individual passa a ser suprimida e negligenciada.

Alexis de Tocqueville (1998) propõe um estudo sobre a democracia nos Estados Unidos e suas especificidades, procurando identificar como a corrupção se insere nesse contexto político. O autor procura saber se é possível conciliar liberdade e igualdade em um mundo marcado por diferenças e interesses. Busca decifrar se a democracia não estaria legitimando uma tirania da maioria em detrimento de uma minoria em suas palavras: sufocada. “A igualdade de condições torna a sociedade igualitária o bastante para fazer com que os homens percam as virtudes e se escondam atrás da massa de homens interessados” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 23). A liberdade nos estudos desse autor consiste na ausência de arbitrariedade e as leis devem resguardá-las, pois no mundo moderno, os homens podem ser facilmente corrompidos.

O governo democrático é aquele que incorpora a vontade de todos os cidadãos tidos como iguais e, não é compatível com a existência de privilégios. Segundo Filgueiras (2003), Tocqueville não enxergava nas democracias cidadãos virtuosos, mas cidadãos temperantes, que seguem as leis, pois sabem que se cooperarem uns com os outros em prol e participando da coletividade, podem ter seus interesses pessoais satisfeitos. Se uma sociedade não conseguir estabelecer uma vida em comunidade, a corrupção se torna inevitável; os homens se sentiriam livres o bastante pra fazer qualquer coisa, sem respeitar as regras ou as leis estabelecidas. Nas palavras de Filgueiras (2003, p. 27), “a corrupção é uma patologia institucional que ocorre quando o corpo político morre em função do individualismo exacerbado e da incapacidade dos homens de cooperar uns com os outros na busca pelo bem comum”.

A corrupção ocorre quando os cidadãos não moderam seus apetites e a comunidade não consegue estabelecer as regras que mediarão o convívio entre os homens, tornando cada cidadão ganancioso o bastante para comprar seus demais concidadãos e oprimir-los visando a acumulação de riquezas e o sucesso por meio da desonra. (FILGUEIRAS, 2003, p.25).

Para Marcelo Jasmin (2012), existe uma tendência exposta por Tocqueville de que os governantes de sociedades igualitárias veem no governo a oportunidade de formar uma carreira política, uma via possível de enriquecimento. Existiria uma tendência à corrupção dos governantes no mundo moderno das massas. Geralmente, em repúblicas aristocráticas, a corrupção se exerce visando chegar ao poder, enquanto nas democracias, ela costuma ser exercida por quem já está no poder, governando. “A consequência disso é que a corrupção aristocrática ataca a moralidade dos eleitores, enquanto a democrática, os cofres do tesouro público” (JASMIN, 2012, p. 66). A corrupção que ocorre em sistemas democráticos tem a

capacidade negativa de contaminar multidões, que pode querer seguir o exemplo e se enriquecer a custa do dinheiro público. Segundo esse autor, em Tocqueville a corrupção se expressa por distintas maneiras, alguns exemplos:

Há corrupção quando se obtém alguma coisa que não é devida, através do favorecimento daquele que a fornece. Há corrupção da parte do candidato que paga pelos votos do eleitor. Há corrupção da parte do particular que obtém um favor do funcionário [público] em troca de dinheiro. Mas, quando os funcionários lançam mão do tesouro do Estado por sua própria conta, não há corrupção, há roubo. (TOCQUEVILLE, apud JASMIN, 2012, p. 62).

Max Weber (1864-1920), teórico da Sociologia Clássica, teve importante contribuição na política moderna e na compreensão da corrupção que temos no Brasil. Segundo Jessé de Souza (2012), não existe uma discussão profunda sobre o tema da corrupção em Weber, mas de certa maneira, este “emprestou a autoridade científica” à maneira como os brasileiros compreendem o fenômeno, o que pode até empobrecer as discussões sobre o tema, mas torna-se de fundamental importância compreender o patrimonialismo nos termos do autor e sua relação com a corrupção na política, para realizarmos uma análise profunda da corrupção no país. Max Weber (2011) argumenta que um Estado se legitima pelo uso da força física e que política refere-se aos esforços que homens, visando participar do poder ou influenciar na divisão do poder, empreendem entre os Estados ou no interior de um único Estado.

Para o autor, “todo homem, que se entrega à política, aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder”, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere” (WEBER, 2011, p. 67). O Estado só existe, porque os homens dominados se submetem a essa autoridade dos dominadores. Existem três razões que justificam a dominação e três fatores de legitimidade, são eles: o poder tradicional (baseado nos costumes, hábitos e na autoridade pessoal do governante); o poder carismático (fundamentado na dominação carismática, na capacidade excepcional de liderança de alguém, nos dons pessoais, exercido pelo profeta, demagogo, herói, etc.) e o poder racional-legal (relacionado às leis e ao direito e que se ligam os aspectos racionais e técnicos de administração).

Para Weber (2011, P. 78), são duas as formas de fazer política: “Ou se vive “para” a política ou se vive “da” política”. Quem vive para política a enxerga como o fim de sua vida, como causa, seja pelo simples poder ou ainda porque se equilibra internamente e vê significado e valor pessoal. O homem que vive da política é aquele que tem na política sua principal fonte de renda, seu sustento pessoal. É mais vantajoso que o homem político seja

economicamente independente das vantagens que a vida política possa lhe proporcionar, evitando que as vantagens privadas advindas da corrupção os tentem. Quem ingressa na carreira política adquire o sentimento de poder e quer mantê-lo. Para o autor, são três as qualidades determinantes do homem político: a paixão, o sentimento de responsabilidade e o senso de proporção. O homem político deve saber manter distância tanto dos outros homens como das coisas, utilizando da racionalidade para decidir sobre os assuntos do Estado e se expressar publicamente.

A vaidade é um elemento que deve ser constantemente eliminado da vida do homem político, senão representará a sua derrocada. O pensador argumenta que “o resultado final da atividade política raramente corresponde à intenção original do agente” (WEBER, 2011, p. 136). O autor procura compreender ainda, como se dá a relação entre a ética e a política. Trabalha duas noções de ética, ou seja, a ética da responsabilidade e a ética da convicção. A ética da responsabilidade está atrelada às consequências previsíveis dos nossos atos, enquanto a ética da convicção se relaciona com uma ética religiosa, ligada ao dever e a confiança em um ser supremo. Essas duas éticas não se contrapõem; pelo contrário, em conjunto, “formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à vocação política” (WEBER, 2011, p. 155).

A nenhuma ética é dado ignorar o seguinte ponto: para alcançar fins “bons”, vemo-nos, com frequência, compelidos a recorrer, de uma parte, a meios desonestos ou, pelo menos, perigosos, e compelidos, de outra parte, a contar com a possibilidade e mesmo a eventualidade de consequências desagradáveis. E nenhuma ética pode dizer-nos a que momento e em que medida um fim moralmente bom justifica os meios e as consequências moralmente perigosos. (WEBER, 2011, p. 144).

Para Weber, a política representa “um esforço tenaz e enérgico para atravessar grossas vigas de madeira” (Ibidem, p. 156). O conceito de patrimonialismo está relacionado à dominação tradicional e expressa a ideia que temos da corrupção no Brasil, baseada nos costumes e na cultura política do nosso país. A dominação tradicional pode ser caracterizada pela crença nas tradições vigentes, no respeito, em nome da devoção, no costume, no hábito e na cultura, etc. Weber afirma que nesse tipo de dominação, o quadro de funcionários é distribuído não por merecimento, mas por critérios particulares, muitas vezes, ligados a favores. Os ocupantes desses postos administrativos agem como se eles fossem de sua propriedade, em prol de seus interesses, confundindo o público com o privado, se enveredando pelos caminhos obscuros da corrupção e das práticas ilegais.

1.2 Trajetórias da corrupção no Brasil

A história da corrupção no Brasil, por vezes, é retratada como a herança de um período colonial conturbado e inclinado a atos corruptos como prática administrativa. Caio Prado Júnior (1972) afirma que o sentido da colonização portuguesa no Brasil, enxerga o processo de colonização como uma grande empresa comercial, que buscava na exploração vantagens comerciais e lucros. Foram três séculos de colonização e exploração, entre 1500 e 1822 (culminando com a Independência). Nessa época, não existia um poder público e nem leis que garantisse a igualdade de direitos civis e políticos entre os povos. A economia do país era baseada em um latifúndio monocultor e exportador de base escravista.

No final do século XVII, inicia-se a exploração do ouro, o que gerou uma intensa fiscalização, por vezes, repressiva do sistema colonial. Segundo Carvalho (2002), no período colonial, os senhores, donos de grandes propriedades e de escravos eram considerados os “homens bons”, que comandavam as funções do Estado, principalmente, as judiciárias. A justiça era utilizada como instrumento de poder pessoal, sendo que “o poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas”.

A justiça do rei tinha alcance limitado, ou porque não atingia os locais mais afastados das cidades, ou porque sofria a oposição da justiça provada dos grandes proprietários, ou porque não tinha autonomia perante as autoridades executivas, ou, finalmente, por estar sujeita à corrupção dos magistrados. Muitas causas tinham que ser decididas em Lisboa, consumindo tempo e recursos fora do alcance da maioria da população. O cidadão comum ou recorria à proteção dos grandes proprietários, ou ficava à mercê do arbítrio dos mais fortes. (CARVALHO, 2002, p.21-22).

Nesse período, começa a ser delineado o significado da corrupção como a compreendemos na atualidade. A história da administração política do Brasil Colônia costuma ser retratada nos estudos com traços de “dissolução, desregramento e desordem”. Na época da colonização, não existia uma separação da dicotomia entre público e privado. Em nome do rei e de tributos, muitos oficiais garantiam os seus próprios lucros. Foi nessa época que a expressão, “*santo do pau oco*” ganha referência, já que se tornou prática recorrente esconder o ouro dentro de imagens de santos da Igreja Católica para tentar burlar as altas taxas de impostos sobre o ouro, cobrado pela Coroa. Prado Júnior (1972, p.356), sintetiza seu pensamento sobre a sociedade colonial da seguinte maneira: “incoerência e instabilidade no

povoamento, pobreza e miséria na economia; dissolução dos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos”.

A incidência da corrupção ao longo da formação do país e sua recorrência na vida contemporânea cristalizam a ideia de que ela resulta de uma espécie de destino atávico que finca raízes na tradição portuguesa, como a sementeira dos males atuais (FIGUEIREDO, 2012, p.174).

Para Carvalho (2002, p. 24), na época da Colônia, “os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava, pois a assistência social estava a cargo da Igreja e de particulares”. Na Colônia, a “chaga” da não distinção entre o público e o privado no Brasil, começa a “contaminar” o território e sua população, já que é comum associarmos a corrupção a nossa cultura e o modo como fomos colonizados, mas vale salientar que a corrupção não pode ser considerada o único fator que proporcionou quedas ou desgovernos no Brasil. Se a corrupção prosseguiu na história do Império e da República, é porque o coletivo e os atores individuais se habituaram a ela e de certa forma, corroboraram com a continuidade dessas práticas na política, na sociedade e em suas vidas particulares.

No Brasil Império (1822-1889), o termo corrupção quase não foi utilizado e não estava associado diretamente às condutas dos governantes e postos administrativos, e sim ao sistema. Lilia Moritz Schwarcz (2012) afirma que era comum, relacionar o monarca a um poder divino, e ele não era julgado pelas mesmas leis que os indivíduos comuns. Se o rei se inclinasse a corrupção, afetaria todo o sistema imperial. O que ocorria de escuso na política e que tinha relação com casos de corrupção, raramente era noticiado pela imprensa, muito menos alcançava o imaginário dos súditos e até da nobreza. Só por volta de 1880, o Império seria associado diretamente a atos de corrupção.

A autora exemplifica com um caso emblemático que ocorreu em 1882 e que ficou conhecido como o “*Roubo das joias da Coroa*”, onde o Imperador foi acusado de ser conivente com os bandidos (empregados da casa) e de alguma forma tentar silenciá-los, já que encerrou a investigação sem condená-los. Em seu texto Schwarcz (2012, p.199), argumenta que “um soberano que faz simples acordos com seus funcionários é cada vez menos um soberano do Estado, pois está sujeito às mesmas tentações de seus súditos”. A noção de corrupção surge nesse contexto, mesmo que sob outras nomenclaturas, e se referia a acusações direcionadas ao sistema que era representado pelo Imperador. A partir de 1882,

vários outros escândalos de “corrupção” foram explorados pela imprensa; mas o Império só cairia em 1889, com a Proclamação da República.

Segundo Carvalho (2012), casos de corrupção circundam todo o período republicano. A campanha republicana acusava o sistema imperial e seus governantes de corruptos e despóticos. Para os revolucionários de 1930, a Primeira República era formada por uma classe política deteriorada e que não tinham condições de alavancar o país, justificativa para o golpe de Vargas, com o apoio do Exército, que não permite que o então presidente eleito Júlio Prestes, tomasse posse, esse governo perpetua-se até 1945. O próprio Vargas foi “derrubado” do cargo em 1954 (se suicidando) sob acusação de ter criado um mar de lama na política. O golpe militar de 1964 foi articulado em torno da luta contra a subversão e a corrupção na política. A ditadura militar chega ao fim após 21 anos, acusada de corrupção, violência, despotismo, usurpação do bem público e cai em prol de um sistema democrático que luta contra essas práticas na política.

Em 1989, Fernando Collor de Mello (PRN) vence a disputa eleitoral para o Executivo. Seu discurso de campanha era pautado na represália contra a corrupção e na “caça” aos marajás. Após dois anos de governo, em 1992, o Congresso Nacional instaura uma CPI para investigar o presidente, o que levou ao pedido de impeachment, mas Collor renunciou antes que este fosse aprovado, o que não impediu o Congresso de suspender os seus direitos políticos por oito anos. O movimento social conhecido como “*Caras Pintadas*” desempenhou um importante papel de pressão popular para que o pedido de impeachment fosse aprovado e o presidente afastado do cargo. O vice-presidente, Itamar Franco assume o mandato até as próximas eleições em 1994.

Em 1994, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC - PSDB) vence as eleições presidencialistas, período em que o Estado brasileiro enfrentava uma tremenda crise financeira e de recessão. Tem a missão de alavancar a economia do país, diminuir os índices de desemprego e inflação, além de melhorar a condição de vida da população, que convivem em uma sociedade extremamente desigual. FHC fortaleceu o Plano Real e conseguiu aprovar com fortes indícios de um esquema de corrupção a reeleição para cargos do Executivo e com isso governou entre 1995 a 2002. Também foi o gestor que realizou as maiores privatizações da história do Brasil, e essas ações sofreram muitas críticas da oposição e dos movimentos sociais, principalmente, em relação às privatizações das empresas Vale do Rio Doce e Telebrás, que geraram muita polêmica, denúncia do uso de propinas durante o leilão, subvalorização das ações e favorecimentos particulares. FHC foi o primeiro presidente eleito

por voto direto que terminou o mandato desde 1961, passando a faixa para Luís Inácio Lula da Silva (PT) – Lula, em janeiro de 2003.

Considerados a maior oposição política até então, o PT assume o poder Executivo, e Lula governa entre 2003 e 2010, sendo que foi reeleito. Foram criados diversos programas sociais voltados para a população de baixa renda como o Fome Zero; Bolsa Família; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; Brasil sem Miséria; Minha Casa Minha Vida; Programa Universidade Para Todos – Prouni; Fundo de Financiamento Estudantil – Fies; Luz para Todos; entre outros. Desde quando assume o seu primeiro mandato em 2003, Lula realiza diversas parcerias internacionais, sendo que se torna um dos políticos mais influentes do mundo. O Brasil alcançou significativos avanços, tanto econômicos como sociais. Além da política de redistribuição de renda, houve um aumento de empregos formais e valorização progressiva do salário mínimo. O ex-presidente foi considerado um político habilidoso e popular pela mídia internacional e por autoridades políticas de outras nações. Mas também, foi uma gestão marcada por escândalos políticos e de corrupção envolvendo a alta cúpula do partido, manchando a imagem do PT e do próprio presidente, principalmente, por causa do esquema de corrupção denominado “Mensalão”³.

Dilma Rousseff (PT) foi eleita em 2010. Seu primeiro mandato foi entre 2011 até 2014, sendo que nos dois primeiros anos, o seu governo teve alto índice de aprovação, chegando próximo dos 70%. Mas a partir de 2013, sua gestão começa a sofrer com as pressões das ruas e da oposição. Um ciclo de protestos se inicia no Brasil a partir de maio de 2013, se intensificando em junho do mesmo ano. Eram muitas as insatisfações, que tiveram como estopim o aumento da tarifa do transporte coletivo em diversas capitais brasileiras. As manifestações exigiam posicionamentos das distintas esferas governamentais e respostas em relação aos problemas relacionados à falta de saúde, educação, saneamento básico, entre

³ De acordo com Biroli e Mantovani (2014), o escândalo do Mensalão foi inaugurado pela entrevista de Roberto Jefferson (PTB) à Folha de São Paulo em 2005, onde o deputado denunciava que o Partido dos Trabalhadores (PT), pagava uma espécie de mesada a parlamentares para apoiar as medidas do governo no Congresso. Para a Procuradoria Geral da República (PGR), trata-se de um esquema de corrupção engendrado pela alta cúpula do PT para manter a governabilidade de Lula no Congresso entre 2003 e 2004. Para os procuradores, os políticos filiados ao PT, o grupo ligado ao empresário, Marcos Valério e os executivos do Banco Rural formaram uma quadrilha chefiada por José Dirceu para recolher, lavar e distribuir o dinheiro do Mensalão. Ao todo, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu processo contra 40 envolvidos e estima-se que cerca de 100 milhões foram desviados dos cofres públicos para custear o esquema. Em 2012, a Ação Penal 470 (mensalão) foi julgada pelo STF, que condenou 25 acusados, entre eles José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil no governo Lula e José Genoino (presidente do PT na época do escândalo), além do ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares e o publicitário Marcos Valério, entre outros, com total isenção de Lula nesse processo.

outras. A pressão popular conseguiu barrar o aumento da tarifa do transporte coletivo em muitas capitais, o que representou uma vitória para o Movimento Passe Livre (MPL), principal articulador das manifestações nas redes sociais e nas ruas.

Em 2014, o Brasil sediaria dois grandes eventos importantes: a Copa do Mundo da FIFA entre junho e julho e as eleições nas esferas estadual e federal em outubro. Dilma Rousseff (PT) se candidata a reeleição em disputa direta com o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Também é no ano de 2014, a partir de março que estoura a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro do país, a Operação Lava-Jato, que investiga um gigantesco esquema de pagamento de propina e favorecimento partidário político no país. A operação tem como alvos diversos executivos ligados ao alto escalão de estatais como a Petrobras e a Transpetro; renomados empresários do ramo da construção civil como o grupo Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, etc.. Também envolvia refinarias, empresas de comunicação, empresas de fachada e outras, além de políticos de diferentes partidos como o PT, PMDB, PP, PTB, PSDB, etc.

Já no final de 2014, a presidenta enfrentava alguns problemas de governabilidade, mas foi reeleita com apenas 3% de diferença de votos válidos em relação ao segundo candidato Aécio Neves (54 milhões e 51 milhões, respectivamente). A política econômica sofria críticas e a inflação superou a previsão do governo, deixando as distintas camadas sociais insatisfeitas. Em dezembro de 2014, antes mesmo da posse da presidenta do seu segundo mandato, Aécio Neves (PSDB) e líderes da oposição gravaram um vídeo convocando a população para um protesto contra o governo de Dilma e sua reeleição. Em seu discurso de posse, Dilma reafirma que combateria a corrupção em seu segundo mandato, dando maior autonomia ao Ministério Público e a Polícia Federal.

Uma grave crise econômica se desenhava já no início de janeiro de 2015. A energia elétrica sofre reajustes consideráveis e começa uma pressão da oposição para a renúncia da presidenta, além da insatisfação do PSDB com a derrota de Aécio, que entra no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a cassação da chapa Dilma/Temer por irregularidade na campanha. As regras do jogo começam a ser questionadas e um travamento de pauta contra as propostas da presidenta se coloca como questão de ordem no Congresso Nacional, gerando cada vez mais instabilidade governamental e insatisfação popular. Em março de 2015, milhares de pessoas saem às ruas em protestos contra a corrupção, mas principalmente, pela renúncia ou o impeachment de Dilma Rousseff. Surge um período de tensão entre os manifestantes, que nesse momento, ou são a favor ou contra Dilma e o PT. Uma luta ideológica permeia os discursos e as bandeiras levantados durante esses protestos, apesar de

alguns movimentos que surgiram no final de 2014 se declararem “apartidários”. Só para deixar evidente, é nesse cenário, mais precisamente, que se instaura o início cronológico da nossa análise e do desenvolvimento da pesquisa, que será desdobrada nos próximos capítulos.

Como podemos perceber, da colonização a instauração da república, passando pelas diversas ditaduras do período, a redemocratização em 1988, até os dias atuais, foram muitos os escândalos de corrupção noticiados pela mídia, denunciados pelo Ministério Público e investigado pela Polícia Federal, sendo que o fenômeno começou a ter maior comoção popular na atualidade. Segundo Norberto Bobbio (1986), o escândalo representa a corrupção que vem a público. “Portanto, se há corrupção, que haja escândalos! Dar publicidade à corrupção é sinal de robustez e não de fragilidade do sistema político”. No gráfico abaixo, trouxemos dados das operações deflagradas pela Polícia Federal nos últimos anos (que coincide com a gestão petista).

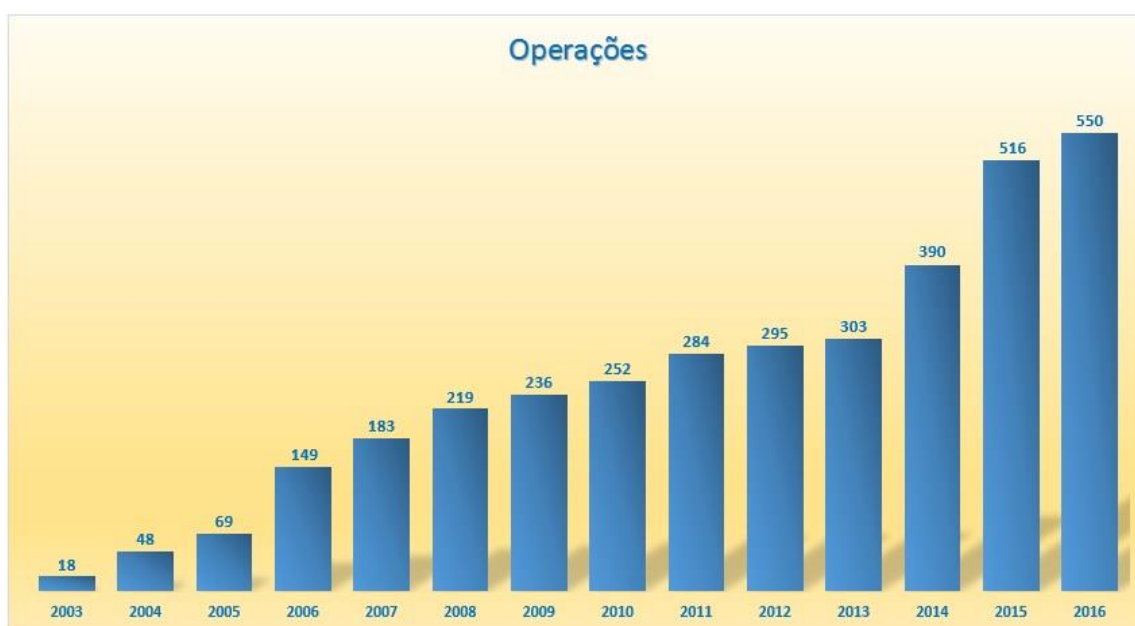


Figura 1: Estatística de Operações da Polícia Federal entre 2003 e 2016. Fonte: Polícia Federal.

<http://www.pf.gov.br/impressa/estatistica/operacoes>.

Como podemos verificar no gráfico, houve um crescimento exponencial de operações realizadas pela Polícia Federal durante 14 anos. Algumas dessas operações são investigações sobre casos de corrupção envolvendo funcionários públicos e a classe política ligada a distintos partidos e esferas do poder. O combate à corrupção é uma luta que envolve tanto os atores humanos (indivíduos, grupos, movimentos sociais, etc.) como as facilidades e possibilidades contidas nos atores não humanos (novas TICs, Internet, leis, redes sociais,

etc.), possibilitando um enfrentamento em tempo real, com celeridade, eficácia e qualidade, onde todos podem ter acesso e desempenhar um papel fiscalizador em prol do que é público. Mas não basta ter um discurso contra a corrupção, é necessário ação.

1.3 O combate à corrupção no Brasil

No Brasil, é tão comum notícias sobre corrupção, que temos a impressão que é um fenômeno endêmico e que está impregnado na máquina pública, principalmente, no comportamento dos nossos representantes políticos, eleitos pelo voto direto. Existem várias formas de combater e controlar a corrupção, mas não é uma luta fácil de vencer. Trata-se de uma batalha que necessita do envolvimento de vários setores da sociedade, como os movimentos sociais, a sociedade civil, instituições públicas, por exemplo, o Ministério Público e a Polícia Federal, além de mecanismos mais eficazes de accountability e transparência administrativa. Também é necessário que ocorra uma transformação na mentalidade do brasileiro e na forma como nossos governantes exercem a função pública e como enxergam a responsabilidade social que ela implica.

Segundo Marlene Basto (2011), o Brasil participa de três tratados internacionais que visa combater a corrupção no mundo, são eles: A Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); A Convenção Interamericana contra a Corrupção da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (CNUCC), sendo que esse último tratado foi assinado no dia 09 de dezembro de 2003 na cidade de Mérida no México por mais de 100 países, ficando definido que nessa data é comemorado o “*Dia Internacional Contra a Corrupção*”. A autora nos mostra ainda que essa convenção promove a cooperação entre os países signatários, e um dos pontos fortes é a possibilidade de recuperação dos valores bloqueados em contas internacionais, por meio de ações específicas que facilitem tal operação.

A corrupção envolve abuso de poder e enriquecimento ilícito, lesando quase sempre a máquina pública e o povo. Essa prática na gestão pública pode ocasionar diversos prejuízos para o país e, geralmente as áreas afetadas são fundamentais para o bom funcionamento da cidade, como são os casos da saúde e educação, mobilidade urbana, moradia, etc.. Basto

(2011) cita que o Código Penal brasileiro, título XI dispõe sobre os crimes contra a administração pública, e identifica três tipos de corrupção: ativa, passiva e privilegiada.

A corrupção ativa é aquela que ocorre quando alguém oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, ou omitir ou retardar ato de ofício. Na corrupção passiva, o funcionário público é que solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função pública, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem. Já a corrupção privilegiada, uma variação da corrupção ativa, ocorre quando o funcionário, sem visar obter vantagem pessoal, pratica, deixa de praticar ou retarda o ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo apedido ou influência de outrem (BASTO, 2011, p. 9-10).

A corrupção pode ser abordada por diferentes áreas do saber, podendo ter um viés político, sociológico, antropológico, econômico, filosófico, etc. Felipe G. Maciel (2005) realiza um estudo sobre o controle da corrupção no Brasil, com um direcionamento mais econômico. O autor analisa a teoria do *rent-seeking*, que é interpretado como um comportamento racional por parte de indivíduos que atuam dentro de arranjos institucionais. Essa abordagem parte da teoria da escolha racional, sendo o enfoque na busca de rendas, se relacionando com um cálculo entre custo e benefício de determinada ação e da maximização da utilidade dos indivíduos. De acordo com Maciel (2005) esse comportamento é analisado por diversos autores e possui ainda, as seguintes compreensões⁴.

No Brasil, a corrupção na administração pública é regulamentada em lei como improbidade administrativa. São práticas que violam quatro princípios fundamentais do servidor público, ou seja, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade. A improbidade está relacionada com a má administração do dinheiro público, o que gera uma

⁴ Para Buchanan (1980, p.4) “o termo “rent-seeking” foi cunhado para descrever o comportamento em um contexto institucional onde os esforços para maximizar ganhos geram desperdício social ao invés de um excedente social”. Já Kimenyi e Tollison (1999, P.199) “definem “rent-seeking” simplesmente como o dispêndio de recursos escassos na captura de transferência de riqueza”. McNutt (1996) define “rent-seeking” como “custos implícitos ou escondidos que são atribuídos à criação de escassez artificial promovida, em muitos casos, pelo provimento, por parte do governo, de direitos de monopólio, e inclui subsequente gasto de recursos reais por candidatos a monopolistas através do suborno e de lobby do governo”. Krueger (1974, p.291) afirma que em muitas economias orientadas para o mercado, restrições sobre a atividade econômica são comuns. Estas restrições originam rendas de diversas formas e pessoas, frequentemente, competem por estas rendas. O termo “rent-seeking” ainda não havia sido cunhado, mas Tullock (1971, p.642) define o comportamento ao afirmar que a transferência em si pode não apresentar custos, mas a expectativa da transferência leva indivíduos e grupos a investir recursos na tentativa de obter uma transferência ou resistir que seus recursos sejam transferidos”. Mueller (2003, p.333) nos diz que o governo pode, por exemplo, ajudar a criar, aumentar ou proteger a posição ou monopólio de um grupo. Fazendo isto, o governo pode aumentar as rendas de monopólio dos grupos favorecidos às custas dos compradores dos produtos e serviços destes grupos. As rendas de monopólio que o governo pode prover são um prêmio digno de ser perseguido, e à perseguição destas rendas é dado o nome de “rent-seeking”. (apud MACIEL, 2005, p.7-8).

cadeia de problemas para o país. Collier (2000) enfatiza “que uma sociedade que está presa em um equilíbrio corrupto necessita de um grande empurrão para se livrar dessa situação”. Salientam em sua tese, três estratégias de combate à corrupção, são elas:

A primeira consiste em elevar as normas morais, tornando a corrupção menos aceitável. Pode-se fazer isto (i) documentando e publicando os altos custos sociais da corrupção; (ii) celebrando exemplos de honestidade; ou (iii) medir a corrupção nas diversas instituições, para que comparações possam ser feitas. A segunda é elevar os riscos de punição para os indivíduos envolvidos em corrupção. Isto pode ser feito (i) elevando os incentivos para informar atos corruptos; (ii) recompensando dedos-duros; ou (iii) elevando as penalidades para atos corruptos. Finalmente, mudando as expectativas sobre o comportamento dos servidores, por exemplo, criando instituições com incentivos para a honestidade. (COLLIER apud MACIEL, 2005, p.32-33).

Edmilson Lopes (2011) acredita que a reflexão sociológica sobre a corrupção no Brasil pode ser enriquecida se incorporarmos a perspectiva analítica de Max Weber, principal teórico clássico nesse campo. Weber (1998, p. 3) trabalha a noção de que a análise sociológica deve “compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la em seu curso e em seus efeitos” (p.4). Nesse sentido, podemos interpretar as práticas corruptas como uma ação social de indivíduos influenciados pelo comportamento de um ou mais indivíduos, buscando dar sentido às suas ações que envolvem práticas corruptas e o enriquecimento ilícito, formando redes de compartilhamento e articulação em torno da corrupção.

O autor cita também a teoria de Mark Granovetter (2006) que trata da construção social da corrupção, abordando especificamente dois conceitos, o de integridade e habilidade social. Para Granovetter, o conceito de integridade na execução das funções públicas é definido por normas sociais e profissionais que variam no tempo e no espaço. Já a noção de habilidade social pode ser compreendida como a capacidade de um ator produzir situações de cooperação com outros atores. Esse autor propõe também, que analisemos a corrupção a partir do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu. Para Bourdieu (1988), os agentes sociais são dotados de *habitus*, que são inscritos nos corpos dos indivíduos por experiências passadas, e nesse caso, a experiência patrimonialista e clientelista na política brasileira pode ter influenciado na criação desses *habitus* corrupto no país.

Na história republicana do Brasil, foram criadas diversas leis e instrumentos de combate à corrupção, mas ainda não tiveram a efetividade pretendida. Todas as pessoas tem a chance de negar a prática da corrupção ou de realizá-la, é uma questão de livre arbítrio. As leis são fundamentais para que essas práticas sejam combatidas, mas devem ser efetivas e

aplicadas a todos os cidadãos, mesmo aquele que ocupa um cargo público ou político, mas seja um corrupto ou corruptor. As instituições devem funcionar sem seletividade e compadrio, caso contrário, estaria perpetuando a corrupção que tem como obrigação combater. A corrupção está envolta em um ambiente de tramas de favorecimento pessoal, deslegitimando cada vez mais o mundo político e as instituições representativas.

De acordo com a Organização Transparência Internacional (2017), o Brasil possui bons mecanismos institucionais que visa à abertura de dados e o combate à corrupção. Desde 2003, sob coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ocorre no país a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), formada por mais de 70 órgãos que age nos três poderes da República; por membros do Ministério Público e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente na prevenção e no combate à corrupção e a lavagem de dinheiro. Alguns dos resultados positivos alcançados pelo ENCCLA foram:

Destacam-se, dentre os resultados alcançados pela ENCCLA, o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD); a Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB); o Sistema de Movimentação Bancária (SIMBA); a iniciativa de padronização do *layout* para quebra de sigilo bancário e a posterior criação do Cadastro Único de Correntistas do Sistema Financeiro Nacional (CCS); a proposição legislativa que resultou na promulgação de leis importantes para o país, tais como a Lei 12.683/12, que modernizou a nossa lei de Lavagem de Dinheiro. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ENCCLA, 2017).

Aaron Schneider (2012) propõe uma interessante distinção entre a grande e a pequena corrupção e as suas consequências na sociedade. “A pequena corrupção é a corrupção administrativa que flagela os Estados, em que os incentivos e o confinamento de burocratas não disciplinam seu comportamento para aderir às regras e aos procedimentos” (SCHNEIDER, 2012, p. 428-429). Esse tipo de corrupção estaria ligado a privilégios que custam caro ao governo. A pequena corrupção é acessível a todas as pessoas, afetando principalmente, os funcionários públicos que se colocam como intermediários ou mediadores dessas práticas e aceitam subornos ou propina como forma de recompensa.

Já a grande corrupção atingiria os postos mais altos tanto da política como da economia, podendo alcançar as instituições dos três poderes ao mesmo tempo. Para o autor, a grande corrupção se expressa em práticas de clientelismo e patronagem, que envolve a troca de favores em busca de uma sustentação política. Essas práticas se manifestam em muitos sistemas democráticos, distorcendo os mecanismos de decisões e de representatividade. Na

grande corrupção, “os padrões são as elites políticas que oferecem os serviços de seu poder político, e os clientes são os indivíduos ou grupos que trocam sua lealdade e recursos por acesso político” (SCHENEIDER, 2012, p. 431).

O Banco Mundial é outra instituição que foca no combate a corrupção no mundo, e é responsável pelo financiamento de diversos projetos, em países que são considerados altamente corruptos e que estão em fase de desenvolvimento econômico e abertura ao mercado internacional. Uma das medidas colocadas em ação pelo Banco Mundial na prevenção da corrupção é a implementação de mecanismos de responsabilidade e governança, com ênfase na participação da sociedade civil no combate à corrupção, principalmente, na política. Além desses mecanismos, as leis são de extrema importância para que esses crimes sejam punidos e se possível, o dinheiro ressarcido aos cofres públicos. A legalidade ou ilegalidade de um ato deve ser punida com rigor a partir de uma legislação específica e eficaz. No quadro abaixo, demonstraremos as principais leis que combatem a corrupção no Brasil:

Lei e data	Título	Observações
Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Código Penal	Título XI- dos crimes contra a administração pública. Exemplos: Peculato: Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. Corrupção passiva: Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem. Prevaricação: Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Corrupção ativa: Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. Etc.
Lei 1.079, de 10 de abril de 1950.	Crime de Responsabilidade	Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.
Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Crime de Responsabilidade	Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências.
Lei 7.347, de 24 de julho de 1985.	Lei de Ação Civil Pública	Aplicável a indivíduos e empresas. Membros do Ministério Público podem exigir que os acusados de corrupção sejam obrigados a pagar uma indenização pelos danos causados à sociedade.

Lei 7.492, de 16 junho de 1986.	Lei do Colarinho Branco – contra a ordem econômica	Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.
Constituição da República, 1988.	Realiza importantes modificações no sistema de governo, incluindo mecanismos de participação direta como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.	Art. 14: § 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.	Código de Defesa do Consumidor	Aplicável a indivíduos e empresas. Pode-se exigir que os condenados por corrupção sejam obrigados a pagar indenização pelos eventuais danos coletivos que sua conduta tenha causado aos consumidores. Cabe, por exemplo, quando a corrupção prejudica uma empresa que fornece produtos para o público.
Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990.	Dos Crimes Contra a Ordem Tributária	Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.
Lei 8.429, de 2 de junho de 1992.	Improbidade Administrativa	Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.
Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.	Lei das Licitações	Aplicável a indivíduos e empresas. Reprime fraudes em contratos de prestação de serviços a entes públicos. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Lei nº 9.840, de 28 de setembro de 1999.	Lei da Corrupção Eleitoral; Lei de Compra de Voto.	Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo: "Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufr, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990."
Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	Código Civil	Por meio do Código Civil, as pessoas que sofreram danos diretos por conta da corrupção podem exigir indenização dos agentes que cometeram a ilegalidade.
Lei Complementar nº	Lei da Transparência	A Lei Complementar 131/2009 - lei da Transparência - altera a redação da Lei de

131, de 27 de maio de 2009.		Responsabilidade Fiscal (LRF) no que se refere à transparência da gestão fiscal. O texto inova e determina que sejam disponíveis, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.	Lei da Ficha Limpa	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.
Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.	Lei de Acesso à Informação	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
Lei 12.683, de 9 de julho de 2012.	Lavagem de Dinheiro.	A lavagem de dinheiro consiste em dar aparência de legalidade a bens e valores que foram obtidos de forma ilegal. Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.
Lei 12.813, de 16 de maio de 2013.	Lei de Conflito de Interesses.	Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nos 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.
Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Lei Anticorrupção	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013.	Lei das Organizações Criminosas	Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.

Quadro 1: Legislação que auxilia no combate a corrupção no Brasil – 2017. Fonte: elaboração própria a partir das leis.

Além dessas leis, existe também, uma importante atuação de instituições públicas que visam o combate à corrupção no Brasil. Essas instituições tem a função de investigar o

possível crime, apresentar a denúncia, identificar o ato infracional e punir os culpados. A corrupção é mais que um ato de decore para com a ética e a moralidade, envolve crime, roubo de dinheiro público e desrespeito ao bem coletivo e deve ser punida como tal. No quadro abaixo especificaremos algumas dessas instituições e suas principais atribuições no combate à prática da corrupção:

Sigla	Instituição	Descrição
PF	Polícia Federal	Geralmente, representa o aparato policial que investiga e prende os acusados de crimes de corrupção nas esferas federal, estadual e municipal.
PGR	Procuradoria Geral da República	O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público Federal e exerce as funções do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sendo também o Procurador-Geral Eleitoral. O Procurador da República deve ser ouvido em todos os processos que envolvem crime de corrupção e políticos em exercício de mandato.
MPF	Ministério Público Federal	A 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF é dedicada ao combate à corrupção e atua nos feitos relativos aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, nos crimes praticados por funcionário público ou particular (artigos 332, 333 e 335 do Código Penal) contra a administração em geral, inclusive contra a administração pública estrangeira, bem como nos crimes de responsabilidade de prefeitos e de vereadores previstos na Lei de Licitações.
CGU	Controladoria Geral da União	O Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) é o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ainda, ouvidoria.
STJ	Superior Tribunal de Justiça	A missão é oferecer à sociedade prestação jurisdicional efetiva, assegurando uniformidade à interpretação da legislação federal.
STF	Superior Tribunal Federal	O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele compete, precipuamente, a guarda da Constituição, conforme definido no art. 102 da Constituição da República.
TCU	Tribunal de Contas da União	O TCU é o órgão de controle externo do governo federal e auxilia o Congresso Nacional na missão de acompanhar a execução orçamentária e financeira do país e contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade. Para isso, tem como meta ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável. O Tribunal é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do país quanto à legalidade,

		legitimidade e economicidade.
TSE	Tribunal Superior Eleitoral	Tem como objetivo garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia. Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, à transparência e à segurança.
ENCCLA	Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, criada em 2003, é a principal rede de articulação para o arranjo e discussões em conjunto com uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, e para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate àqueles crimes.

Quadro 2: Instituições Públicas que atuam no combate à corrupção no Brasil.

Fonte: elaboração própria

1.4 Dados atualizados sobre corrupção no Brasil

Além das instituições, existe uma importante atuação de organismos internacionais e ONGs no combate a corrupção, tanto no mundo como no Brasil. Uma das primeiras ações no cenário internacional contra a corrupção se dá por volta de 1988, quando a ONU realiza uma convenção contra o Tráfico de Narcóticos Ilícitos e Drogas Perigosas, onde o combate à corrupção girava em torno da lavagem de dinheiro envolvido nessas transações criminosas. Por volta de 1990, surgem esforços coletivos por parte de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organizações dos Estados Americanos (OAE), Banco Mundial e a Organização Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), surgindo diversos estudos sobre o tema do combate a corrupção e práticas ilegais de gestão.

Uma das mais importantes e atuantes ONGs que trabalha o tema da corrupção e de seu combate no mundo é a *Transparency Internacional* (TI), que surge em 1993 e trata-se de um esforço coletivo de empresários, jornalistas, ativistas, intelectuais, lideranças políticas e oficiais de distintas regiões do mundo com o apoio financeiro da GTZ (uma agência de cooperação técnica alemã) e supervisão do ex-diretor regional do Banco Mundial, Peter Eigen. De acordo com Fontoura e Soares (2012), o objetivo da TI é combater a corrupção, a partir da divulgação de valores globais que envolvem transparência, responsabilidade social, accountability e boa governança, através de uma organização sem fins lucrativos ou filiação partidária. A TI é custeada por doações e trabalhos voluntários, procurando a independência

financeira do setor público. O FMI, o Banco Mundial e o BID apoiam financeiramente essa ONG, pois consideram o seu trabalho fundamental no combate a corrupção mundial.

A organização luta para que um ordenamento jurídico internacional de combate à corrupção seja criado, buscando uma cooperação internacional na luta contra esse tipo de crime que assola, principalmente, os países mais pobres e em vias de desenvolvimento. Para a TI, o acesso à informação de qualidade e disponível a todos os setores da sociedade facilita o combate à corrupção. Essa ONG ajuda a promover a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), a Convenção da OCDE contra o Suborno e também eventos regionais como a Convenção Interamericana de Combate à Corrupção (CICC). A TI divulga estatísticas sobre a corrupção mundial, buscando realizar comparações entre os países analisados.

Fontoura e Soares (2012) afirmam que a ONG trabalha com o Pacto de Integridade que associa a ideia de que prevenção e controle da corrupção são resultados da interação entre várias instituições como o próprio governo, a sociedade civil, setores privados e organizações internacionais. Esse pacto é o resultado da promessa de que empresários e políticos envolvidos em transações econômicas que viabilizam a corrupção não pagarão ou receberão qualquer tipo de suborno para a obtenção de contratos ou benefícios particulares. Também foi criado o *Corruption Perceptions Index* (CPI) que classifica os países de acordo com a percepção do nível de corrupção no setor público. Esse índice é divulgado anualmente desde 1995 e a avaliação é obtida através da percepção da corrupção em cada país.

A ONG analisa dados que são levantados por 12 instituições internacionais que fazem pesquisas qualitativas e quantitativas, sendo que as mais importantes correspondem ao Banco Mundial, à consultoria *ISH Global Insight* e o Fórum Econômico Mundial. Para ser incluído no ranking, o país tem que ter sido avaliado por pelo menos uma dessas três instituições. São levados em consideração dados sobre prestação de contas e transparência administrativa, entre outros, que são analisados e convertidos em valores, sendo que, quanto mais corrupto for um país mais próximo de zero é a sua pontuação e quanto menos corrupto ele é, mais próximo de 100 a sua pontuação.

No ano de 2016, foram analisados 176 países, o escore médio global ficou em torno de 43, o que indica níveis de corrupção endêmica no setor público. Os países de pontuação superior (amarelo no mapa) são superados em grande número por países em laranja e vermelho, onde os cidadãos enfrentam o impacto persistente da corrupção em suas vidas diárias. Segundo a TI, os resultados demonstram uma clara conexão entre corrupção e desigualdade social. Em alguns casos, as pessoas de baixa renda nesses locais são privadas de necessidades básicas como a água e o próprio alimento, vivendo em situações de pobreza

extrema. Em 2016, o Brasil atingiu a média de 40 pontos, ocupando a 79ª posição dentre os países analisados, uma nota alta e que revela graves problemas de corrupção no país, sendo que aumentou três posições em relação ao ano anterior de 2015, onde ocupou o 76º lugar. Já os dados mais recentes de 2017, mostra um aumento de 17 posições, agora o país ocupa a 96ª lugar como o país mais corrupto do mundo, com uma média de 37 pontos.

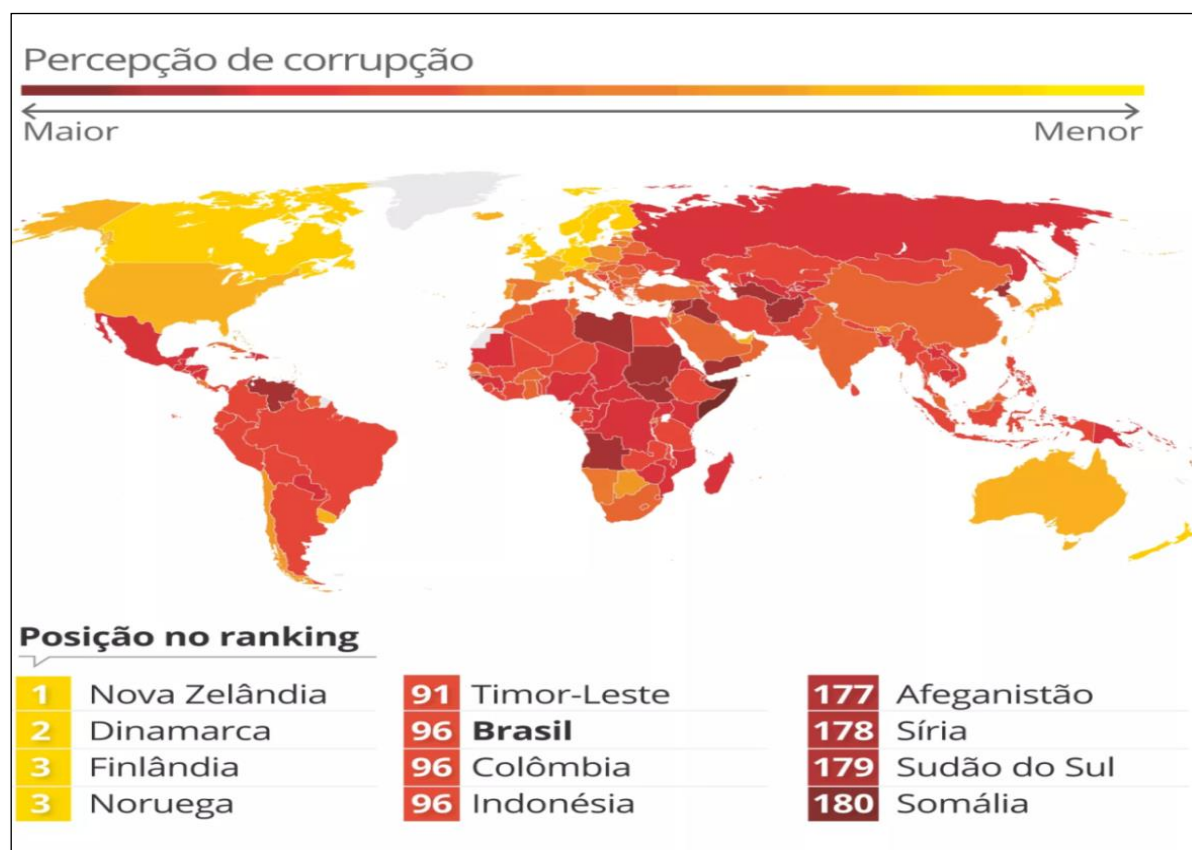


Figura 2: Ranking de Percepção da Corrupção - Transparência Internacional – 2017.

Fonte: Transparência Internacional e site do G1.

Além desses índices que mede a percepção da corrupção em um determinado país, existem outros como o *Global Corruption Barometer* – CGB, que faz pesquisas de opinião pública, procurando medir a percepção que os cidadãos comuns têm sobre a corrupção e o setor público. Em 1999, foi criado o *Bribe Payers Index* que corresponde ao Índice de Países Corruptores e identifica onde é mais comum a prática de suborno em transações comerciais a partir de entrevistas com empresários. Outra medida do TI é o *Global Corruption Report* criado em 2001 com publicação anual, tratando-se de um relatório que apresenta ferramentas de conscientização e análise da corrupção no mundo. Existe também o *Corruption Online Research and Information System* (CORIS) que é um portal da Internet que fornece dados

sobre corrupção e governança em distintos países. Esse portal procura fazer um alinhamento de um tema de extrema importância para as populações de diferentes partes do mundo com a facilidade proporcionada pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A Transparency Internacional atingiu sua meta de inserir o tema do combate à corrupção na agenda internacional. Através de suas campanhas midiáticas, seus produtos e resultados de pesquisa, a TI tornou-se uma referência. Junto a aliados como seus Capítulos Nacionais, as agências multilaterais e os Estados Nacionais, a TI formou uma rede transnacional anticorrupção importante que tem difundido a ideia de que o combate à corrupção depende da cooperação entre diversos atores em busca de práticas éticas e transparentes. (FONTOURA & SOARES, 2012, p. 421).

Essa ONG oferece também um Kit de Ferramentas Anticorrupção que apresenta relatos e experiências bem sucedidas sobre o combate à corrupção em distintos países do mundo. No Brasil, a TI é auxiliada pela ONG AMARRIBO-Brasil que somam suas experiências e forças na luta pelo combate da corrupção no país. Foi fundada em 1999, e hoje é uma referência nacional, liderando uma rede de entidades locais que colaboram com o exercício do controle social e a participação democrática dos indivíduos, estando presente em mais de 200 municípios brasileiros. Em 2012, a AMARRIBO foi parceira da Transparência Internacional na organização da 15ª Conferência Internacional Anticorrupção, sediada em Brasília e está em processo de integração com a rede global, convertendo-se em Capítulo Nacional da TI.

A parceria atua em três eixos estratégicos: apoio a vítimas de corrupção; produção de conhecimento e trabalho em rede. O apoio e auxílio às vítimas da corrupção se dão por meio da assistência jurídica dos *Advocacy and Legal Advice Centres* (ALACs). Também é necessário conhecer bem os tipos, especificidades e causa da corrupção, assim como as soluções de prevenção e combate mais adequadas para cada realidade. É importante que os coletivos, movimentos sociais, entidades públicas, ONGs e indivíduos se auxiliem nessa luta, formando uma rede distribuída⁵, nos termos de David Ugarte (2007) e que realmente, sejam instrumentos de luta contra a corrupção, ampliando as estratégias de combate, oferecendo publicidade aos atos, procurando criar uma ponte entre as experiências locais e globais.

⁵ Com a Internet conectando milhões de pequenos computadores hierarquicamente iguais, nasce a era das redes distribuídas, que abre a possibilidade de passar de um mundo de poder descentralizado a outro mundo de poder distribuído. [...] Nas redes distribuídas, por definição, ninguém depende exclusivamente de ninguém para poder levar a qualquer outro sua mensagem. Não há filtros únicos. Em ambos os tipos de rede “tudo conecta com tudo”, mas nas distribuídas a diferença no fato de que um emissor qualquer não tem que passar necessariamente e sempre pelos mesmos nodos para poder chegar a outros. (UGARTE, 2007, p. 24-25).

NOME	AUTODESCRIÇÃO NO SITE	SITE
Transparency Internacional	De aldeias na Índia rural para os corredores de poder em Bruxelas, a Transparência Internacional dá voz às vítimas e testemunhas de corrupção. Trabalham em conjunto com governos, empresas e cidadãos para impedir o abuso de poder, o suborno e incentivos secretos. Criada em 1993 em Berlim – Alemanha, tem papel importante no combate a corrupção em várias partes do mundo, inclusive, no Brasil.	https://www.transparency.org/
AMARRIBO do Brasil	Organização sem fins lucrativos, com título de OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público) pioneira no combate à corrupção no país, que atua em sinergia com a sociedade civil, a administração pública, lideranças políticas e a iniciativa privada, para acompanhar a gestão dos bens públicos, promover a probidade, a ética e a transparência. Fundada em 1999.	https://www.amarribo.org.br/
Transparência Brasil	A Transparência Brasil foca sua atuação na busca pela integridade do poder público, principalmente por meio do aumento da informação disponível. Seu trabalho é dividido em duas áreas: monitoramento das instituições e advocacy. O primeiro diz respeito a processamento e análise de dados públicos brutos e à sua tradução em informação útil para o cidadão. O segundo diz respeito ao fomento do debate público sobre temas relevantes envolvendo corrupção e integridade das instituições.	https://www.transparencia.org.br/
Instituto de Fiscalização e Controle – IFC	O objetivo do instituto é criar inovações sociais e tecer redes cívicas com o intuito de facilitar o controle social e melhorar a gestão financeira dos recursos públicos. Propõe auditorias cívicas. “Melhoramos os serviços públicos através da cidadania ativa em rede. Faça parte da Rede!”	http://www.ifc.org.br/
Observatório Social do Brasil – OBS	É um espaço para o exercício da cidadania, que deve ser democrático e apartidário e reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública. Cada Observatório Social é integrado por cidadãos brasileiros que transformaram o seu direito de indignar-se em atitude: em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. São empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos e outros cidadãos que, voluntariamente, entregam-se à causa da justiça social.	http://osbrasil.org.br/
ONG – Contas Abertas	Parte da sociedade civil, a entidade reúne pessoas físicas e jurídicas interessadas em contribuir para o maior controle da sociedade sobre os orçamentos públicos. Fundada em 2005, sua história é pautada pelos princípios da	http://www.contasabertas.com.br/site/

	independência e do rigor. O controle da sociedade contribui de forma decisiva para a responsabilidade fiscal, a qualidade e a legalidade dos gastos públicos.	
--	---	--

Quadro 3: Principais ONGs e entidades do Terceiro Setor que se auto definem como um coletivo de combate à corrupção no Brasil. Fonte: elaboração própria a partir dos sites de cada instituição.

A outra frente de pressão contra a corrupção no Brasil vem de distintos coletivos ou movimentos sociais que se mobilizam em torno desse fenômeno. Muitos surgiram ao longo da história política do país, mas o foco da nossa pesquisa vai ser investigar aqueles que atuaram entre 2015 e 2017 durante segundo governo de Dilma Rousseff e primeiro ano da gestão de Michel Temer, por considerar que eles tiveram papel fundamental no processo de impeachment da presidenta e nos rumos políticos do Brasil na atualidade e iniciaram também, um novo ímpeto participativo no país, mas com características bastante peculiares.

Os movimentos sociais sempre desempenham papel de extrema importância em qualquer luta que envolve reivindicações de direitos e não é diferente com aqueles ligados ao combate à corrupção. Desde 1992 com o movimento social denominado “caras pintadas” que o país assiste levantes sociais com o intuito de ver a corrupção “extinta” e investigada com mais rigor. Em 2013, o país viveu as “Jornadas de Junho” em prol de um transporte público de qualidade e contra os desmandos na política e falta de investimento público. Em 2014 as manifestações se concentraram contra os altos gastos públicos com a Copa do Mundo de Futebol e se intensificaram em uma luta contra a corrupção e a falta de punição dos corruptos. A ideia é realizar uma análise desse curto e recente período da história política do país, procurando identificar as transformações colocadas em marcha pela sociedade e os coletivos sociais que surgiram nesse contexto e as transformações políticas do país e verificar se elas possuem ou não características net-ativistas aos moldes de Massimo Di Felice (2013), ao qual exploraremos no decorrer da dissertação.

2. AÇÕES EM REDE E O NET-ATIVISMO

2.1 Movimentos sociais: um conceito em mutação

O conceito e as compreensões que os teóricos e a própria sociedade possuem do termo e das ações populares ligadas aos movimentos sociais são bastante variados e sofreram muitas modificações ao longo do tempo. Angela Alonso (2009, p. 50) argumenta que entre 1930 e 1960 as mobilizações coletivas se inclinaram para as teorias da desmobilização política, tendo como maiores representantes Adorno e Riesman, e como fonte explicativa a cultura. Para essa corrente teórica, “o individualismo exacerbado da sociedade moderna teria produzido personalidades narcísicas, voltadas para a autossatisfação e de costas para a política”. Nesse caso, a mobilização ocorre por irracionalidade, devido o individualismo que é característico dessas sociedades, por frustrações pessoais e não pelo bem público. Para a autora, esse tipo de ação se apoia em emoções coletivas e em questões psicossociais, e não leva em consideração a estrutura da sociedade, que esses autores consideravam ser baseadas no consumo e na individualização.

O cenário se altera a partir dos anos de 1960 e a tese de desmobilização é questionada. Alonso (2009) nos mostra que nesse período, tanto na Europa (sede do totalitarismo) como nos Estados Unidos, ressurgem mobilizações, mas não mais focada em classes ou operariado, “mas sobretudo em etnia (movimentos pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo), etc. Tampouco visavam a revolução política, no sentido de tomada do poder de Estado” (ALONSO, 2009, p. 50-51). Esses movimentos reuniram milhares de pessoas (jovens, mulheres, estudantes, profissionais, etc.) e tinham uma pauta determinada, representando um grupo específico. Afirma que só partir desse momento, podemos de fato, falar de movimentos sociais.

Esses movimentos sociais eram diferentes dos que tinham existido até então, e desperta o interesse de muitos estudiosos, e na década de 1970 que surgem três grandes teorias sobre movimentos sociais. A Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), representadas por McCarthy e Zald (1977), que focam na racionalidade da ação, onde os movimentos tinham sentido e organização, diferentemente, do que defendia Adorno e Riesman. Nessa corrente teórica, “mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização” (ALONSO, 2009, p. 52). A decisão de agir passa por um cálculo

entre custo e benefício que é realizado pelo indivíduo de forma consciente e racional e não puramente, emotiva. A ação coletiva só logrará êxito se tiver a sua disposição tanto recursos materiais como humanos, além da organização, característica fundamental. Vários movimentos podem se organizar em torno de um mesmo tema, o que geraria concorrência entre eles, na qual pode haver cooperação, mas também competição por esses recursos.

As duas outras teorias expostas por Alonso (2009) correspondem a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), que nascem como crítica a explicações deterministas e economicistas da ação coletiva, combinando política e cultura na explicação de movimentos sociais. Os estudiosos que exploraram em profundidade a TPP foram Charles Tilly (1975); Sidney Tarrow (1993) e Doug McAdam (1982). Nessa teoria, a estrutura de oportunidades políticas (EOP) que forneceria o parâmetro político da ação. “Em EOP favoráveis, grupos insatisfeitos organizam-se para expressar suas reivindicações na arena pública” (ALONSO, 2009, p. 55). Deve existir coordenação e organização para que exista atores coletivos, esses agentes vão se formando e surgindo ao longo do processo.

Para Tilly (1993), “um movimento social é definido, então, como uma “interação contenciosa”, que “envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder” em nome de uma população sob litígio” (apud ALONSO, 2009, p. 56). Segundo Tilly (1995), esse tipo de ação coletiva funciona com uma espécie de repertório, que seria “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (Idem, p. 58). O repertório de ação coletiva não pertence a um grupo, mas estão ligados a uma estrutura de conflito, possuindo estreita relação com a cultura, com a solidariedade e a rede de ações.

Já a TNMS foi bem representada por Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melluci. Para esses autores, ao longo do século XX, o capitalismo foi se alterando, deixando de centralizar as discussões em torno da produção industrial e o trabalho, o que foi representado pelo surgimento de novos temas e agentes que inauguraram também, novos modos de mobilizações coletivas. O conflito para Touraine (1989) não se encontra mais nas questões de trabalho e do capitalismo e sim, o conflito está em toda a parte. A cultura, o controle da informação e a tecnocracia se destacariam nesses processos de mobilização coletiva e conflitos sociais. As mobilizações são definidas por formas de vida e o direito de viver essas diversidades e não mais por questões demarcadas em trabalho.

Os “novos sujeitos” não seriam, então, classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum uma atitude de oposição. Seus exemplos principais são os movimentos feminista e ambientalista (ALONSO, 2009, p. 61).

Habermas (1987), afirma que os novos movimentos sociais lutam por qualidade de vida, equidade, realização pessoal, direitos humanos, participação, etc. e nasceriam como resposta a “situações-problema”, buscando a transformação das formas de vida de determinado grupo. Para Melluci (1980), na sociedade de informação, os movimentos sociais lutam por reconhecimento de identidades coletivas. Segundo Alonso (2009, p. 65), Melluci recorre a uma argumentação construcionista e processual, nesse sentido, “os atores constituiriam a ação coletiva, à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões”. Movimentos sociais para Melluci são ações coletivas, que estão envoltas em oportunidades e constrangimentos, necessitando de organização, lideranças e estratégias, priorizando as redes de relacionamento em vez das estruturas de mobilizações. Retoma a questão das emoções e da racionalidade como motivação para o engajamento.

Em suma, as três teorias – agora clássicas – sobre movimentos sociais têm contornos bastante peculiares. A TMR focalizou a dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise por meio do conceito de repertório, embora não tenha lhe dado lugar de honra. A TNMS, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos – e mesmo emoções coletivas –, incluindo-os na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida, deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses materiais que ela envolve (ALONSO, 2009, p. 69).

Maria da Glória Gohn (2011) também é uma estudiosa do tema e afirma que historicamente os movimentos sociais sempre existiram e provavelmente, é uma prática que permanecerá, pois envolve lutas e resistências ligadas a demandas e reivindicações sociais que vão surgindo com o desenvolver das relações. A autora diz que concorda com as análises feitas por Touraine, quando este “afirmava que os movimentos sociais são o coração, o pulsar da sociedade” (GOHN, 2011, p. 336). Os movimentos conseguem descrever a realidade social de uma forma mais precisa, apresentando propostas e possíveis soluções.

De acordo com a autora, a forma de atuação é em rede, o que facilita a construção de ações coletivas sobre temas específicos, como a inclusão social, luta por direitos, igualdade de

acesso, meio ambiente, diversidade cultural e sexual, etc. Gohn argumenta que os movimentos sociais devem ser fontes geradoras de saberes políticos e sociais e a conjuntura política, econômica e social deve ser analisada quando essas articulações ocorrem, pois auxilia a compreender o processo de mobilização. Cito:

Movimentos sociais são ações sociais de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2000, p. 12).

Para Gohn (2000, p. 13), “as lutas sociais conferem aos movimentos um caráter cíclico. Elas são as ondas e as marés; vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca pelo novo ou da reposição/conservação do velho”. Só existe movimento social quando tem demanda. As ações podem ter caráter reativo, ativo ou passivo e geralmente estão ligadas a um grupo que reivindica a partir de determinada identidade coletiva. Para a autora, os movimentos sociais provêm de distintas classes e camadas sociais e foram muitos os que surgiram no país desde 1930 até a atualidade, sendo que esse período histórico no Brasil é marcado por golpes de Estado e militares, inclusive, com alteração de várias constituições e leis.

Dentre os diversos tipos de movimentos sociais que ocorreram entre 1930 e 1937 no Brasil, a pesquisadora destaca os Movimentos dos Pioneiros da Educação (1931), a Marcha Contra a Fome (1931), a Criação da Aliança Libertadora Nacional (1935), entre outros, além das revoltas militares. Teve o golpe de Getúlio Vargas em 1937, que instaura o Estado Novo e cerceia com repressão os movimentos sociais. Gohn (2000, p. 17) afirma que a partir de 1942, começa a surgir diversas sociedades conhecidas como “amigos de bairro”, devido à urbanização acelerada e as necessidades de serviços públicos. Entre 1945 e 1964, o Brasil ficou marcado por governos populistas, sendo fértil o terreno das lutas e movimentos sociais. É nesse período que surge o ativo sindicato dos metalúrgicos na região do ABC paulista e o país assiste a eclosão entre 1961 e 1964 de “centenas de greves no país”, ligadas a vários ramos trabalhistas.

Para a autora, alguns movimentos sociais que ainda são fortes na sociedade tiveram suas origens nesse período e inauguraram novos ciclos de lutas e reivindicações sociais. As

Ligas Camponesas do Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER); além do Movimento de Educação de Base (MEB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Com a chegada do golpe militar em 1964, o país assiste o fim, ou pelo menos, o silenciar dos movimentos de resistência. De acordo com Gohn (1984), a instauração do Ato Institucional nº 5, traz o medo e a repressão para a sociedade e os indivíduos, e as mobilizações foram sendo cada vez mais criminalizadas e violentadas pelos militares no poder. Houve muita violência, luta armada e formação de guerrilhas em toda a América Latina.

De acordo com a autora, a partir de 1974, o governo militar, marcado pelo cenário desenvolvimentista entra em crise e “a resistência ao regime militar começa a se articular. Os movimentos sociais emergem das cinzas” (GOHN, 2000, p. 18). Surgem também, as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), com a Teologia da Libertação e reivindicavam acessos, tanto à educação, como a saúde, alimentação, transportes, moradia, etc.; e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A partir do final dos anos 70, os movimentos sociais no país começaram a adquirir direitos que foram escritos nas leis. Para Gohn em 1984, ocorre um marco político no Brasil, com o movimento popular que ficou conhecido como Diretas Já. No início da década de 1990, a crise econômica se torna globalizada, atingindo o país, gerando desemprego, reformas, precarização e revoltas. Em 1992, surge o movimento “Caras Pintadas”, tendo como pauta o impeachment do então presidente, Fernando Collor de Melo, acusado de corrupção. Mais recentemente, Gohn (2017) definiu três categorias de movimentos sociais, que, por conseguinte foram classificados em três grupos diferentes, ou seja, os clássicos, novos e novíssimos.

Os clássicos abarcam os sindicatos, sem-terra, estudantes, movimentos populares/comunitários de bairros, sem teto, etc. Os novos abrangem os movimentos de luta por direitos, identidades, etc. criados a partir do final da década de 1970 (gênero, geracionais, étnicas, ambientalistas etc.); e os novíssimos abrangem movimentos da atualidade, a maioria criados ou ‘afirmados’ na cena pública na década corrente, de 2010, a exemplo do Movimento Passe Livre (MPL) e do Movimento dos secundaristas, de um lado; e de outro o Vem Pra Rua (VPR) e Movimento Brasil Livre (MBL). Demarca-se as diferenças entre as correntes político ideológica e cultura que eles representam. (GONH, 2017, p. 3).

As lutas sociais se reinventam mais uma vez, e diversos movimentos citados se extinguem ou se alteram, dando início a uma nova fase dos movimentos sociais, agora, totalmente, associados às tecnologias que vão surgindo a partir dos anos 2000. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são muito dinâmicas e foram se adaptando aos diversos tipos de consumidor e sociedades. Essas tecnologias possibilitaram que os

coletivos sociais se organizassem através da rede e em formato de rede, o que realçou, novamente, o interesse pelos estudos ligados aos movimentos sociais e o uso dessas tecnologias, principalmente, a Internet e a telefonia móvel.

2.2 O conceito de rede e as ações coletivas

A discussão em torno do conceito de rede é antiga e é redefinido e redescoberto de tempos em tempos por várias áreas do saber, tendo um papel de destaque em estudos sociológicos, principalmente, àqueles ligados à tecnologia, comunicação e informação. É um conceito que costuma ser utilizado na Sociologia para designar e descrever as relações sociais, de influência, interação e poder. Junto com esse conceito, mais precisamente, nos últimos 30 anos, as novas TICs vem se inserindo também, cada vez mais na vida cotidiana dos indivíduos e da sociedade. As ações coletivas foram adentrando esse cenário e adicionando essas tecnologias às suas mobilizações e reivindicações. A ideia de rede começa a ser uma categoria e uma opção para explicar e compreender essas ações, que por vezes chamamos de movimentos, mas que agora, ocorrem em um espaço local, mas devido à inserção e o uso das novas TICs, seu alcance e efeitos podem ser globais.

Norbert Elias em seu livro, *A Sociedade dos Indivíduos* (1994), procura compreender que tipo de formação é esta que conhecemos como “sociedade”, que compomos em conjunto com outros seres humanos, mas que não foi planejada ou pretendida por nenhum de nós, e muito menos por todos nós juntos. Para Elias, cada pessoa dentro da sociedade tem uma função específica, estamos vivendo em constante estado de dependência uns com os outros, mas essa convivência não é totalmente, harmoniosa ou pacífica, estando o conflito presente nessas relações. Assim, o autor começa a delinear a sua ideia de rede.

Numa palavra, cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal (ELIAS, 1994, p.19).

A rede descrita por Elias está em constante movimento, “como um tecer e destecer ininterrupto das ligações” (ELIAS, 1994, p. 30). O indivíduo cresce e se cria a partir de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a construir. Poderíamos compreender a sociedade como uma rede de indivíduos que estão em constante relação, sugerindo uma rede de interdependência. Segundo o autor:

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto, essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singular dentro dele (ELIAS, 1994, p. 30).

Cada pessoa representa uma função dentro “da estrutura da rede humana em que, como um de seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo” (Ibidem). Para Elias, o processo civilizador é acionado e mantido em movimento por mudanças específicas no convívio humano, “por uma transformação das relações humanas que atua num sentido muito definido, por um movimento autônomo da rede de indivíduos humanos interdependentes” (Idem, p.51). A sociedade que é composta por indivíduos é formada por uma rede de relações sociais que produz fenômenos reticulares, e estão situados no interior das distintas relações dentro da sociedade humana, como as relações de interdependências, de tensões e conflitos, de autorregulação e de poder. Essas redes de relação são difíceis de serem rompidas, também são diferentes em cada sociedade e em cada cultura.

Ilse Scherer-Warren (1995) realiza estudos sobre ações coletivas e movimentos sociais e vem se aprofundando no conceito de rede para explicar essas ações e movimentos. Segundo a autora, o conceito de rede foi incorporado às Ciências Sociais por volta de 1940, mas é abordado por distintas áreas do saber e possuindo diversos significados. De acordo com Scherer-Warren (1995, p. 1045), “o termo rede é utilizado tanto pela ciência, enquanto conceito teórico ou metodológico, como por atores sociais que passaram a empregar esta noção para se referir a um determinado tipo de relação ou prática social”. Ainda de acordo com a autora, são muitos os tipos de redes que são apropriadas e redefinidas de acordo com a ciência que a estuda. A Geografia fala de redes técnicas, redes territoriais, redes de produção e redes urbanas. A Administração trabalha

com as redes organizacionais, empresariais, de controle e operacionais. A Economia investiga as redes de consumo, redes de produção e mercado. A Antropologia analisa as redes de parentesco, amizade, vizinhança, solidariedade, etc.. Da Computação vem à noção de redes de informação e redes de dados. Já a Sociologia compreende a ideia de rede a partir de sua articulação política, ideológica e simbólica.

Em relação aos estudos sociológicos de movimentos sociais e ações coletivas, Scherer-Warren (1995, p.1049) afirma que a noção de rede parte de duas perspectivas principais: “uma oriunda da tradição americana de análise da ação coletiva e da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e outra da tradição europeia da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)”. Na primeira, investiga-se “como os recursos, no caso os atores coletivos, foram mobilizados para a formação de redes”. Já os autores que são ligados à TNMS utilizam a noção de rede, procurando caracterizar tipos de articulações que podem ser políticas, ideológicas e simbólicas e que ocorrem entre os atores coletivos. Em relação à TMR, a autora cita a definição de Deroy-Pineau (1991) quando este se refere a uma dupla origem de recursos que podem ser mobilizados. Uma que parte de um tecido social comunitário, como a vizinhança, por exemplo. E outro que parte de um tecido social mais amplo, através de uma base de associação em torno de ideais ou elos comuns. Outra maneira de se referir a TMR é através da ideia de elos fracos que geralmente, ocorrem em nível de vizinhança e em situações momentâneas e os elos fortes que decorrem de relações mais intensas entre pessoas conhecidas que compartilham ideais comuns, formando uma base para alianças e construção de redes associativas.

Melucci (1989) é um autor ligado à TNMS e trabalha a ideia de rede como uma área de movimento, formada por grupos e indivíduos que compartilham identidades coletivas e propõem inovações culturais, desafiando os padrões dominantes de poder e representação simbólica. A cultura para Melucci é algo que está sempre se modificando e a formação de redes faz parte desse movimento de mudança.

Redes submersas, baseadas em códigos culturais e solidariedades construídas no cotidiano, podem tornar-se redes com visibilidade (articulações políticas) quando pequenos grupos se mobilizam para interferir nas políticas públicas. (MELUCCI, 1989, p.60-62 *apud* SCHERER-WARREN, 1995, p. 1048).

Mario Diani (1992, p.13) busca integrar as contribuições propostas por ambas as correntes teóricas. Para ele, “um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados num conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum”. (*apud* SCHERER-WARREN, 1995, p.1048). Em suma, na TMR, a mobilização depende da posse de recursos materiais e não matérias que se encontram disponíveis na sociedade. O principal foco da TMR são as organizações de

movimentos ao invés de focar na relação entre eles. Já a TNMS afirma que a ação coletiva se desenvolve abordando temas como questões culturais relacionadas à identidade e relações simbólicas, os laços de solidariedade e confiança.

Segundo Euzeneia Carlos (2011, p. 154), os estudos de movimentos sociais que utilizam a análise de redes sociais têm oferecido grandes contribuições às teorias dos movimentos sociais, “ao propor uma investigação complexa que permita o reconhecimento das múltiplas facetas que perpassam a ação coletiva”. De acordo com a autora, para compreender a análise de redes sociais relacionadas às teorias que abordam os movimentos sociais, temos que apreender o processo de construção e formação dos atores coletivos a partir de uma estrutura que é relacional e dinâmica. Seguindo os estudos de Diani (2003) sobre movimentos sociais, Carlos argumenta que:

Conforme esta concepção, o movimento social se constitui mediante uma rede de interações informais, composta por uma pluralidade de atores (indivíduos, grupos, associações ou organizações) que se engajam em relações de conflito com oponentes claramente definidos e compartilham uma identidade coletiva distinta. O autor reúne no conceito de RMS um tripé de elementos co-constituintes – rede informal, conflito social e identidade coletiva. (CARLOS, 2011, p. 154).

Para Diani (2003), os movimentos se formariam por “densas redes informais” nas quais os atores trocariam práticas e recursos simbólicos, entre negociações, coordenação e interação que são feitas pelos próprios atores. A ideia de conflito social é compreendida como relações de oposição em torno de um mesmo interesse, sejam eles políticos, culturais ou simbólicos. Já a identidade coletiva seria construída a partir de narrativas e interpretações que permite que cada ator se identifique como parte do esforço coletivo, mesmo mantendo uma identidade como ativista individual. Há uma noção de reconhecimento mútuo entre os atores.

Segundo Carlos (2011), o conceito de Redes de Movimentos Sociais – RMS -contribui na discussão sobre Movimentos Sociais e formação de identidades coletivas e suplanta as teorias dominantes citadas acima, que são centradas na estrutura de preferências e interesses, além da ideia de mobilização de recursos e organização formal. A RMS valoriza a diversidade de identidades que são relacionadas no processo de mobilização que por sua vez, são relações interacionais e conflituosas que se constituem entre múltiplos atores, que propõem mudanças e ressignificações ao longo do tempo. As associações em rede podem ser vistos de forma dinâmica, fluida e contingente nos movimentos sociais da atualidade.

Carlos (2011) argumenta que os movimentos sociais e suas ações costuma oscilar entre períodos de intensa e parca mobilização, sendo que Melluci (1996) discutiu esses períodos entre a fase visível e a fase de latência de um determinado movimento. Na fase visível ocorrem intensas atividades, com iniciativas públicas no intuito de demonstrar pressão, através da mobilização da

massa que compõe o movimento. A fase de latência é o período em que as relações entre militantes, grupos e organizações ocorrem através de um contato mais restrito, informal e interpessoal, diminuindo a capacidade de mobilização da massa e de pressão política. Também cita a ideia de Tarrow, quando este argumenta que são as oportunidades políticas que possibilitam ao movimento realizar intensa mobilização, ao qual o autor define como ciclos de protesto.

Para Manuel Castells (1993, p. 7), “uma rede é um conjunto de nós interconectados”. As redes para esse autor são adaptáveis, flexíveis e revolucionárias e possui uma íntima relação com as ações que ocorrem através da Internet. Para o autor, vivemos agora, na Galáxia da Internet, com sua velocidade e comunicação em tempo real, e em qualquer lugar do mundo. A tecnologia se transforma a todo o tempo, seja pela sociedade, pelos indivíduos ou instituições, e isso ocorre, quando a utilizamos, apropriamos, experimentamos e modificamos. São muitos os usos e ainda, os excluídos desse mundo digital, mas em suas palavras, “a Internet é uma rede de comunicação global, mas seu uso e sua realidade em evolução são produto da ação humana sob as condições específicas da história diferencial” (CASTELLS, 1993, p. 12).

A internet surge na década de 1960, mas só em 1995 que é inaugurado a world wide web e a sociedade, empresários e indivíduos comuns têm acesso a essa tecnologia. Para o autor, “os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos” (CASTELLS, 1993, p. 34). Os hackers foram os principais disseminadores dessas inovações ligadas à Internet e desenvolvimentos de software livres e compartilháveis. Segundo Castells (1993, p. 45), “a cultura hacker é, em essência, uma cultura de convergência entre seres humanos e suas máquinas num processo de interação liberta”. É uma cultura de criatividade intelectual fundada na liberdade, na cooperação, na reciprocidade e informalidade.

Para o autor, movimentos sociais de todos os tipos e ideologias se aproveitaram da Internet e das novas TICs para divulgar suas ideias e se articular, seja em escala local ou global. “O mundo social da Internet é tão diverso e contraditório quanto à própria sociedade. Assim, a cacofonia das comunidades virtuais não representa um sistema relativamente coerente de valores e normas sociais, como é o caso da cultura hacker” (CASTELLS, 2013, p. 48). São duas as características que devem existir nesse processo, ou seja, deve ser pautada em uma comunicação livre, horizontal e existir uma formação autônoma das redes. Além disso, são cinco as principais características que qualificam a sociedade em rede: a informação, a flexibilização da produção, a lógica reticular, a difusão e a convergência das tecnologias digitais de comunicação.

2.3 Conceituando e situando o net-ativismo

O conceito de net-ativismo possui uma íntima relação com os estudos relacionados à comunicação e as ações coletivas executadas *em* rede e *na* rede. Para Massimo Di Felice (2012), na modernidade, o ativismo passa a ser, totalmente, mediado pelas redes digitais, e a mídia exerce muitas influências nas relações que vão se constituindo, já que possui uma espécie de função social que media essas relações. Argumenta que as concepções de rede de Paul Baran (1964) nos auxiliam a compreender o surgimento e a concepção de net-ativismo ao qual pretende explorar e explica as fases de desenvolvimento e características de cada ação coletiva ou tipo de movimento social na atualidade, a partir da topologia dessas redes.

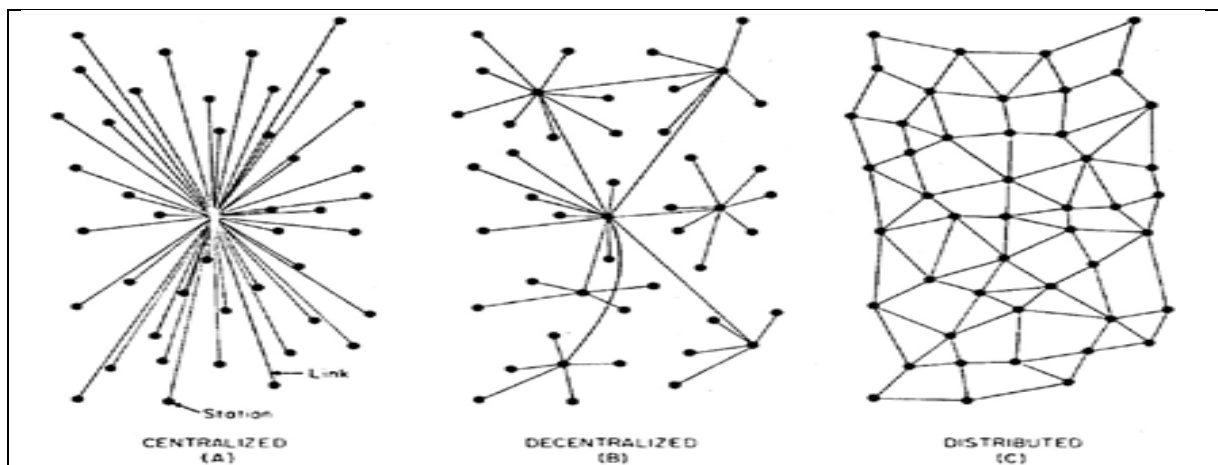


Figura 3: Topologia as redes: centralizada, descentralizada e distribuída. Fonte: Baran (1964) apud Di Felice (2013, p. 55).

Segundo o autor, com a expansão da Internet e da mídia exercendo uma função social, surge também, diferentes tipos de ações coletivas, o que expressa novos tipos de conflito social, elaborado e executado em formato de rede e na rede (Internet). Nesse contexto, o termo ciberativismo se destaca, mas tinha uma relação direta com demandas específicas, como o boicote ao consumo de determinadas marcas e produtos, ocupações, manifestações e protestos ligados a bandeiras de direitos civis, humanos e ambientais.

Inaugurou-se, assim, um novo tipo de participação baseada na construção de redes informativas pela difusão de informações na web com objetivo de defesa dos recursos naturais e do ambiente, das diversidades culturais, das culturas indígenas, além do ativismo nos territórios e na participação de fóruns mundiais contra o neoliberalismo até as propostas de reforma da ONU. Novos movimentos e novos conceitos surgiram, a partir de então,

autodominados como *Internet Activism*, *Eletronic Advocacy* ou *Ciberativismo*. (DI FELICE, 2013, p. 53).

A proposta de Di Felice (2013) é reinterpretar o termo *netactivism* ou *net-ativismo*, que é o título do livro de Ed Schwartz (1996), onde o autor buscava simplificar a expressão *Network-Ativismo*, mas focava na democracia eletrônica e nas redes cidadãs de participação política. Já Di Felice, busca expandir tanto a compreensão ciberativista como a feita por Schwartz, buscando também:

[...] analisar uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede que se articula como maximização das possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade no âmbito dos movimentos new-global. Esses são caracterizados não pela oposição à globalização, mas pelo advento de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação glocal avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente e sustentabilidade (DI FELICE, 2013, p. 54).

Os movimentos net-ativistas pensa “a qualidade da ação na rede que se produz através das interações entre sujeitos, tecnologia e informações” (DI FELICE, 2013, p. 55). Esse tipo de ação é construído de forma colaborativa. Para o autor, podemos definir o net-ativismo em três fases, que explicam as formas de conflitualidade atuais e se relacionam com as figuras de rede delineadas por Baran. Cito:

A primeira fase, que podemos considerar como uma fase embrionária, está ligada ao advento da internet na sua primeira forma de rede de computadores, que torna possível a divulgação e o compartilhamento de textos e de primeiras ações com caráter global entre os internautas. A segunda fase, ao contrário, é marcada pela experimentação das primeiras formas de conflitualidades sociais que pela internet deslocam a ação social para uma espacialidade informático-planetária. A terceira se caracteriza pelo advento da *web 2.0* e dos *social network* e se exprimem, além de que, em movimentos de protestos, subversões de vários tipos, na constituição de redes eficazes de ativismo e de colaboração (DI FELICE, 2013, p. 55).

Di Felice (2013) afirma que as primeiras formas de ativismo tinha o formato de redes centralizadas, onde os movimentos abordavam temas específicos, mas com alcance internacional, através das mensagens eletrônicas, fóruns de discussões e teleconferências. Cita que um dos primeiros exemplos de ações net-ativistas no mundo foi a experiência da *Association pour la communication progressiste* – APC – criada em 1988 e que reunia mais de 6 mil membros de organizações diferentes, a favor dos direitos humanos e ambientalismo.

A segunda etapa se relaciona com as formas descentralizadas de rede, e se manifestam em conflitos diversos, com bandeiras e povos também distintos.

Nessa segunda fase, mais precisamente, em 1994, o autor considera a experiência zapatista no México como o exemplo mais emblemático de ações net-ativistas. O movimento zapatista inaugura “uma onda de ativismo pós-ideológico, num primeiro momento reunido em apoio ativo às lutas zapatistas, mas sucessivamente capaz de se reconstituir autonomamente em diversos contextos e países” (DI FELICE, 2013, p.57). Nesse contexto, se intensificam as ações de grupos anárquicos e insurgentes, como os *Black Block*, por exemplo, que atuavam com táticas de guerrilhas urbanas, principalmente, contra o capital financeiro e privado.

Na terceira etapa, explica que a conflitualidade net-ativista surge com a banda larga e a web 2.0 e com as novas TICs, principalmente, aquelas ligadas à telefonia móvel e que passa de uma forma de “conflitualidade informativo-mediática para formas reticulares autônomas e colaborativas de ativismo que, em muitos casos, serão responsáveis pela implementação de radicais processos de transformação” (DI FELICE, 2013, p. 57). Essa fase é compatível com as formas distribuídas de rede e se configura como as características das ações net-ativistas atuais, exemplos: Movimento 5 estrelas na Itália; a Primavera Árabe (2011); o M-15 da Espanha (2011); o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos (2011); *Yo soy 132* no México em 2012, as Jornadas de Junho no Brasil em 2013, entre outros. A mídia começa a ser mais participativa, e todos os indivíduos que militam nesses coletivos, podem de algum modo contribuir através do diálogo e também, do compartilhamento de conteúdos.

Um estudo coordenado pelo Centro de Pesquisas *Atopos* da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, na figura de Di Felice (2013), além de outros parceiros internacionais e pesquisadores, catalogaram algumas características comuns que marcaram a qualidade das ações net-ativistas nesses países e em diferentes contextos políticos e as quais iremos nos pautar para identificar se no Brasil houve ou não movimentos net-ativistas em torno do combate à corrupção entre 2015 e 2017. Cito:

A primeira característica foi identificada na particular ecologia de tais ações e nas suas múltiplas localidades. Essas têm como origem as redes digitais e continuam nas ruas das cidades, sem deixar a sua dimensão informativo-digital, sendo filmadas, transmitidas, fotografadas, postadas e comentadas online. [...] A segunda característica identificada dos diversos movimentos net-ativistas se expressa na singular não linearidade de suas ações. Essa, de fato, apresenta-se como o conjunto de ações não apenas humanas, isto é, não apenas expressões da vontade de um sujeito ator, de movimentos sociais ou de opinião, mas resultado da sinergia de diversos actantes (circuito informativo, dispositivos, smartphones, câmaras digitais, gravadores, redes sociais, como *Facebook*, movimentos sociais, indivíduos, etc.). [...] Um

ulterior aspecto identificado pela pesquisa encontra-se na recursividade de suas ações que parecem ter, como objetivos principais, ao lado das reivindicações públicas e externas, a consciente expressão de reivindicações internas que se exprimem na exigência radical de transparência, democracia real e de tomada coletivas das decisões no âmbito dos próprios movimentos, deslocando, assim, de forma elíptica a própria ação e a direção do seu próprio impacto. Enfim, além da qualidade das ações, da ecologia da condição habitativa, e da recursividade, a pesquisa apontou duas outras características. A primeira, a valorização do anonimato e a recusa de uma identidade política, ideológica ou sintetizada em figuras carismáticas ou em líderes; e a segunda, caracterizada pela recusa da institucionalização, expressa seja na comum aversão aos partidos políticos de qualquer tendência, seja na recusa, também generalizada, de se tornar uma força política institucional (DI FELICE, 2013, p. 58-59).

Para o autor, as ações net-ativistas só existem porque elas são reproduzidas e contam com as novas TICs, principalmente, os aparelhos móveis que conseguem fotografar, armazenar, enviar e se conectar em tempo real. A informação deve ser compartilhada e distribuída, esses são os principais objetivos ao divulgar uma ação coletiva na rede. O modelo que abrange os movimentos net-ativistas atuais deve coincidir com a figura da rede distribuída de Baran (1964), sendo que pode ser vista como um “modelo no qual a informação navega de forma distribuída, horizontal, dialógica e redundante e onde cada nó tem igual importância e poder de interdependência” (Di Felice, 2012, p.30). O net-ativismo é uma ação coletiva que ocorre *em rede* e *na rede*, onde existe uma interação entre sujeito e objetos técnicos, além de coexistir em habitar *atópico*, que se refere a um específico modo de estar no mundo delineado pela forma comunicativa digital.

2.4 Surgimento e experiências de ações net-ativistas no mundo

Para Di Felice (2013a, p. 7), a ação possui um caráter ecológico complexo e não pode ser explicada somente a partir do homem. Percebe a ação no sentido de Latour (2012), onde os actantes humanos e os actantes não humanos passam a expressar sua própria condição habitativa através do desfecho do seu co-agir. O autor pensa o caráter comunicativo da ação, através do conceito de *atopia* “que descrevia a perspectiva ecossistêmica de uma interação fértil entre pessoas, tecnologias e territorialidades”. E argumenta que podemos definir o net-ativismo da seguinte maneira:

Referimos a expressão net-ativismo àquela do cyber ativismo enquanto esta última remete tradicionalmente a uma ação que aconteceria no cyber espaço, isto é, na esfera virtual. A observação do ativismo, divulgada em diversos contextos geográficos e políticos, mostra claramente como não é mais possível a representação de uma distinção entre cyber espaço e mundo real, entre mundo virtual e arquiteturas materiais. Como é possível observar em todas estas práticas de ativismo, a ação surge na rede e espalha-se nas geografias materiais mantendo uma contínua interação e ligação e estabelecendo as formas de uma geografia informativa que, em outros contextos, eu defini “atópica”. (DI FELICE, 2013a, p. 7).

David Ugarte (2007) argumenta que a partir dos anos 2001, o mundo passou a protagonizar levantes populares mediados pelas redes sociais, e a primeira grande “ciberturba”, que foram mobilizações espontâneas organizadas via SMS, ocorreu nas Filipinas e conseguiu com a pressão popular a derrubada do então presidente Joseph Estrada, acusado de corrupção. No período seguinte, ocorreram outros levantes no Leste europeu, além de vários na Espanha (2003, 2004, 2006), e na França (2005), mediados e organizados via blogs, e-mails e SMS. Para o autor, foi um período que inaugurou a Primavera das Redes, que objetiva a globalização da democracia e das liberdades.

A potência das redes distribuídas só pode ser aproveitada plenamente por aqueles que crêem em um mundo de poder distribuído e, em um mundo assim, o conflito informativo adota a forma de um *swarming* no qual os nodos vão sincronizando mensagens até acabar propiciando uma mudança na agenda pública. E, no limite, a mobilização espontânea e massiva nas ruas: a ciberturba. (UGARTE, 2007, p. 42).

Desde 2008, mais precisamente, com uma grave crise econômica se desenhando, o mundo assiste levantes com características ciberturbas nos termos de Ugarte, em rede para Castells (2013) e net-ativistas na visão de Di Felice (2013). Em 2011, a Primavera Árabe inaugurou um novo padrão de ação coletiva e com isso, “os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias” (CASTELLS, 2013, p. 12). Esses movimentos sociais se conectam em rede, através da comunicação autônoma e informação compartilhada. De acordo com Castells, a Tunísia e a Islândia reiniciaram esses movimentos em rede e foi o ímpeto para outras manifestações com o mesmo teor. Várias redes sociais conectadas via Internet como o Facebook, o Twitter e o Youtube foram utilizados como ferramentas para divulgar e espalhar as manifestações e as mobilizações no mundo todo, gerando reações globais.

Reconheço que qualquer levante social – e a Tunísia não foi exceção – ocorre como expressão de protestos contra más condições econômicas, sociais e políticas, tais como desemprego, carestia, desigualdade, pobreza, brutalidade policial, falta de democracia, censura e corrupção como modo de vida de todo o Estado. Mas dessas condições objetivas emergiram emoções e sentimentos – sentimentos de afronta muitas vezes induzidos pela humilhação – e esses sentimentos estimularam protestos espontâneos iniciados por indivíduos: jovens usando suas redes, as redes que eles vivem e se expressam. [...] Foi na conexão entre as redes sociais da internet e as redes pessoais que se forjou o protesto. Assim, a precondição para as revoltas foi a existência de uma cultura da internet, constituída de blogueiros, redes sociais e ciberativismo. (CASTELLS, 2013, p. 32-33).

E não foi diferente no restante do mundo e no Brasil. Houve a “revolução das panelas” na Islândia (2008), que foi uma reação popular a corrupção, má gestão e o modelo de riqueza especulativa, colocado em ação pelas grandes instituições financeiras e bancos, contando com grande apoio de populares pela Internet. A revolução egípcia (2011), onde as mobilizações também foram convocadas via redes sociais, e a Praça Tahrir, foi literalmente ocupada por milhares de pessoas como resposta à convocação das redes. Não podemos esquecer-nos da repressão por parte do exercito e governo, censura à mídia e o bloqueio da Internet que rodeou a revolução Árabe. Os Indignados na Espanha (2011), que foi considerado por Castells (2013), um modelo de revolução rizomática, já que surge de um grupo de discussão no Facebook, num modelo de rede descentralizada com núcleos anônimos em diferentes cidades. Os indignados lutavam por uma “*Democracia Real Ya*”, slogan do movimento, que também saiu das redes e ocupou as ruas. O Manifesto dos Indignados continha as seguintes palavras⁶ e representa bem a insatisfação generalizada com a política e com a corrupção que cercava a vida dos espanhóis, mas que acaba sendo um sentimento global, principalmente em países subdesenvolvidos, onde as práticas de corrupção são rotineiras.

Esse apelo foi divulgado apenas nas redes sociais, mobilizando milhares de pessoas em mais de 50 cidades da Espanha, culminando com a ocupação da *Puerta del Sol*, uma praça simbólica do país, onde ficaram acampados nesse local por alguns meses. Os Indignados foi um movimento rico e com distintos discursos, fornecendo o “modelo” para outras

⁶Somos pessoas comuns. Somos como vocês: pessoas que se levantam de manhã para estudar, trabalhar ou procurar emprego, pessoas com famílias e amigos. Pessoas que dão duro todo dia para viver e proporcionar um futuro melhor a todos os que nos rodeiam ... Porém, neste país, a maioria da classe política nem sequer nos escuta. Suas funções deveriam ser levar nossa voz às instituições, facilitando a participação política cidadã e procurando o maior benefício para a sociedade em geral, e não enriquecer as nossas custas, atendendo apenas às ordens dos grandes poderes econômicos e mantendo uma ditadura partidocrática... somos pessoas não mercadorias. Não sou apenas o que compro, por que compro e para quem compro. Por todos esses motivos, estou indignado. Acredito que posso mudar. Acredito que posso ajudar. Sei que unidos nós conseguimos. Venha conosco. É seu direito. (apud CASTELLS, 2013, p. 91-92).

manifestações que ocorreram no período, como o *Occupy Wall Street* (2011), que teve uma rápida difusão geográfica pelos Estados Unidos e influenciou para que ocorressem diversas mobilizações pelo mundo em apoio ao movimento americano. O movimento *Occupy*, nasceu pela internet, difundiu-se e se manteve através dessa ferramenta, e era fundamentalmente, digital. Adotou o slogan “Nós somos os 99%”, sendo que o Twitter e o Tumblr foram as plataformas mais utilizadas na divulgação e proliferação das ações, mobilizações e ocupações.

No Brasil, esse tipo de manifestação também começou espontaneamente e ficou conhecido com as Jornadas de Junho em 2013, quando milhares de pessoas, que se organizaram via redes sociais, ocuparam as ruas de diferentes cidades do país, contra o aumento da passagem de ônibus e em prol do passe livre estudantil. Para Castells (2013), essas manifestações ocorreram sem lideranças e de surpresa, e foi ressoando na sociedade, na mídia e entre os governantes. As demandas foram se proliferando durante o processo de mobilização, e a saúde, a educação, ou melhor, serviços públicos de qualidade começam a ser exigidos por essas pessoas que saíram as ruas. “Não são 20 centavos, são nossos direitos”, era um dos gritos proliferados durante as manifestações. Cito:

De uma forma confusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam – e estão – sempre conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu (CASTELLS, 2013, p. 183- 184).

Esses movimentos chamaram muito a atenção da classe política, que se sentiram impelidos a responder as ruas, principalmente, a presidenta, Dilma Rousseff do PT, alvo de críticas durante as manifestações já em 2013. Castells (2013) afirma que pela primeira vez, desde que se iniciaram esses movimentos em rede em mais de 90 países diferentes, a mais alta autoridade institucional declarou que “tinha a obrigação de escutar a voz das ruas”. E esse gesto fez com que o Movimento Passe Livre – MPL - se legitimasse, provocando pressão, o que levou as autoridades locais recuarem, não aumentando as tarifas do transporte público, e inclusive, alguns estados como Goiás, logo implementou o passe livre estudantil, reivindicação do MPL, que também defende a Tarifa Zero. Durante esse período, houve bastantes promessas de investimento público em educação, saúde e transporte, inclusive, o discurso de mudança na legislação em torno da corrupção e sua punição, mas na prática, foram mudanças que não se efetivaram, ocasionando mais insatisfação popular.

Nas palavras do autor, o que esses movimentos em rede mostraram e reafirmaram é que “o que é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é o que eles o farão. Móbil-izados” (CASTELLS, 2013 p. 186). No ano de 2014, o Brasil seria palco de dois grandes eventos nacionais, sediaria a Copa do Mundo de Futebol da FIFA e as eleições majoritárias a nível nacional, sendo que o país vinha de um cenário recente de manifestações populares nas ruas, e que no ano de 2014 se concentraram em torno da corrupção e da insatisfação com os altos custos da Copa, obras inacabadas, enquanto a saúde e a educação continuavam sofrendo com o descaso político. Outro acontecimento que mudou e impulsionou novas manifestações no país, foi o estouro da Operação Lava Jato, executada em parceria entre a Polícia Federal e o Ministério Público, que denunciava o maior esquema de corrupção envolvendo partidos políticos, empresários do ramo da Construção Civil e suas empreiteiras famosas, além de algumas diretorias da estatal Petrobras e doleiros.

De repente, parece que tudo ficou meio “caótico” no país. Primeiro a Copa do Mundo se torna um vexame nacional, com a derrota de 7 a 1 para a Alemanha. A esperança que o futebol sempre trouxe para o país, com a não classificação, intensificou a frustração do brasileiro. Os escândalos envolvendo a Lava Jato alcançam os partidos e os políticos, demonstrando um grande esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, sendo que o PT, o PMDB e o PP, tornam-se os principais alvos das investigações. Já durante a campanha eleitoral, começa uma tensa polarização política no país. Com a reeleição acirradíssima de Dilma Rousseff (PT) contra Aécio Neves (PSDB), alguns coletivos surgem nas redes sociais, com os mesmos moldes de um movimento net-ativista, reivindicando a ilegitimidade da reeleição, demonstrando muita insatisfação com a continuidade petista e com a corrupção.

O principal adversário político de Dilma na época, Aécio Neves, também não aceita a derrota nas urnas e convoca a população a se manifestarem contra a presidenta, inclusive, nos informa que o PSDB tinha entrado com uma liminar no Tribunal Superior Eleitoral contra a chapa Dilma/Temer, por irregularidades durante a campanha. Além disso, a popularidade de Dilma que já estava abalada durante o período eleitoral, se desgasta ainda mais quando assume o seu segundo mandato em 2015, período onde as suas promessas de campanha começam a ser descumpridas, gerando insatisfação até mesmo, entre os seus eleitores, já que houve um considerável aumento do preço da energia elétrica e da gasolina no país. A hipótese de renúncia ou de impeachment começa a rodear o imaginário do brasileiro, principalmente, daqueles que eram contra a continuidade do governo petista no poder.

Entre 2015 e 2016, ocorreram os maiores protestos contra a corrupção e contra um partido político no Brasil, que vivenciava uma grave crise econômica, política e social. Alguns coletivos sociais começaram a “dar as caras” nas redes mediadas pela Internet, ainda no final de 2014, como é o caso do coletivo que iniciou suas atividades nas redes sociais com a hashtag #Vem Pra Rua, e que acabou se institucionalizando em um movimento organizado, além do Movimento Brasil Livre – MBL e outras dezenas que tinham como bandeira o combate à corrupção e o impeachment de Dilma Rousseff. A outra vertente de coletivos aos possíveis moldes net-ativista teve como slogan a hashtag #Não Vai Ter Golpe, e visava à defesa do mandato de Dilma e o cancelamento do pedido de impeachment contra a presidenta. Trataremos essas duas hashtags como os slogans que deram início a duas controvérsias⁷ no país em torno de uma controvérsia pública muito maior que é a corrupção, sua relação com a classe política, com a sociedade e o seu combate.

2.5 Net-ativismo e o discurso anticorrupção no Brasil entre duas controvérsias

O processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT) criou uma polaridade política no país, muito mais complexa que entre a ideologia da esquerda ou direita, apesar de nos discursos elas se confundirem. Entre 2015 e 2016, mais especificamente, o tema da corrupção emergiu como uma controvérsia pública e criou uma espécie de tensão permanente entre quem era contra ou a favor do governo Dilma e do PT. Essa controvérsia girou em torno dos seguintes discursos: um que defendia o impeachment, acusando o governo de compactuar com a corrupção e gerir mal o país, colocando em risco a democracia (sendo que os simpatizantes desse discurso não consideraram legítimo o resultado das urnas, ou seja, a vitória de presidenta com 51,64% dos votos válidos). A outra vertente discursiva afirmava que o processo de impeachment tratava-se de um golpe parlamentar, o que colocaria em risco a própria ordem democrática, já que o resultado recente das urnas não estava sendo levado em

⁷ Controversies are certainly and by far the most complex phenomena to be observed in collective life. In Macospol documentation, controversies are defined as such: The word “controversy” refers here to every bit of science and technology which is not yet stabilized, closed or “black boxed” ... we use it as a general term to describe shared uncertainty. (MACOSPOL, 2007, p. 6, apud VENTURINNI, 2009, p. 3).

As controvérsias são certamente e, de longe, os fenômenos mais complexos a serem observados na vida coletiva. Na documentação da Macospol, controvérsias são definidas como: A palavra “controvérsia” refere-se aqui a toda parte da ciência e tecnologia que ainda não está estabilizada, fechada ou em “caixa preta”... nós a usamos como um termo geral para descrever a incerteza compartilhada. (Tradução nossa).

conta durante o processo, e não tinha provas contundentes de que a presidenta tinha cometido crime de responsabilidade ou de corrupção.

Esse embate discursivo foi se dividindo em duas bandeiras: uma verde e amarela que representava os brasileiros a favor do impeachment de Dilma e contra a corrupção e a outra vermelha, considerados os simpatizantes do governo e petistas. Inicialmente, esses discursos ocorreram via Twitter através das hashtags #VEMPRARUA e #NÃOVAITERGOLPE e as quais delimitaremos como as controvérsias que definiram a trajetória das manifestações e dos acontecimentos subsequentes no país, além de terem garantido a base ativista para as duas vertentes de mobilizações que surgiram e suas várias nomenclaturas de coletivos que se “filiaram” a essas duas controvérsias.

Bruno Latour em seu livro *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede* (2012) busca reestabelecer teoricamente as relações entre o que chama de mediadores “humanos” e “não-humanos”. Parte da noção da cartografia exposta por Deleuze e Guattari, além de seus estudos sobre comunicação e tecnologia, para desenvolver o método conhecido como Cartografia de Controvérsias, buscando uma melhor compreensão dos fenômenos que envolvem a coletividade, e que possuem uma natureza rizomática, pautadas em incertezas, controvérsias e conflitos. A corrupção e o seu combate no Brasil, principalmente, durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, possuem essas características e é a partir dessa afirmação que iremos trabalhar nesse tópico.

A cartografia social se dedica, para além da visualização de mapas estáticos, a visualização de movimentos de poder, rotas de fuga, resistências e práticas libertárias. Trata-se de apresentar diagramas de poder, demonstrando as linhas de enfrentamento e suas resistências. Os diagramas de poder podem dar visibilidade a fenômenos capilares, de natureza rizomática, ou ainda, na definição deleuziana, micropolíticos. (SOBREIRA, 2015, p.81).

O social não se trata de um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas é visto como um movimento peculiar que envolve reassociação e reagregação. Segundo Pereira e Boechat (2014, p. 558), a controvérsia presente em alguns ramos de estudo é capaz de fazer “visível à trama social em sua complexidade e a cartografia assume para si as tarefas de representa-la e analisa-la visualmente”. O conceito de controvérsia nos ajudará a compreender o fenômeno da corrupção e as mobilizações que ocorreram com o apoio da Internet e redes sociais visando o seu combate e eliminação entre 2015 e 2017 e os efeitos que esses protestos geraram na política e na sociedade brasileira.

André Lemos (2013) elabora um estudo com ênfase em mídias digitais e cibercultura, argumentando que a Cartografia de Controvérsias representa a metodologia da Teoria Ator Rede (TAR ou em inglês, *Actor Network Theory* - ANT) e a explica a partir da reflexão de Michel Callon (1999) e da análise de Tommaso Venturini (2010; 2012), que propõe um roteiro para a criação de cartografia de controvérsias. Para os autores, “onde há estabilização, só há intermediários. Onde há controvérsias, há mediadores, actantes” (LEMOS, 2013, p. 105). As controvérsias acontecem quando ocorre desestabilização, “quando as coisas que estavam no fundo, despercebidas e estabilizadas, passam para a frente da cena, colocando o problema em evidência e gerando novas mediações” (LEMOS, 2013, p. 109). Quando as caixas-pretas são abertas, logo as controvérsias se mostram como mundos que entram em conflito, os modos de existências entram em choque, mas a tendência é que após o embate, ocorra a reagregação ou a estabilização.

A controvérsia é o momento ideal para revelar a circulação da agência, a mediação, as traduções entre actantes, a constituição de intermediários, as relações de força, os embates antes de suas estabilizações como caixas-pretas. Na controvérsia, negociações se estabelecem e engajamentos são desenhados para futuras resoluções. Como uma sociologia da mobilidade, a TAR tem nas controvérsias o momento e o lugar privilegiados para observar a circulação, a criação e o término das associações, para observar a “agregação social”, a controvérsia revela, como afirma Venturini, o “magma” social. Quando finda a controvérsia, cristalizam-se as ações, enrijecem as relações, estabilizam-se os problemas e só aguardando novos acidentes poderemos ver as caixas-pretas voltarem a se abrir e delas saírem os novos problemas. (LEMOS, 2013, p. 106).

Na concepção do autor, para pensar o processo comunicativo e participativo, devemos entender as tecnologias de informações e as redes sociotécnicas que estão em constante circulação. As controvérsias são resistentes às reduções e indicam inúmeros fatores e surgem quando os problemas que estavam despercebidos se tornam evidentes, geram mediações, as caixas-pretas são abertas e podemos perceber como mundos entram em conflito, como “modos de existência” em embate antes das estabilizações e da “agregação social”. Nesse sentido, as controvérsias se tornam a melhor ferramenta para ver o social. O autor apresenta quatro características que se aplicam as controvérsias na visão de Callon (1999), cito:

1. A controvérsia é sobre um objeto técnico, mas não se reduz a objeto puro e simplesmente técnico, já que esse não existe. Todo objeto é social e deve ser visto pelas suas relações;
2. As soluções são sempre múltiplas e sem direção dada de antemão, já que envolvem a negociação entre diversos actantes que são eles mesmos redes, eventos híbridos;
3. Os grupos

implicados têm interesses variados, cosmovisões que entram em conflito e que revelam forças e hierarquias diferenciadas; e, 4. As forças tendem a se equilibrar nas negociações ao longo da controvérsia, esfriando-a, criando pontualizações ou caixas-pretas. (LEMOS, 2013, p. 108-109).

Para Lemos (2012) as controvérsias são complexas, pois envolve a vida coletiva, o social em seu estado “magmático”. O social quando se expressa em controvérsias, é tanto líquido como sólido ao mesmo tempo, e está em constante transformação. Para Venturini (1999), nas margens o fluxo do magma pode esfriar e se cristalizar, enquanto outras partes mais sólidas que são tocadas pelo calor do fluxo, derretem e se torna parte da corrente que segue o fluxo tocando aquilo que vê pela frente. As controvérsias evidenciam e reafirmam “o fracasso da separação, da purificação e da categorização artificiosa das relações entre actantes humanos e não-humanos, reforçando os primeiros e apontando o social como uma coisa externa que explicaria os outros subsistemas”. Devemos olhar para as controvérsias e falar o que enxergamos. Desenhar os diagramas de força, os mapas de mediação, realizando um trabalho cuidadoso, respeitando a complexidade dos atores envolvidos.

As “cartografias de controvérsias” (CC), propostas por Venturini e Latour, nada mais são do que formas de “desenhar” a distribuição das ações, de seguir actantes, de visualizar os diagramas da mediação, agenciamentos e de revelar cosmogramas. São os mapas gerados pela sociologia da mobilidade. Podemos dizer que a CC é um conjunto de técnicas para explorar e visualizar polêmicas, questões emergentes em determinados agrupamentos, o movimento, a circulação da ação e a fluidez das mediações, revelando as diversas dimensões que compõem uma rede sociotécnica. (LEMOS, 2013, p. 110).

As ações que merecem atenção da TAR são aquelas em que os actantes não se encontram em harmonia, onde as controvérsias estão em evidência, podendo se expressar em distintas formas de conflito. São aquelas em que os debates estão quentes, e inacabados. Nesse tipo de situação que “podemos ver o social se formando, revelando questões de diversas ordens (poder, política, direito à voz, força). Por isso, o trabalho da TAR é descrever as controvérsias a partir do mapeamento dos seus rastros” (LEMOS, 2013, p. 111). Velho e Velho (2002) argumentam que uma controvérsia “refere-se a uma disputa, uma discussão ou um debate regular entre indivíduos ou grupo de indivíduos sobre um assunto de interesse comum” (*apud* PINTO E DOMENICO, 2014, p. 3). Moraes, et al (2015, p. 35) citando as noções de Boltanski e Thévenot (1999); Lascoumes e Le Galés (2007), afirmam que “um problema se torna público quando se torna objeto de controvérsias, ou seja, quando se torna objeto de atenção e disputa entre diferentes “públicos”.

A corrupção e o seu combate faz parte do rol de interesses de públicos distintos e que atuam ou atuaram de diferentes maneiras, inclusive gerando conflitos entre os indivíduos e muitas controvérsias, que serão demonstradas através das imagens e discursos captados durante as manifestações nas ruas e nas redes sociais e que fazem parte da nossa coletânea de dados. Nas próximas etapas, iremos identificar em qual estágio se encontra a controvérsia do combate à corrupção, se esses coletivos que se filiaram a esses dois slogans/controvérsias possuem as características de um movimento aos moldes do net-ativismo descritos por Di Felice (2013), e se atualmente, trata-se de uma controvérsia quente ou se está estabilizada em uma caixa-preta, discutindo também, as consequências que esses atos tanto nas ruas como nas redes sociais geraram para o Brasil, e pela luta anticorrupção no país.

2.5.1 Sobre a controvérsia #Vem Pra Rua

A controvérsia #Vem Pra Rua teve suas origens em um slogan publicitário. De acordo com Suzana Costa (2016), junto com as manifestações das Jornadas de Junho em 2013, impulsionadas pelo MPL, houve também uma espécie de apropriação de uma música, cujo título era Vem Pra Rua⁸ e foi utilizada na campanha da montadora *Fiat* para a Copa das Confederações de 2013, na voz do cantor Falcão do grupo O Rappa, “o refrão serviu de convite para a população aderir ao movimento e ingressar na onda de protestos que se espalhou por várias cidades do país” (COSTA, 2016, p. 64). Os internautas foram cruciais para a divulgação desse slogan, que acabou virando a hashtag #VemPraRua, e da sua relação com as manifestações que ocorrem posteriormente no país, principalmente, a partir de 2015, cujo teor não era mais o transporte público e sim a corrupção e o impeachment de Dilma Rousseff. O termo foi evoluindo de sentido e sendo apropriado, cito:

A constatação da evolução dos sentidos, baseada no princípio de funcionalidade (SOUZA JÚNIOR, 2015, p.52), partiu de uma letra de música e tema de propaganda, passando por nome de movimento e culminando em uma organização que conta inclusive com um manifesto.

⁸ Letra da música: Vem, vamo pra rua. Pode vim que a festa é sua. Que o Brasil vai tá gigante. Grande como nunca se viu. Vem, vamo com a gente. Vem torcer bola pra frente. Sai de casa, vem pra rua. Pra maior arquibancada do Brasil. (Refrão) É eoooh, Vem pra rua. Porque a rua é a maior arquibancada do Brasil. Ooh, Vem pra rua. Porque a rua é a maior arquibancada do Brasil. Se essa rua fosse minha. Eu mandava ladrilhar. Tudo em verde e amarelo só pra ver o Brasil inteiro passar. Repete o refrão. (Coro) Vem pra rua! Vem pra rua! Vem pra rua! Vem pra rua! (FALCÃO, O RAPPA, 2013).

Cabe lembrar que dentro desse processo evolutivo, “Vem Pra Rua” destacou-se também como expressão convocatória para os protestos. O Vem Pra Rua Brasil surgiu em um dado momento com o status de perfil, em cuja evolução observa-se a partir do mecanismo de ressignificação (FAIRCLOUGH, 2001; SOUZA JÚNIOR, 2015), a interação dos internautas e a (re)construção de identidades, fazendo do espaço virtual um campo de engajamento discursivo e troca de conhecimento. (apud COSTA, 2016, p. 75).

Trataremos o slogan #Vem Pra Rua como a controvérsia que alimentou os movimentos pró-impeachment, a derrubada de Dilma Rousseff (PT) do poder e como a base que alicerçou os coletivos que surgem e se institucionalizam, posteriormente, à circulação desta hashtag nas mídias digitais e sociais, principalmente, no Twitter e o Facebook. A controvérsia está presente no próprio entendimento e modo de professar o discurso contra a corrupção dos que vestiram a bandeira verde e amarela e na forma como buscam manter a democracia, sendo que muitos cartazes durante as manifestações nas ruas pediam inclusive, a volta do regime militar como solução política para o país. As controvérsias se expressam nos discursos e imagens proliferados pelos indivíduos que circularam nas redes e nas ruas, e também nos embates discursivos contra os que se “filiaram” a bandeira contrária.

As controvérsias surgem quando coisas que estavam despercebidas ou adormecidas vêm à tona. A reeleição de Dilma Rousseff (PT) e a operação Lava Jato foram responsáveis por reabrir a caixa-preta sobre corrupção e fez emergir novos conflitos em torno de uma problemática tão antiga no país. Também foi um período cheio de oportunidades para que surgissem lideranças, bordões e principalmente, muito conflito, tanto no campo ideológico, simbólico, como físico. Com essa ressignificação do #Vem Pra Rua, que inicialmente trata-se de uma música feita para uma propaganda comercial, depois como uma hashtag bastante visual com as cores da bandeira do Brasil, isso ainda em 2013, as pessoas começam a utilizá-las em mobilizações populares nas ruas. Em outubro de 2014, o Movimento Vem Pra Rua surge como um coletivo institucionalizado, com direito a manifesto, site, páginas nas redes sociais como o Facebook, o Instagram e o Twitter, sendo um dos primeiros entre várias outras nomenclaturas de coletivos que se afinam com a proposta do impeachment e junto com ela, uma proposta anti-Dilma, anti-Lula e anti-PT e não podemos esquecer anticorrupção.

O Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil para lutar por um Brasil melhor. Brasileiros de todas as regiões do país, de todas as classes sociais e de todas as idades passaram a se mobilizar, desde o final de 2014, contra a grave situação econômica, política e social pela qual passamos. Preocupados com os rumos que tomava a política brasileira, sequestrada que estava e está

por gente incompetente, despreparada e sem compromisso com o país, alarmados com os casos de corrupção de proporção cada vez mais gigantesca, que consomem nossas riquezas e energias como Nação, e indignados com a agravamento da crise econômica – com suas consequências sociais -, nós, cidadãos brasileiros, não podemos deixar que a política seja feita apenas nos gabinetes: já era hora de a política tomar as ruas! Foi por isso que o Vem Pra Rua levou, juntamente com outros movimentos da sociedade civil, mais de 2 milhões de pessoas às ruas de todo o Brasil em 4 grandes manifestações contra a corrupção e o desgoverno que ameaçam nossa sociedade (MOVIMENTO VEM PRA RUA, 2018).

O Movimento Vem Pra Rua (MVPR) discursa e se define a partir de um grupo, os “brasileiros”. Quando afirmam que surge de uma preocupação com a política e com a economia, deixam evidente a insatisfação com o governo que estava no poder naquele momento, e que tinha sido reeleito, ou seja, o governo do PT, na figura de Dilma Rousseff. No mesmo período em que o MVPR se institucionaliza como coletivo, ou seja, no final de 2014, surge também outro coletivo extremamente forte, e que direcionou os novos rumos das manifestações nas ruas, impulsionando de vez, o levante social pró-impeachment e anti-PT, trata-se do Movimento Brasil Livre, mais conhecido como MBL. Esses coletivos possuem algumas figuras na posição de líderes ou fundadores, e que eram vistos em diversas manifestações, sempre reivindicando a liderança das ruas.



Figura 4: Imagem de alguns dos mais influentes líderes dos coletivos MBL e MVPR durante as manifestações Pró-Impeachment. **Fonte:** elaboração própria.

Em sua página do Facebook, o MBL se define como uma entidade que visa mobilizar os brasileiros em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera e no ano de 2017 ainda continha os seguintes dizeres “defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia”, mas que desapareceram da página de entrada do Facebook, no período de revisão final do texto em 2018. Com a pressão sofrida nas redes sobre quais seriam as intenções do movimento, o MBL cria uma lista de proposta políticas para o país (que estão disponíveis no site do coletivo), sendo responsáveis por um dos pedidos de impeachment protocolados na Câmara dos Deputados contra a presidenta Dilma Rousseff no ano de 2015 e que ajudou a desencadear o processo.

Para Gohn (2017), esses grupos possuem uma vertente mais conservadora, liberal, reacionária e trabalharam um constante repertório contra a corrupção durante o processo de impeachment, podendo ser considerados como uma vertente dos novíssimos movimentos sociais. As redes sociais foram fundamentais para a efetiva ocupação das ruas por esses grupos, via repetidos protestos entre 2015 e 2016. Para a autora, “diferentes mídias tiveram papel importante no processo, não apenas para divulgar os protestos e suas agendas, mas também para construir internamente as manifestações” (GOHN, 2017, p. 4). A autora argumenta que foram mais de 30 entidades que se filiaram a uma espécie de Aliança, com destaque para os coletivos MVPR, o MBL, Nas Ruas e os Revoltados Online, que priorizam uma atuação mais conservadora do estado em diversos planos da vida, como a educação, família, casamento, drogas, justiça, etc., mas, a seu ver, de forma contraditória.

Em 2015 a multidão retorna às ruas. [...] pauta-se o impeachment como meta. A população aderiu a um grande número de convocações transformando as ruas, praças e avenidas não só em territórios de cidadania, mas também de avaliação pública de políticos, governos e partidos. Ser contra ou a favor do impeachment era demarcado não apenas pelo rol do repertório de demandas mas também pelo estilo das manifestações, cor das roupas, bandeiras, banners, etc. Esses fatos, aliados à conjuntura de crise econômica e política, criaram condições e oportunidades políticas favoráveis ao fortalecimento das organizações movimentalistas, estruturadas com racionalidade de uma empresa, com os quais convocam a população em momentos estratégicos, mas sem amplas bases militantes organizadas. São ativistas de causas e legitimaram discursos e práticas sobre a prioridade da ordem e da eficiência econômica – no plano do Poder Executivo central; e o protagonismo de posições conservadoras no Poder Legislativo. (GOHN, 2017, p. 5).

Buscaremos identificar os modos de atuação desses coletivos e verificar se eles se enquadram na definição de um movimento net-ativista aos moldes de Di Felice (2013),

apresentando algumas controvérsias vividas e divulgadas pelos indivíduos que apoiam esses grupos e as suas bandeiras de luta nas ruas e nas redes sociais. Como salientamos, no final do ano de 2014, surgiram esses dois coletivos, que tiveram maior impacto nas manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff, ou seja, o MVPR e o MBL. Mas foi um período propício para a proliferação de bandeiras anticorrupção no Brasil, que atuaram de maneira incisiva na política e nas ruas entre 2015 e 2016, mais especificamente. Consideraremos esses coletivos “filiados” a controvérsia da #Vem Pra Rua, já que nas ruas se misturavam a um mesmo movimento, com as mesmas cores e discursos.

Esses coletivos que se mobilizaram em torno do fenômeno da corrupção e contra o governo Dilma tiveram um papel relevante para a definição do cenário político atual e acabaram influenciando também a mídia e a opinião pública. Muitos movimentos sociais surgiram ao longo da história política do país, mas o foco da nossa pesquisa vai ser enfatizar as ações e discursos daqueles que atuaram a partir de 2015 até 2017 durante o breve segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) e início da gestão de Michel Temer (PMDB), por considerar que eles tiveram papel fundamental no processo de impeachment da presidenta e nos rumos políticos do Brasil e iniciaram também, um novo ímpeto participativo no país, com forte destaque para os movimentos de direita e suas ideais mais segregacionistas.

SIGLA/NOME	AUTODESCRIÇÃO NO SITE	REDES SOCIAIS
MCCE - Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.	O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) é uma rede formada por entidades da sociedade civil, movimentos, organizações sociais e religiosas que tem como objetivo combater a corrupção eleitoral, bem como realizar um trabalho educativo sobre a importância do voto visando sempre à busca por um cenário político e eleitoral mais justo e transparente. Fundado em 2002. No Twitter o MCCE afirma que foi o responsável pela conquista da lei de iniciativa popular que restringe candidaturas de pessoas condenadas por corrupção.	http://www.mcce.org.br/ https://www.facebook.com/MCCEFichaLimpa/ https://twitter.com/fichalimpa https://www.youtube.com/user/CANALMCCE
Movimento Vem Pra Rua – MVPR.	O Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil para lutar por um Brasil melhor. Brasileiros de todas as regiões do país, de todas as classes sociais e de todas as idades passaram a se mobilizar, desde outubro de 2014, contra a grave situação econômica, política e social pela qual passamos. Nós do Vem Pra Rua queremos um Brasil livre da corrupção, uma política feita com ética e um	http://www.vempraru.net/ https://www.facebook.com/VemPraRuaBrasil.org/ https://www.instagram.com/vempraru_br/ https://twitter.com/vempraru_br

	Estado desinchado e eficiente.	
Movimento Brasil Livre - MBL.	O MBL - Movimento Brasil Livre - é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia. Fundado em novembro de 2014.	https://mbl.org.br/ https://www.facebook.com/mblivre https://twitter.com/mblivre https://www.youtube.com/mblivre?gl=BR&hl=pt
Movimento Contra a Corrupção – MCC.	Para maior clareza, bem como para que amigos que compartilhem dos mesmos ideais sejam motivados a colaborar e entender melhor nosso trabalho, cumpre que esmiucemos alguns de nossos objetivos: Divulgar notícias referentes a casos de corrupção, informando a população. Promover estudos a respeito do fenômeno da corrupção, formando intelectuais aptos para a análise, a percepção, a sugestão de medidas preventivas, punitivo sancionatórias, reparatórias e inibitórias. Dimanar modos de crítica e conscientização contra a corrupção, o abuso do erário e o desrespeito à democracia, fazendo uso de diversas mídias, artes e feixes criativos, tais como músicas, charges, imagens em geral, textos, trechos de livros, livros para download, filmes, documentários, entre outros.	http://www.contracorrupcao.org/ https://www.facebook.com/MovimentoContraCorrupcao/
Nas Ruas	Fiscalizar o poder público, propor soluções de combate à impunidade e promover a conscientização política. Ser reconhecido como o movimento que mais represente na luta contra a corrupção no Brasil. Ética, respeito, transparência, liberdade, ordem e progresso. Por meio de ações de rua de grande impacto nas mídias, fazer corpo a corpo com políticos em todo o Brasil, cobrando e propondo. Organizando encontros, Congressos e debates. Disponibilizando continuamente informações e análises sobre o dia a dia da vida pública do país de forma simples. Fundado em Julho de 2011.	https://www.brasilnasruas.com.br/ https://www.facebook.com/nasruas/
OCC Alerta Brasil – (Organização de combate à corrupção).	A OCC ALERTA BRASIL é um Instituto de orientação da cidadania, da democracia, da promoção do desenvolvimento econômico e social e de outros valores universais. Objetivos: Combater práticas nocivas à ética pública; II - Desenvolver e criar projetos para prevenir e combater a corrupção na administração pública, por meio de representações, recursos, denúncias, manifestos, eventos, e quaisquer outras ações legais cabíveis para o alcance do objetivo; III - Desenvolver, criar e participar de estudos, seminários, congressos, conferências ou	https://doare.org.br/doacao/57/occ-alerta-brasil-organizacao-de-combate-a-corrupcao https://www.facebook.com/organizaodecombateacorrupcao

	trabalhos voltados para a prevenção e combate à corrupção; etc.	
MUDE	Movimento que tem o objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade para que contribua de forma prática para a transformação da cultura no que diz respeito à corrupção. O Movimento Mude! #chega de corrupção, tem como dois focos principais: tangibilizar o combate à corrupção de forma prática nas ações do cotidiano e apoiar iniciativas como a do https://www.facebook.com/Mude.Chega/Mini stério Público Federal sobre as 10 medidas de combate à corrupção, propostas em março de 2015.	http://lutepelas10medidas.org.br/ https://www.facebook.com/institutomude/ https://www.facebook.com/Mude.Chega/
REVOLTADOS ON LINE	O único texto do Facebook sobre o coletivo se resume em uma frase: “A luta é diária”. Mas em seu blog, tem uma mensagem com o seguinte teor: “Os precursores do Impeachment de Dilma Rousseff. Fomos censurados sumariamente pelo Facebook. Mas estamos no front no COMBATE a corrupção e pedofilia. Juntos somos mais fortes. Com Deus somos imbatíveis”. Assinado por Marcello Reis, fundador do Revoltados Online.	https://revoltadosonline.blogspot.com/ https://www.youtube.com/user/revoltadosonline https://www.facebook.com/RevoltadosOnlineOficial1/?ref=br_rs https://www.facebook.com/MarcelloReis.RevoltadosONLINE

Quadro 4: Alguns coletivos que se auto definem contra a corrupção e atuaram nas redes e nas ruas entre 2015-2017 no Brasil e em sintonia com a controvérsia “#Vem Pra Rua”. Fonte: Elaboração própria a partir dos sites e redes sociais de cada coletivo.

Esses coletivos foram citados em diversas reportagens nos sites e jornais que pesquisamos como fonte de dados, tais como o *Estadão*, *site G1* e o *El País Brasil*, em suas plataformas online durante o período pesquisado. Foram muitas as siglas de coletivos encontradas nas reportagens, mas o critério de escolha era ter pelo menos duas redes sociais ativas. Encontramos oito dentre os diversos que “descobrimos” pelo caminho com essas características e que atuaram enfaticamente, contra a corrupção no Brasil entre 2015 e 2016, mais especificamente. O foco desse tópico será analisar os dois maiores deles, os que tiveram destaque nas manifestações tanto nas redes quanto nas ruas, ou seja, o coletivo MVPR pelo próprio modo como foi criado e por sua continuidade no imaginário coletivo de quem apoiava as manifestações pró-impeachment e o MBL pelo papel que desempenhou no processo de impeachment da presidenta Dilma, e sua atuação tanto nas redes como nas ruas.

O MBL protocolou um dos diversos pedidos de impeachment contra a presidenta Dilma na Câmara dos Deputados. Integrantes do grupo e simpatizantes caminharam por cerca

de um mês de São Paulo à Brasília para concluir o feito. O ato foi denominado “Marcha pela Liberdade”, e teve o apoio de diversas outras nomenclaturas de movimentos sociais e de grande parte da população das cidades a qual o grupo ia passando. Esse ato pode ser considerado uma grande jogada de marketing do MBL, que passa a ser mais conhecido no país, ganhando legitimidade dos apoiadores do impeachment. O MBL afirma que a marcha trata-se de uma medida drástica e sacrificante tomada pelo grupo em nome do país e contra a corrupção. A caminhada de mais de mil quilômetros tinha um objetivo final, uma manifestação popular marcada para o dia 27 de maio de 2015, a favor do impeachment, contra o PT, contra a corrupção, além de outras reivindicações mais difusas em frente ao Congresso Nacional. O coletivo se encontrou pessoalmente com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha do PMDB e outros representantes públicos, sendo que esse ato foi muito comentado nas redes sociais como o Twitter e Facebook, além dos telejornais.

No vídeo que divulgou a marcha, o MBL afirma que essa atitude “impediu que nosso país se tornasse uma Venezuela.” Afirmaram que sofreram com as ameaças, o deboche, doenças e o cansaço físico, mas que esse ato convenceu de vez a classe política a apoiar o pedido de impeachment institucionalmente e se posicionarem contra o governo, inclusive a foto divulgada desse encontro entre membros do coletivo do MBL com os representantes políticos do povo deu muito que falar. Abaixo transcrevemos o discurso que o MBL utilizou para convocar a população a marcharem até Brasília contra o “desgoverno” de Dilma Rousseff e contra o PT, principalmente. O interessante, é que o MBL se apropria bem dos recursos disponíveis na Internet e suas possibilidades de financiamento. Segundo informações do site do MBL, o coletivo funciona com doações e patrocínios e atualmente, venda de produtos com sua marca, sendo que o grupo realizou uma vaquinha online para a realização do evento, conseguindo arrecadar quase 60 mil reais para custear essa marcha e a manifestação do dia 27 de maio de 2015, ultrapassando o objetivo que era de 20 mil.

Contribua com a Marcha pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre. O povo brasileiro foi às ruas nesse ano e protagonizou as duas maiores manifestações políticas da história do país. Nas duas vezes deixou bem claro que o que quer é o fim do autoritarismo, o fim da corrupção como método de governo, o fim do governo Dilma Rousseff. As bases do Palácio do Planalto foram abaladas e hoje a presidente só é apoiada por 13% da população. Ainda assim, os congressistas se recusam a representar aqueles que os elegeram, se recusam a ouvir a voz das ruas. Por conta disso, torna-se urgente o agravamento das ações políticas por parte dos grupos envolvidos no combate ao governo petista. Um agravamento não apenas de intensidade, mas de natureza. O Movimento Brasil Livre faz sua parte e convoca os brasileiros a marcharem até Brasília para mostrar aos políticos que a

população cansou de ser pautada por eles, que eles devem representar os anseios populares e que serão responsabilizados caso sejam omissos. (MBL, 2015).

Os coletivos MBL e MVPR se apoiaram intensamente das redes sociais para divulgar suas ações, opiniões e discursos em torno do combate à corrupção, e principalmente, contra o governo de Dilma e a continuidade petista. Quando o MBL protocola mais um dos pedidos de impeachment contra a presidenta, o coletivo se destaca como o principal agente de pressão contra a classe política para que o pedido fosse aprovado no Plenário, também exerceu um eficiente papel de cooptação das classes média e alta, que expressaram apoio massivo às manifestações que se seguiram ao evento descrito acima. O coletivo surge exatamente quando o tema da corrupção estava se transformando em uma controvérsia pública, ou seja, no final de 2014, já com a reeleição de Dilma e o cerco da operação Lava Jato contra a classe política.



Figura 5: MBL protocola pedido de impeachment contra Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados ao final da Marcha pela Liberdade. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2017/02/1859149-o-estelionato-do-mbl-e-vem-pra-rua.shtml>

A foto da entrega do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados expressa bem algumas das contradições que circundam esse debate em torno do impeachment, contra a corrupção, contra o PT e Dilma, revelando contradições ainda maiores que envolvem o

próprio MBL (que luta pelo fim da corrupção, mas se apoia em uma classe política altamente corrupta) e o próprio partido que assina o discurso, na faixa exposta, argumentado que “o PSDB saúda a marcha pela liberdade. Vocês são exemplos de cidadania e esperança para um Brasil livre da corrupção”, sendo que os políticos que aparecem na imagem, são alguns dos que sofrem processos na justiça por casos de corrupção, desvio de dinheiro público e improbidade administrativa, como o próprio presidente da Câmara, investigado na operação Lava Jato, atualmente cassado e preso, Eduardo Cunha do PMDB, além de Paulo Maluf do PP, que possui um longo histórico de crimes de corrupção em sua carreira; Jair e Eduardo Bolsonaro do PSC, processados por crimes de injúria e racismo, Medonça Filho do DEM, e outros tantos do PSDB, etc., investigados da Lava Jato.

O discurso anticorrupção desse grupo não condiz com suas práticas reais na vida pública, como eles podem ser considerados os “políticos propaganda” da luta contra a corrupção, em favor da cidadania e esperança para a população e para o Brasil, são os questionamentos que se colocam. De acordo com Marina Amaral (2016, p. 50), o MBL surge meio que do nada, com uma cara diferente, representando pessoas que não era comum ver nas ruas se manifestando ou exigindo mudanças políticas e sociais. Para a autora, um dos principais integrantes do grupo, Kim Kataguari, “pretendia simbolizar a juventude que saiu do Facebook para as ruas”. Esse grupo reivindica liberdade para o mercado, privatizações, mínima interferência do Estado e o fim das políticas públicas redistributivas.

Seguindo o argumento de Amaral (2012), podemos dizer que a questão do financiamento de suas atividades expressa outra controvérsia, já que existem alguns boatos de que o grupo estava sendo patrocinados pelos irmãos Koch, que são considerados megaempresários do ramo petrolífero dos Estados Unidos, se identificando com a extrema direita e que tinham o interesse de “desestabilizar o governo Dilma para se apossar do Pré-Sal”. O coletivo sempre respondeu a esses boatos como se fosse paranoia da esquerda e excesso de perseguição dos petistas.

Uma reportagem da Carta Capital escrita por Amaral em junho de 2015, afirma que existia sim, uma ligação entre o MBL e as fundações dos irmãos Koch. Na reportagem intitulada “*A nova roupa da direita*”, argumenta que uma “rede de conservadores dos EUA financia jovens latino-americanos para combater governos de esquerda da Venezuela ao Brasil e defender velhas bandeiras com uma nova linguagem”. Essas questões nunca foram de fato esclarecidas, sendo que o dinheiro que o MBL recebe de doações vão para a conta de uma associação (familiar) registrada como *Movimento Renovação Liberal* (MRL), tendo

como associados quatro pessoas, sendo três membros da mesma família, incluindo entre eles, Renan Santos, um dos líderes do MBL.

Segundo o El País Brasil (2017), a família de Renan Santos responde a 125 processos na justiça, referentes a negócios que tiveram antes da fundação do MRL, relacionados à falta de pagamentos a dívidas líquidas, débitos fiscais, fraudes em execuções processuais e reclamações trabalhistas, sendo que a dívida ultrapassa mais de 20 milhões de reais. A família justifica esses problemas com a justiça devido à dificuldade de ser empresário ou um empreendedor no Brasil, e aguarda a resoluções judiciais definitivas. O coletivo MVPR também possui uma Associação Privada que recebe os seus recursos e é registrada como Associação Brasileira de Fomento as Iniciativas e Movimentos Suprapartidários de Cunho Cívico e de Politização e Conscientização do Cidadão Brasileiro –ABRACA – que fica em Santo Amaro em São Paulo. O principal código de atividade da ABRACA é a “atividades de associações de defesa de direitos sociais e atividades de organizações associativas patronais e empresariais”, sendo que Rogério Chequer se intitula o único que responde pelo coletivo.



Figura 6: Print das páginas que facilitam a doação de dinheiro para os coletivos MBL e Vem Pra Rua em seus sites - 2018. Fonte: <https://mbl.org.br/contribua/?tkcd=home1>; <https://www.vempraru.net/contribua/>

Segundo o MBL, eles estão presentes em 24 estados do Brasil, mas cada núcleo é independente, não tendo a noção exata de quantas células existem em todo o país. Os coletivos MBL e o MVPR divulgaram muitos discursos nas redes sociais e nas ruas em torno do “combate à corrupção” e contra o governo Dilma, tendo uma clara aversão aos petistas e a sua bandeira vermelha. Foram muitas as manifestações encabeçadas por esses dois coletivos. O MBL passa a ser aclamado pela população que apoiava o impeachment, enfatizado pela mídia e agradecido pela “falsa honestidade” da classe política que se dizia distante da corrupção. Tanto o MBL quanto o MVPR possuem mecanismos que facilitam a contribuição financeira e doações de seus seguidores, já que esse apoio seria o que permitiria a continuidade da luta contra a corrupção no país.

Uma forte característica desses eventos pró-impeachment era a concentração de pessoas vestidas com roupas com as cores da bandeira do Brasil (verde, amarelo, azul e branco), além do pato amarelo, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), onde o slogan era “*Não vamos pagar o Pato*”, em referência à crise econômica que eles consideravam ser fruto da má gestão do governo petista e dos diversos casos de corrupção envolvendo o partido. Mas vale lembrar que o então presidente da Fiesp, Paulo Skaf (PMDB) também é investigado em uma das fases da Operação Lava Jato, apesar de todo o discurso anticorrupção que foi divulgado por essa instituição nas ruas contra Dilma e o seu partido. As manifestações pró-impeachment foram marcadas por singularidades e polêmicas, gerando debates acalorados em torno dessa nova classe de movimento social e de mobilização popular, considerados mais conservadores. .

Os coletivos MVPR e o MBL assumem a voz das ruas em nome dessa multidão que se levanta “insatisfeita e inconformada” com a corrupção, e com a continuidade de Dilma Rousseff e do PT no poder. Foram muitos os símbolos utilizados durante esses atos nas ruas, como os famosos bonecos representando os “Petalhas” que fazia referência a um desenho da Disney de uma quadrilha de ladrões atrapalhada que era conhecida como “Irmãos Metralha”, além do boneco representando o ex-presidente Lula, apelidado de Pixuleco (em referência a 17ª fase da Lava Jato, onde um empreiteiro que fez delação premiada, Ricardo Pessoa da UTC, afirma que o tesoureiro do PT na época, João Vaccari Neto, utilizava o termo quando se referia a dinheiro e propina. Esse boneco faz uma crítica a figura de Lula e tenta reproduzir uma caricatura de alguém chateado (desentendido, triste), que segundo esses indivíduos, é a imagem que o ex-presidente tenta representar para a sociedade sobre o seu envolvimento com possíveis casos de corrupção durante a sua gestão e de Dilma Rousseff.



Figura 7: Bonecos utilizados nas Manifestações Pró-Impeachment nas ruas entre 2015-2016.

Fonte: elaboração própria a partir das fontes originais e do site <http://www.pixulecooficial.com.br/>

A figura de Dilma Rousseff foi reproduzida em dois tipos de bonecos infláveis que foram chamados de “Bandilma e Dilmentira” e atualmente só podem ser comercializados por dois coletivos (União dos Movimentos de Brasília – UMB e Movimento Brasil). Além do Pato da FIESP, (vendido em miniatura), sendo que todos esses produtos geraram bastante lucro para os vendedores ambulantes da época, já que foram utilizados massivamente pelos manifestantes que se filiaram a controvérsia regida pelo slogan #Vem Pra Rua. Além do uso da camisa da seleção brasileira de futebol e da bandeira do país, como as características que “representaria” o Brasil e os brasileiros indignados com o governo petista e com a corrupção. O interessante é que o único boneco que continha uma simbologia positiva e que também foi utilizado nessas manifestações, mesmo que em menor escala, foi a figura do Juiz Federal, Sérgio Moro (responsável pela Lava Jato em Curitiba), sendo representada em analogia a uma espécie de super-herói, que também vestia as cores do Brasil.

Desde 2013 com as Jornadas de Junho que o Brasil vem assistindo o reaparecimento das manifestações populares nas ruas, com a massiva participação popular. Em 2013, a controvérsia pública que foi o estopim das insatisfações generalizadas e que motivou os protestos foi o aumento do transporte coletivo em diversas capitais brasileiras. Em 2014, as controvérsias se concentraram em torno da Copa do Mundo de futebol e os gastos absurdos

para promover esse evento mundial, mas depois as pessoas foram assistir aos jogos, mesmo que nada tenha sido respondido ou modificado com as pressões das ruas. Em 2015, a corrupção se torna de fato, a controvérsia da vez, emerge nos discursos jornalísticos e principalmente, nos discursos e enunciados das pessoas que se filiaram ao slogan (enquanto controvérsia) do #Vem Pra Rua, pressão que se manteve até agosto de 2016.

A análise feita refere-se a discursos e enunciados que estavam escritos em cartazes segurados pelos manifestantes durante os atos pró-impeachment, contra a corrupção, contra Dilma Rousseff e contra o PT e que foram fotografados e expostos nas redes sociais dos coletivos analisados e dos meios jornalísticos digitais que utilizamos como fonte de coleta de dados secundários, ou seja, o *site G1*, o jornal *Estadão* e o jornal *El País Brasil* (em suas plataformas online), com foco nas notícias e reportagens que foram divulgadas entre os anos de 2015 e 2016, mais especificamente, ápice dessas manifestações tanto nas ruas como nas redes e que tiveram o tema do combate à corrupção e dos protestos com os slogans #Vem Pra Rua ou #Não Vai Ter Golpe como pano de fundo e bandeira de luta.

Analizamos 105 imagens relacionadas à controvérsia que definimos como a #Vem Pra Rua, que lutavam contra a corrupção e eram a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Dessas imagens, podemos perceber a repetição de alguns discursos e enunciados que exigiam desde o impeachment, como pedidos mais esdrúxulos e não ligados exatamente às problemáticas da corrupção e seus desdobramentos. Após esse procedimento, criamos uma nuvem de palavras e hashtags que reflete as repetições dos enunciados e discursos proliferados durante as manifestações pró-impeachment, anticorrupção, anti-Dilma, anti-Lula, anti-PT, visualizando algumas das reivindicações expostas pelos coletivos e cidadãos que apoiavam essa bandeira de luta.

Quanto maior a palavra, mais vezes foram identificadas nas imagens pesquisadas e transcritas no software, expressando os anseios desse grupo em relação ao cenário político da época. Utilizamos um software livre, que permite a produção manual dessa nuvem (www.jasondavies.com/wordcloud) nessa etapa da pesquisa e que está disponível para a manipulação de qualquer usuário. As imagens que expressaram as maiores controvérsias, contradições, violência, conflitos serão expostas e problematizadas no próximo capítulo. Consideramos os enunciados possíveis de leitura nas distintas imagens analisadas. Os mais repetidos foram: Fora Dilma (27 vezes); Intervenção Militar (13); Impeachment (12); Fora PT (10); Vem Pra Rua (9); MBL (8); Moro (8); Tchau, Querida (6); Lula (5); Comunismo (4); Cuba (4); Povo Brasileiro (4); Golpe (1); entre outros.

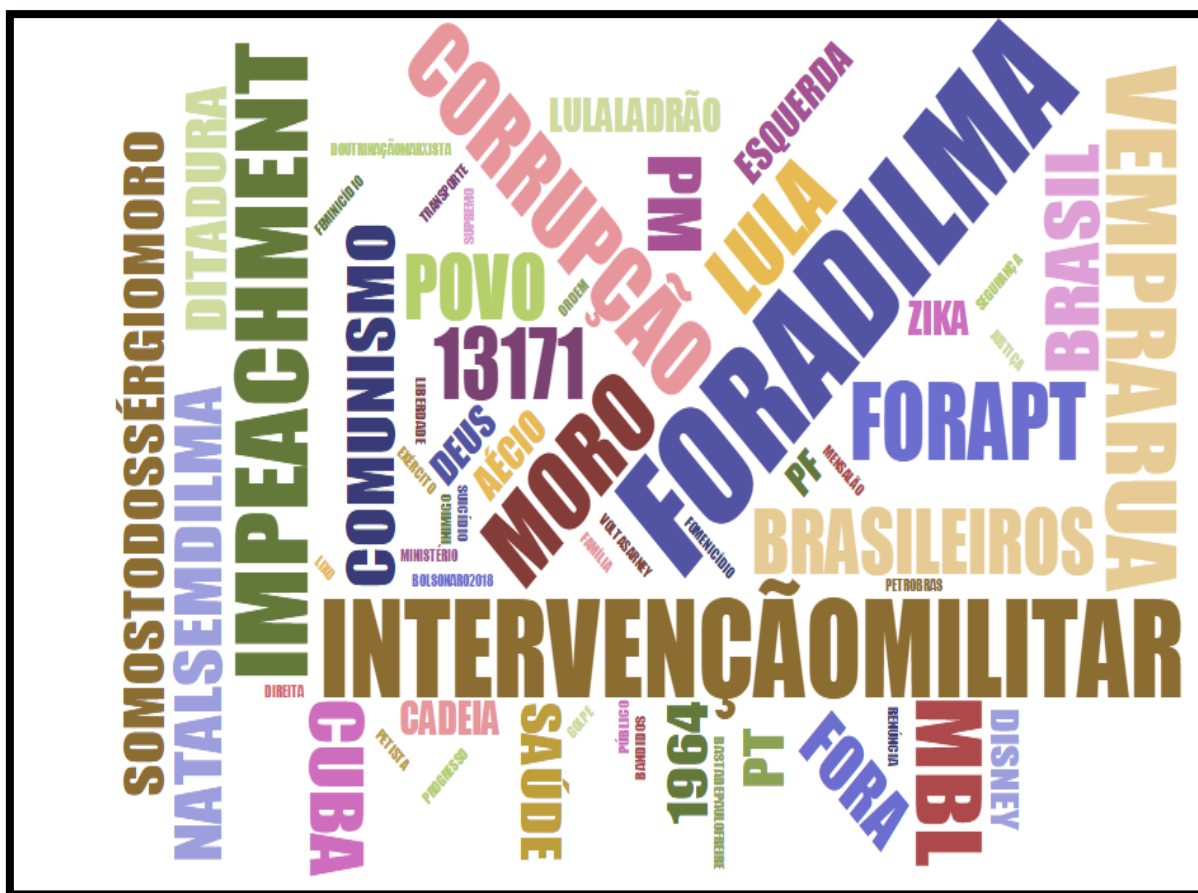


Figura 8: Nuvem de palavras e hashtags mais utilizadas durante as manifestações pró-impeachment extraídas de 105 imagens analisadas entre 2015 e 2016. Fonte: elaboração própria no <https://www.jasondavies.com/wordcloud/>

Os coletivos representaram o ponto de união e encontro desses indivíduos. Em julho de 2018, o MBL possuía 2.806.296 seguidores no Facebook, 145.416 seguidores no Twitter, além de já terem publicado 17.125 tweets em sua página. O MVPR, conta com 2.094.009 seguidores no Facebook, 108.829 seguidores no Twitter e já publicaram 16.835 tweets. Como podemos perceber, são coletivos bem ativos em suas redes sociais, sendo capazes de exercer influência, cada um deles, particularmente, em mais de 2 milhões de pessoas, sendo que muitos desses indivíduos devem seguir ambos os grupos, pela proximidade da bandeira de luta e o papel que desempenharam juntos durante o processo de impeachment.



Figura 9: Mosaico de imagens das Manifestações Pró-Impeachment. Fonte: elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

O *Google Trend* é uma ferramenta que nos permite acompanhar as tendências que estão sendo pesquisadas na rede (Internet), permitindo acompanhar a “temperatura” de uma controvérsia ou de uma marca em um período cronológico de até 5 anos sobre notícias, comunidades, e páginas no Youtube, permitindo a comparação entre os termos pesquisados e os períodos que mais foram buscados na web, mostrando o interesse do internauta pela marca ou conteúdo. Abaixo expomos alguns dos resultados que encontramos relacionados à controvérsia do #Vem Pra Rua e os dois coletivos que mais atuaram nesse período em prol dessa bandeira, ou seja, o de mesmo nome da controvérsia, ou seja, o Movimento Vem Pra Rua - MVPR e o Movimento Brasil Livre – MBL, entre outubro de 2014 (quando surgem) e dezembro de 2017 (período que encerra a nossa busca de dados).

Evidenciaremos esses dois coletivos, pois eles tiveram maior destaque durante todo o processo de impeachment. Seus líderes eram vistos realizando discursos inflados contra a corrupção, contra o governo Dilma e o PT, principalmente. A nosso ver foram coletivos que ditaram os rumos e as regras de como as manifestações iriam ocorrer nas ruas, também alimentavam constantemente suas redes sociais de notícias sobre os atos e contra a outra vertente política, além de serem os maiores divulgadores da #Vem Pra Rua.



Gráfico 1: Notícias relacionadas ao assunto Movimento Brasil Livre e Movimento Vem Pra Rua na Web entre outubro de 2014 e dezembro de 2017. **Fonte:** elaboração própria no Google Trends.

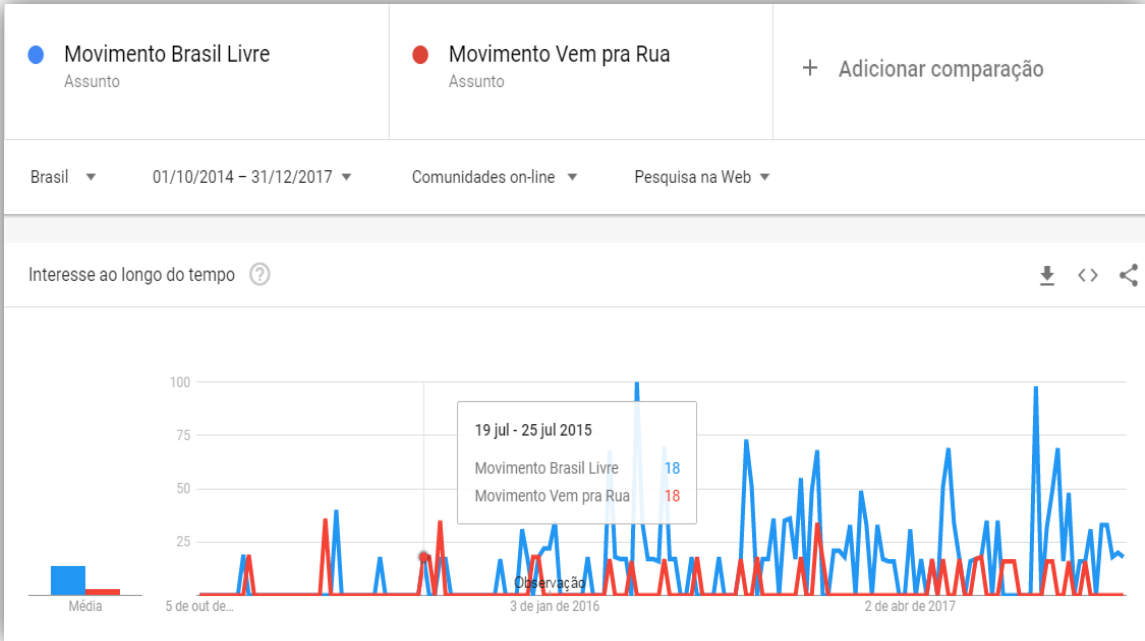


Gráfico 2: Comunidade Online relacionados ao assunto Movimento Brasil Livre e Movimento Vem Pra Rua na Web entre outubro de 2014 e dezembro de 2017. **Fonte:** elaboração própria no Google Trend.

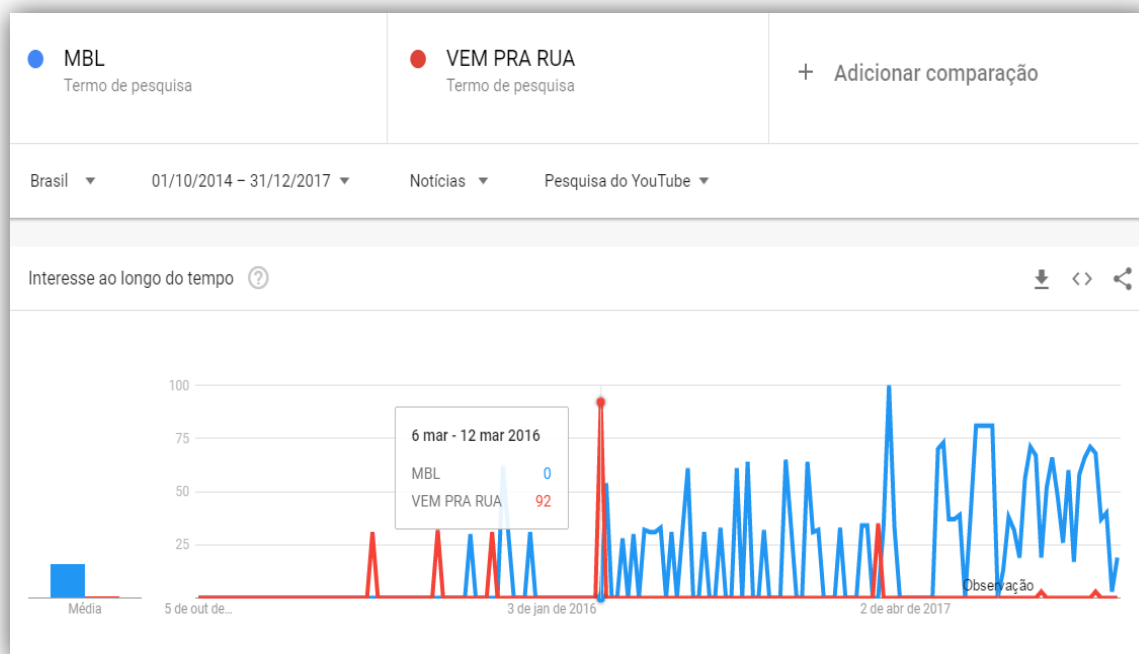


Gráfico 3: Notícias relacionadas aos termos MBL e VEM PRA RUA no Youtube entre outubro de 2014 e dezembro de 2017. **Fonte:** elaboração própria no Google Trends.

Os resultados mostram que os coletivos MBL e o MVPR que são os representantes pesquisados e associados à controvérsia regida pelo slogan #Vem Pra Rua, foram noticiados em diversas páginas da Web, captadas pelo programa Google Trend entre outubro de 2014 (quando surgem nas redes e se institucionalizam) e dezembro de 2017. Os dois coletivos, principalmente, o MBL, teve um movimento relativamente ascendente na Internet, tendo o seu ápice de notícias entre os dias 10 e 16 de abril de 2016, semana anterior à votação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, que foi no dia 17 de abril. Notícia relacionada aos termos Movimento Vem Pra Rua, diminuíram ao longo do tempo, enquanto as notícias vinculadas sobre o MBL permanecem nas redes, com contínuos picos, como em outubro de 2016, seguido de um período de estagnação, até maio de 2017, quando o coletivo convoca uma “Vigília pela Lava Jato”, primeira manifestação feita naquele ano, com baixa adesão popular. Em setembro, o coletivo MBL alcança novos picos na rede, devido à problemática envolvendo uma exposição de arte (*Queermuseu*), alvo de protestos por parte do coletivo, que exigiam moralidade e respeito para a sociedade brasileira.

O gráfico 2, traz resultados sobre as comunidades online relacionadas ao assunto “Movimento Brasil Livre e Movimento Vem Pra Rua” em páginas de busca da web, sendo que o MBL também se destaca, mostrando que a redes sociais que envolvem o seu coletivo é

bem maior e mais ativa através de comunidades, ou seja, redes sociais como o Facebook e Twitter, do que a rede de relacionamentos do coletivo MVPR. Em relação a notícias sobre esses coletivos que foram publicadas no Youtube, percebemos no gráfico 3, que no ano de 2014, esses termos praticamente nem eram pesquisados na web, com uma leve estagnação até maio de 2015, quando o Movimento Vem Pra Rua “ressurge”, tendo seu ápice em março de 2016, praticamente sumindo da web, com poucas busca sobre o termo em abril de 2017. Já o MBL, a partir de abril de 2016, vira notícia constante divulgada no Youtube, talvez porque esse coletivo possui um canal ativo na plataforma, que divulga vídeos e opiniões políticas na rede (Internet), utilizando as possibilidades contidas nas novas TICs a favor do coletivo, e em nome da bandeira que acredita e defende.

O coletivo MVPR possui uma lista de projetos para o país que está presente em seu site em 2018, onde trouxemos de forma resumida as propostas, dentre elas: a **Luta Contra a Corrupção** (correspondendo a sua principal atividade); **Manifestações de Rua** (que seria a indignação popular de forma organizada, utilizada sempre que houver risco institucional à democracia, a população será convocada a tomar as ruas); **Tchau Queridos** (onde o coletivo afirma que acabou a memória curta do Brasileiro, criando uma plataforma digital prevista para o mês de agosto de 2018, com o intuito de destacar as atividades dos parlamentares durante votações importantes e os processos que eles respondem na justiça); **Advocacy** (que significa a defesa de direitos e argumentação junto aos políticos e ministros em favor da luta contra a corrupção e pelas reformas necessárias); **Mobilização Nacional**, formada por uma rede de voluntários de 14 mil pessoas e 2 milhões de seguidores nas redes sociais; e por último, o projeto denominado **Frente Pela Renovação**, onde propõe a criação de um Congresso comprometido com a mudança, buscando parceria com outros coletivos, difundindo e dando visibilidade para futuros candidatos que defenda uma agenda pública de centro liberal, focada em justiça, integridade, sustentabilidade e democracia, além de justiça, transparência e oportunidades para os mais pobres.

Para Gohn (2017), a partir do impeachment, as manifestações em torno dessas problemáticas praticamente desapareceram, as que ocorreram giraram em torno da defesa da Operação Lava Jato, mas com a adesão de um público bem menor. De acordo com a autora, o que aumentou foram as contracorrentes, agora formadas pelos movimentos clássicos, que saem às ruas com o sonoro “FORA TEMER” e contra as reformas propostas por seu governo. O combate à corrupção nas ruas foi silenciado ou de fato, nunca existiu. São muitas as pessoas comuns que seguem esses coletivos que mobilizaram “o povo brasileiro” a favor do impeachment em suas redes sociais, ou seja, o que eles publicam ou divulgam como notícia,

imediatamente, é visto por milhares de pessoas, criando uma rede de compartilhamento e de distribuição de informações. O MBL costuma ser retratado como um dos maiores divulgadores de notícias falsas (*Fake News*) do país, e muito recentemente, o Facebook retirou do ar 196 páginas e 87 perfis que estariam ligados a membros do grupo (por problemas com a política de autenticidade), mas o coletivo acusa o Facebook de censurar o pensamento de direita e a liberdade de expressão do grupo. Optamos por dar ênfase para esses dois coletivos, pois foram os que tiveram maior destaque nas mídias, nas redes sociais, nas ruas e entre os indivíduos.

2.5.2 Sobre a controvérsia #Não Vai Ter Golpe

A controvérsia que se apoiou no slogan #Não Vai Ter Golpe, surge como resposta às manifestações e aos protestos das ruas e redes sociais a favor do impeachment, contra o governo de Dilma Rousseff, e podemos dizer, contra a controvérsia #Vem Pra Rua. A esquerda política, inflada pelos discursos do ex-presidente Lula, também convoca o apoio das ruas contra o possível “golpe parlamentar” que estava sendo engendrado contra um governo reeleito legitimamente nas urnas e aos moldes democráticos modernos, a partir do voto popular. Para essa vertente de pensamento, a grande mídia, principalmente, a Rede Globo, foi uma das responsáveis por criar um imaginário extremamente negativo e corrupto associado ao PT e aos seus filiados, já que a Lava Jato coloca o partido no centro das investigações e desvio de dinheiro que foram cometidos dentro da Petrobras, sendo altamente noticiados pela mídia brasileira, em seus diversos horários jornalísticos, com especial cobertura pelos telejornais da Globo News (canal fechado, mas influente).

Para Malini e Reis (2016, p. 1), a hashtag #NãoVaiTerGolpe, trata-se de “um movimento-rede que se concretiza em dinâmicas de ocupação de rua e de viralidade de conteúdos emocionais nas redes sociais contra o impeachment da presidente Dilma”. Um levante popular, contrário aos coletivos ligados à controvérsia anterior, associado ao slogan/controvérsias da #Vem Pra Rua, também saem às ruas em distintas manifestações a favor do governo reeleito de Dilma Rousseff, só que dessa vez, a cor que expressa o seu “uniforme” é vermelho, suas bandeiras são associadas aos movimentos sociais considerados de esquerda e centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento dos Sem Terra (MST), além do apoio de

grupos considerados minorias e “militantes”, como professores, negros, indígenas, pobres, artistas, etc. Quando essa controvérsia surge nas ruas, é como se um “cabo de guerra” tivesse sido acionado, e um embate ideológico, político, raivoso, conflituoso e controverso passa a reger as relações sociais no país, nas famílias, nas instituições, nas redes sociais e mídias.

Malini (2016, p. 10) realiza uma coleta de dados no Facebook, filtrando todos os “tweets originais com a hashtag #NãoVaiTerGolpe e as respostas a essas publicações, entre os dias 16 e 18 de abril de 2016, a fim de visualizar todas as menções e mensagens direcionadas a atores da rede em questão”. O pesquisador conseguiu capturar mais de 32 mil tweets, publicados por mais de 14 mil usuários, sendo que um tweet foi republicado 652 vezes (o original foi divulgado pela página oficial da presidenta Dilma, @dlmabr). Abaixo expomos os resultados de alguns termos que foram tendência nas redes (Web, Youtube e Comunidades Online), buscando identificar a temperatura dessas controvérsias ao longo do período analisado, ou seja, entre 01 de outubro de 2014 e 31 de dezembro de 2017. Também utilizamos a plataforma do Google Trend para coletar os dados e gerar os gráficos.

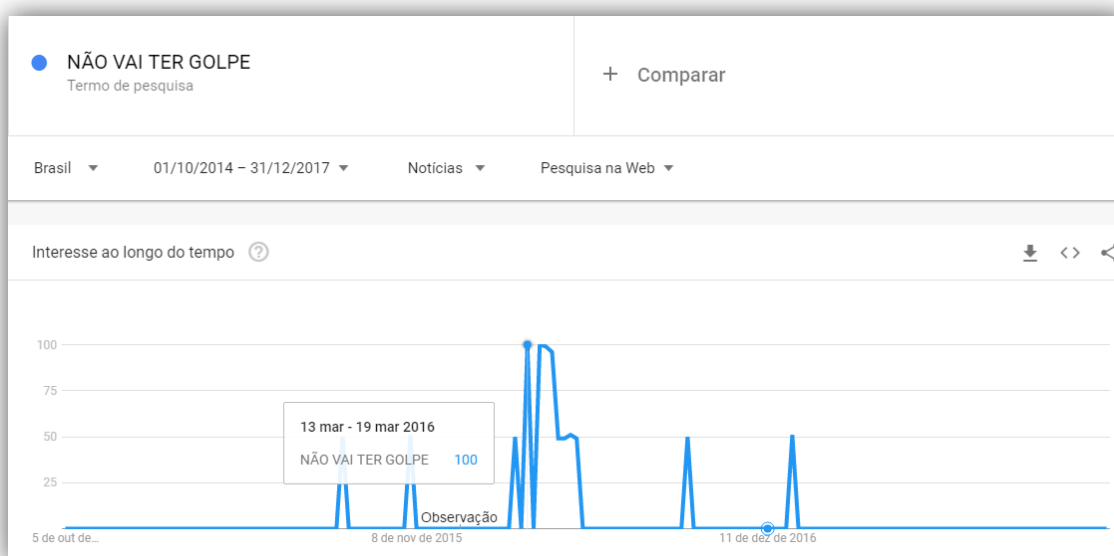


Gráfico 4: Notícias relacionadas ao termo Não Vai Ter Golpe na Web, entre outubro de 2014 e dezembro de 2017. **Fonte:** elaboração própria no Google Trends.

Em relação a notícias relacionadas ao termo Não Vai Ter Golpe buscados na web entre outubro de 2014 e dezembro de 2017, percebemos que o slogan/controvérsia só apareceu de fato como notícia nas redes e também como resposta à controvérsia do #Vem Pra Rua, em março de 2015, atingindo o seu ápice entre março e abril de 2016, quando a problemática do

impeachment estava no auge, tendo um novo pico em agosto e outro em outubro do mesmo ano, se estagnando e desaparecendo a partir daí. No ano em que o impeachment foi julgado e aprovado, ou seja, em 2016, esse slogan permaneceu no imaginário dos usuários da Internet e dos militantes pró-Dilma e pró-PT, mas que deixa de existir assim que a presidenta é afastada definitivamente, após sofrer o impedimento.

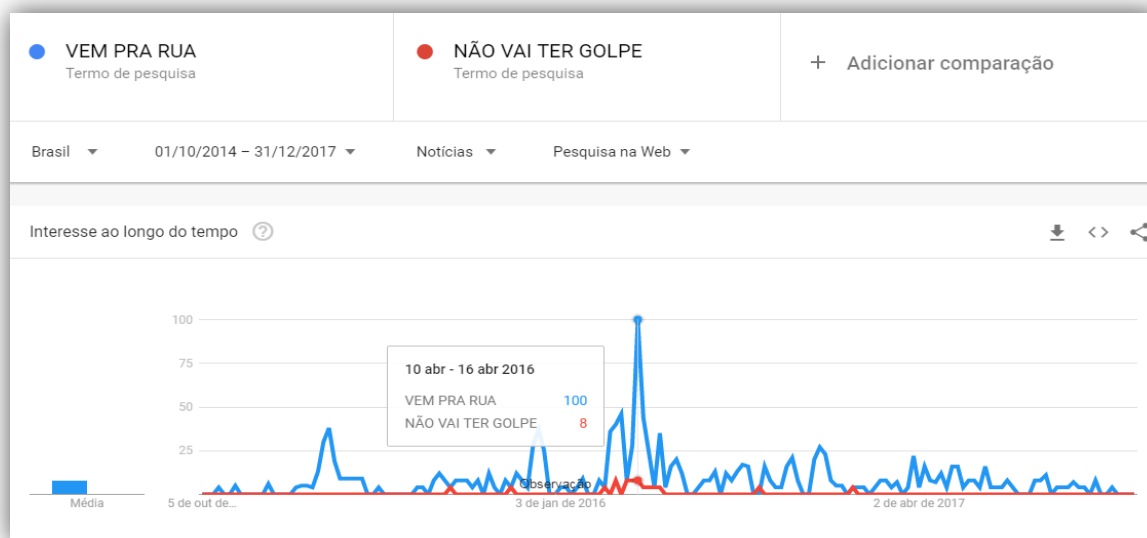


Gráfico 5: Notícias comparadas entre os termos Vem Pra Rua e Não Vai Ter Golpe na Web entre outubro de 2014 e dezembro de 2017. **Fonte:** elaboração própria no Google Trends.

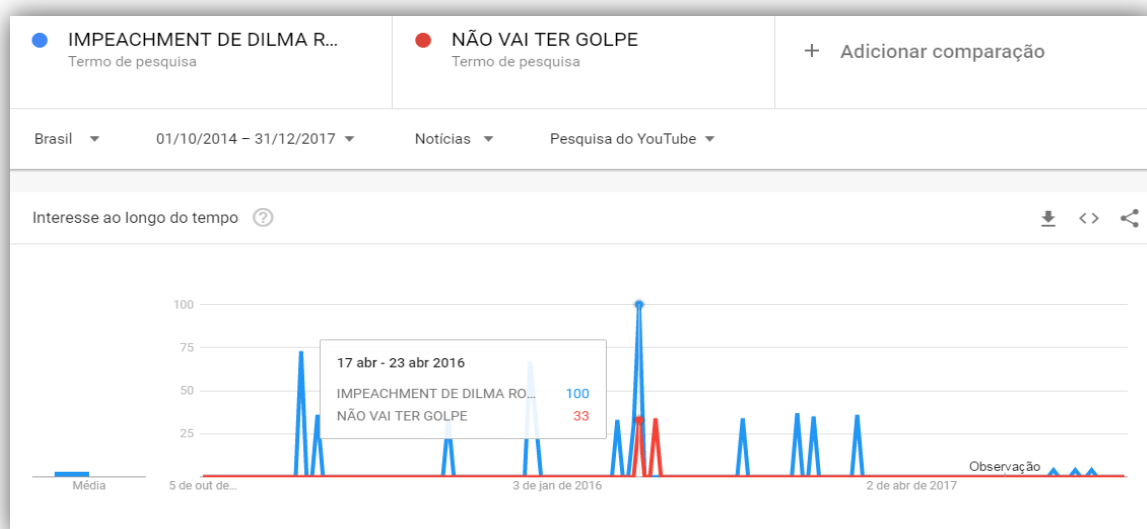


Gráfico 6: Notícias publicadas no Youtube com os termos Impeachment de Dilma Rousseff e Não Vai Ter Golpe entre outubro de 2014 e dezembro de 2017. **Fonte:** elaboração própria no Google Trends.

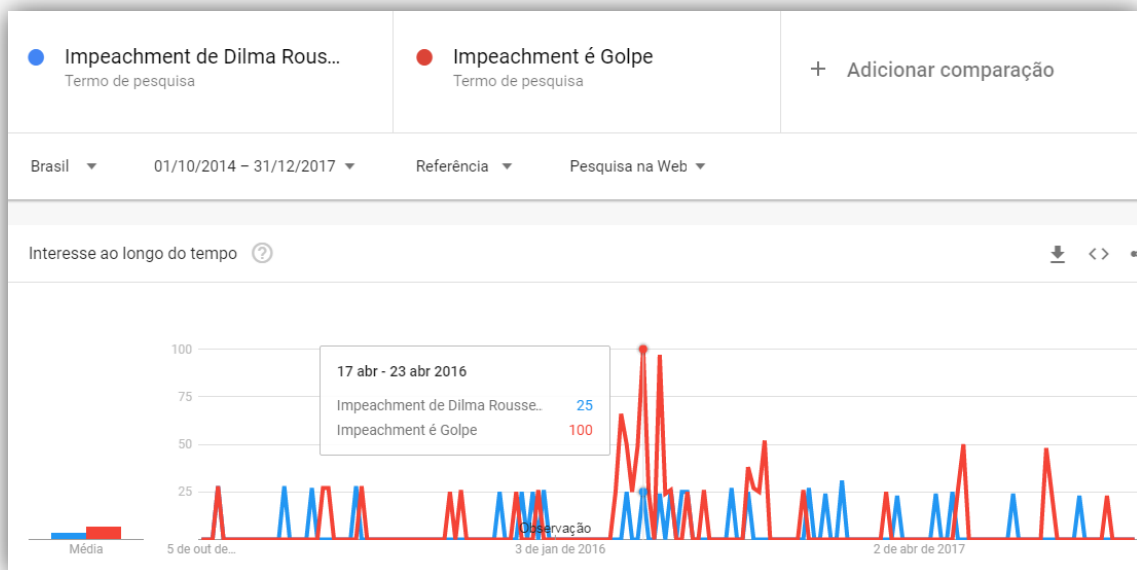


Gráfico 7: Referências encontradas na Web com os termos Impeachment de Dilma Rousseff e Impeachment é Golpe entre outubro de 2014 e dezembro de 2017. **Fonte:** elaboração própria no Google Trends.

Quando buscamos notícias relacionadas aos termos “Vem Pra Rua” e “Não Vai Ter Golpe” de forma comparada, a diferença é gritante, sendo que o termo Não Vai Ter Golpe quase nem aparece nas notícias publicadas nas distintas páginas da web. Quando utilizamos o filtro da pesquisa notícias divulgadas no Youtube de forma comparada entre os termos “Impeachment de Dilma Rousseff e Não Vai Ter Golpe”, entre os dias 17 e 23 de abril, a questão do impeachment foi noticiada mais de 100 vezes, enquanto notícias que faziam alusão ao Não Vai Ter Golpe apareceram apenas 33 vezes, diferentemente dos dados encontrados quando fazemos a comparação dos termos “Impeachment de Dilma Rousseff e Impeachment é Golpe” (gráfico 7), onde na semana da votação do impeachment, a web ficou bem movimentada com notícias sobre os dois termos de busca, sendo que é uma das poucas séries de termos em que a problemática do golpe se sobressai sobre a tese do impeachment legal durante todo o período analisado, o que não aumentou a força política da presidenta, já que ela sofreu o processo e foi afastada definitivamente do cargo.

Para Ivana Jinkings (2016), o processo de impeachment da presidenta Dilma se configura aos moldes de um de golpe de Estado, com o apoio de milhares de brasileiros, e que acabou sendo colocado em ação, após a reeleição de Dilma e sua mudança de posição, adotando praticamente, a legenda de campanha de seu adversário, contrariando as expectativas até de seus próprios eleitores. Para a autora, o agravamento da crise econômica e

em suas palavras, uma “recessão desejada”, acabou criando mais vulnerabilidade em torno da presidenta e do seu mandato, o que fez a direita, impulsionando pelo candidato derrotado, Aécio Neves (PSDB), ressurgir e ir às ruas contra o governo. Além do apoio do PMDB de seu vice Michel Temer, que em outubro de 2015, lança um plano de gestão denominado “*Uma ponte para o futuro*”, tendo importantíssimo apoio de Eduardo Cunha, na época presidente da Câmara dos Deputados, Dilma se enfraquece ainda mais politicamente e acaba sofrendo o impeachment pelo voto do Congresso Nacional, perdendo nas duas casas.

No Brasil de 1964, o engodo foi denominado de “revolução”. Nenhum golpista admite que se denomine sua ação em português claro: golpe de Estado. Em 2016, a presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como licito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras. (JINKINGS, 2016, p. 11-12).

Essas duas controvérsias, o #Vem Pra Rua e o #Não Vai Ter Golpe giram em torno de uma controvérsia muito maior que é o discurso de combate à corrupção no Brasil. Uma vertente discursiva e ideológica associa o impeachment como a única solução política para o país e a outra vertente como um golpe parlamentar. Para Gohn (2017), muitos movimentos que ela define como clássicos e os antigos “novos” movimentos sociais se uniram formando frentes contra o “golpe” e a perda de direitos, colocado em marcha no país após a ascensão de Michel Temer ao poder. Segundo Gohn (2017, p. 6), “cerca de 100 movimentos, sindicatos e organizações civis formam as duas frentes: Frente Brasil Popular⁹ e Frente Povo Sem Medo¹⁰”, que foram à base de apoio da controvérsia #Não Vai Ter Golpe. A partir do

⁹ Manifesto ao Povo Brasileiro: Vivemos um momento de crise. Crise internacional do capitalismo, crise econômica e política em vários países vizinhos e no Brasil. Correm grave perigo os direitos e as aspirações fundamentais do povo brasileiro: ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos. Para defender nossos direitos e aspirações, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país, milhares de brasileiras e de brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos e pastorais, indígenas e quilombolas, negros e negras, LGBT, mulheres e juventude, realizamos esta Conferência Nacional onde decidimos criar a Frente Brasil Popular. (FRENTE BRASIL POPULAR, 2015).

¹⁰ FRENTE POVO SEM MEDO - É uma frente de mobilização composta por mais de 30 movimentos nacionais, focada em mobilizações contra o ajuste fiscal e o conservadorismo. Militantes em defesa da democracia e de uma nova política econômica (FRENTE POVO SEM MEDO, 2018). A Frente Povo Sem Medo (FPSM) é uma organização política brasileira, formada em 8 de outubro de 2015 como uma frente nacional de mobilização popular, a partir da associação entre partidos políticos de esquerda, movimentos sociais e centrais sindicais, para combater o que percebiam como uma escalada do conservadorismo e da direita política no Brasil. A base da militância da frente é formada principalmente por partidos, movimentos e coletivos que se consideravam “oposição à esquerda” ao governo de Dilma Rousseff. Ainda assim, a FPSM esteve junta em diversos momentos

impeachment, esses movimentos se silenciaram, ressurgindo novamente, só em 2017, quando insurgiram contra o governo Temer, suas políticas e reformas.

Nessa etapa da pesquisa, não enfatizaremos coletivos específicos como realizamos no tópico anterior, pela própria dinâmica de atuação dos movimentos que agiram e divulgaram o slogan/controvérsia da #Não Vai Ter Golpe, que inicialmente, possuem sua institucionalização e bandeira de luta ligada a outros temas que não o combate à corrupção ou o impeachment de Dilma Rousseff, e que se filiaram a essas duas Frentes de Luta (Povo Sem Medo e Brasil Popular), por outras demandas, como a luta por moradia, por exemplo, mas que devido ao contexto político da época, optaram por escolher um lado, nesse embate discursivo que envolvia a corrupção e o impeachment ou não de Dilma Rousseff. Dentre os coletivos que somaram a essa luta, o *Mídia Ninja* pode ser considerado o que mais atuou com as características net-ativistas como explorado por Di Felice (2012). Esse coletivo atua como uma mídia alternativa cobrindo jornalisticamente os eventos e enviando em tempo real aos internautas, possuindo mais de 1 milhão de seguidores no Facebook.

Na controvérsia que definimos a partir do slogan #Não Vai Ter Golpe, analisamos 71 imagens dos protestos contra o impeachment e a favor do mandato de Dilma Rousseff. Diferentemente da outra controvérsia, os enunciados e os discursos se alteraram, evidenciando a palavra golpe e suas derivações (golpismo, golpista). Nessa vertente de mobilização, a palavra democracia foi a mais proliferada pelos indivíduos, aparecendo escrito em 17 cartazes diferentes; seguida da palavra golpe e suas mais diversas variações. Um fato interessante, é que a palavra corrupção só foi identificada uma vez nessas imagens, ou seja, nessa disputa, quem luta ou fala de democracia não se preocupa necessariamente com a corrupção, o que também é contraditório, já que acusam outros políticos como Michel Temer e Cunha de corruptos, demonstrando que compreendem o tema e os crimes que envolvem essa prática, apesar de não considerarem o governo petista como tal.

Essa experiência trata-se de um embate discursivo onde uns são acusados de serem as “coxinhas” (por defenderem o impeachment e ser contra a corrupção, nesse caso petista) e os outros são considerados os “petralhas”, defensores dos políticos de esquerda. Nessa disputa, cada grupo defende a legitimidade de sua causa e da sua bandeira de luta, desqualificando totalmente a outra vertente ativista e discursiva. Essas manifestações, mesmo antes das que ocorreram especificamente contra o atual governo de Michel Temer (PMDB, atual MDB) em

com a Frente Brasil Popular (dirigida por grupos governistas e aliados ao PT) nas manifestações contra o impeachment de 2016 (que ambas as frentes classificam como golpe de Estado). (Wikipedia, 2018).

de março de 2016, eram apenas 64 canais, já no dia 27 de março de 2016 continham 793 canais no Facebook com a temática. Os autores perceberam que as páginas estavam ligadas a segmentos artísticos, universitários e movimentos sociais organizados. Esse segmento de protesto veio demarcar de vez a diferença entre as ruas da direita e da esquerda.

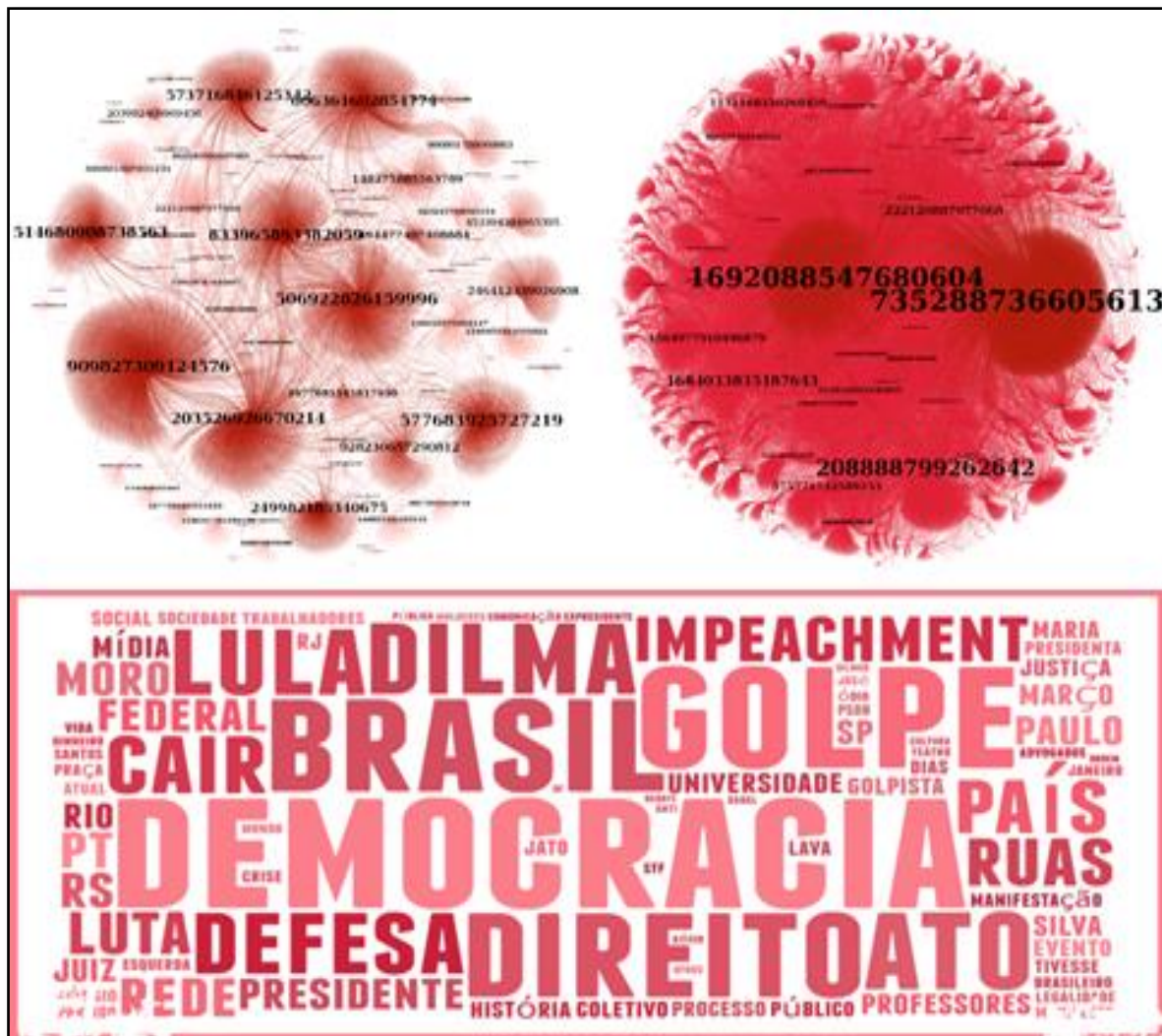


Figura 11: Cartografias e nuvem de palavras do #NãoVaiTerGolpe no Facebook entre os dias 12 e 19 e entre o dia 19 e 27 de março de 2016.

Fonte: <http://www.labic.net/cartografia/cartografia-do-naovaitergolpe-no-facebook/>

Malini (2016) optou por representar os rótulos dos nós em número, que é o ID da página no Facebook, devido a alguns canais ter o nome muito extenso, o que prejudicaria a visualização do grafo. Mas descreveu o ID de cada coletivo em sua pesquisa, nos auxiliando a compreender quais os nós que mais exerciam influencia na rede. No primeiro gráfico, cartografado entre o dia 12 e 19 de março de 2016, o autor identificou 64 contas entre elas

grupos, eventos e páginas no Facebook, contando com a participação ativa de 20.521 usuários. No segundo gráfico, que foi cartografado entre os dias 19 a 27 de março o total de páginas ou eventos já somavam 793, com um total de 91.114 usuários ativos. De acordo com o autor, esses dados devem ser constantemente atualizados, já que a rede é totalmente dinâmica e se altera diariamente, somando novos ou diminuindo os usuários e as contas.



Figura 12: Manifestações com o slogan #Não Vai Ter Golpe e Pró Dilma Rousseff (PT)

Fonte: elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

Algumas das páginas, grupos e eventos que se destacaram no Facebook em torno da controvérsia #Não Vai Ter Golpe e que aparecem nos gráficos acima foram: a página Não Vai Ter Golpe (ID: 222120887977668); a página Frente Brasil Popular (ID: 1692088547680604); a página Contra o Golpe Fascista (ID: 735288736605613); a página PUC contra o Golpe (ID: 156497779104866879); o grupo Teatro da Democracia (ID: 11311688330268450); o grupo Gaúchos contra o golpe de direita (ID: 208888799262642); o grupo Não Vai Ter Golpe (ID: 515818085240805); o evento Ato em Defesa da Democracia (ID: 506922826159996); o evento Nas Ruas Contra o Golpe, em defesa da Democracia (ID: 577683925727219); entre outros que lutavam contra o impeachment e o “golpe”. Para encontrar a página basta digitar

www.facebook.com/ID que o conteúdo é redirecionado. Nas palavras de Malini e concordamos com ele:

[...] o movimento #NãoVaiTerGolpe ainda não conseguiu construir o que eu e Toret chamamos de “rede de coletivos desencadeadores” no território nacional. Ou seja, Não há, por exemplo, um “Não Vai Ter Golpe SP”, um “Não Vai Ter Golpe RJ”, um “Não Vai Ter Golpe ES”, como aconteceu com o #NãoVaiTerCopa no Facebook. A estruturação territorial de uma rede de coletivos no Facebook aparece mais nas ruas da direita (em especial, no MBL). Embora as páginas da Frente Brasil Popular (com fins governistas) busquem construir essa regionalidade. Na falta disso, de modo emergente, e em cada estado da federação, os hubs das manifestações do dia 31 de março vão aparecendo de modo espontâneo em eventos, grupos e páginas no Face. (MALINI, 2016).

Diversas hashtags circularam na rede com a palavra golpe. O ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB) era o principal alvo político do grupo. Essas manifestações também se utilizaram das redes sociais, mas de forma menos organizada que os outros grupos (#Vem Pra Rua), já que a quantidade de bandeiras de coletivos filiados a #Não Vai Ter Golpe eram maiores, a militância era meio que particular de cada coletivo e indivíduo em suas páginas, e suas bandeiras de luta original eram outras como o movimento negro, a juventude, os indígenas, o movimento estudantil, sindicatos, grupos LGBTQS, trabalhadores, mulheres, partidos políticos, mas acabaram se juntando contra o impeachment e a favor do mandato de Dilma e após o processo, contra as reformas de Michel Temer e o aumento do conservadorismo na sociedade, pauta original dessas frentes, que também defende a democracia e luta pelos direitos dessas minorias.

Os indivíduos que apoiaram Dilma e o seu mandato e lutaram contra o impeachment, afirmavam que derrubar uma presidente eleita pelo voto popular sem crime de responsabilidade era golpe. Mas a Câmara e os representantes do STF decidiram que a presidenta cometeu crime, aprovando o impeachment, mas não cassaram os direitos políticos da presidenta. Para Luis Felipe Miguel (2016, p. 32), foi violado um dos requisitos básicos que um autor liberal, Robert Dahl, apresentou para a democracia eleitoral: “o princípio da *intercambialidade*, que, na prática, significa que nenhum grupo ou indivíduo tem poder de veto sobre a maioria gerada nas urnas”. Defende a ideia de que a classe dominante se incomoda com a democracia e mais ainda com o PT, já que esse governo abriu a chance para que as vozes silenciadas pelas desigualdades fossem ouvidas. A citação abaixo resume o sentimento e a visão dos militantes contra o impeachment e a favor do mandato de Dilma Rousseff, que acabou sendo afastada do cargo.

É difícil recusar a conclusão de que a corrupção provavelmente foi mais efetiva do que seria discutir projetos com o Congresso. Mas a compra de apoio abriu um flanco fácil para a mobilização dos setores conservadores, que singularizam PT e esquerda como únicos culpados pelos problemas éticos da política brasileira. Ao mesmo tempo, seja por inexperiência, seja pela permanência de um compromisso moral, os governos petistas não foram capazes de sustar as investigações como faziam seus antecessores, ao contrário, reforçaram os aparatos de controle do Estado. Com a ascensão de um grupo altamente adestrado e ideologizado de promotores e juízes, em parceria deliberada com a grande mídia, estava montado o cenário para a criminalização do petismo (e da esquerda). (MIGUEL, 2016, p. 33).

As manifestações se intercalaram, sendo que uma ocorria meio que como resposta da outra. Foram praticamente dois anos marcados pelas pessoas ligadas na temática do impeachment, contra ou a favor da continuidade petista e de Dilma, além do combate à corrupção, que parecia ser a questão principal a ser debatida e combatida no início dos protestos, mas que foi ficando secundária com o desenrolar dos fatos. Entre março de 2015 a agosto de 2016, mais especificamente, ocorreram mais de 20 grandes manifestações populares nas ruas, expondo conflitos entre os diversos grupos, coletivos, bandeiras e expectativas discursivas que se “enfrentaram” nas redes, em rede e nas ruas. Essas controversas serão melhores exploradas no próximo capítulo, onde colocaremos os nossos métodos de análise em debate e concluiremos a nossa pesquisa.

3. EXERCITANDO O MÉTODO

3.1 Cronologias dos protestos

Como salientamos, o ano de 2014 foi bastante agitado, tanto no cenário nacional brasileiro, como nas redes sociais, mídias digitais e programas jornalísticos. Primeiro, foi deflagrada a Operação Lava Jato em março de 2014, depois veio à revolta, seguido de euforia e decepção com a Copa do Mundo entre junho e julho, e pra fechar o ano com “chave de ouro”, Dilma Rousseff do PT foi reeleita, gerando uma insatisfação generalizada na outra metade dos eleitores que votaram contra a sua legenda. Juntamente com esses três grandes acontecimentos no ano de 2014, ocorre também o surgimento de alguns coletivos sociais que começaram a gritar impeachment, renúncia e fora Dilma, nas redes sociais (Facebook e Twitter) e posteriormente, em grandes manifestações nas ruas. Quase paralelamente, surge outro slogan/controvérsia #Não Vai Ter Golpe, que vai reger a outra vertente de movimentos sociais, nesse enfrentamento discursivo tanto nas redes como nas ruas.

No quadro abaixo, expomos os resultados que encontramos sobre as diversas manifestações que ocorreram durante o período analisado e que tinha como características questões como: o combate à corrupção; o impeachment de Dilma Rousseff; o combate ao impeachment que foi chamado por uma vertente de movimentos sociais de golpe parlamentar, e o Fora Temer como pano de fundo e que ocorreram entre janeiro de 2015 e dezembro de 2017, recorte temporal evidenciado na nossa pesquisa.

Data do Evento	Notícia na Manchete	Alvo	Organizadores	Fonte
13/03/2015	Ao menos 34 cidades registraram atos pró-Dilma, Petrobras e direitos trabalhistas.	PRÓ-DILMA	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
15/03/2015	Ao menos 252 cidades registraram atos contra Dilma e a corrupção por todo o país.	CONTRA DILMA	MBL, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Revoltados Online, MCCE, etc.	G1
07/04/2015	Ao menos 18 cidades registraram atos, a maioria organizada por centrais sindicais contra o projeto de lei que regulamenta os	PRÓ-DILMA	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1

	contratos de terceirização no mercado de trabalho.			
12/04/2015	Ao menos 224 cidades registraram atos contra Dilma e a corrupção.	CONTRA DILMA	MBL, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Revoltados Online, MCCE, etc.	G1
15/04/2015	Ao menos 45 cidades registraram atos contra o projeto de lei da terceirização.	PRÓ-DILMA	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
16/08/2015	Ao menos 205 cidades registraram atos contra Dilma e a corrupção por todo país.	CONTRA DILMA	MBL, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Revoltados Online, MCCE, etc.	G1
20/08/2015	Ao menos 39 cidades registraram atos organizados por centrais sindicais e movimentos sociais em defesa do governo federal e contra o presidente da Câmara e o ajuste fiscal.	PRÓ-DILMA	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
13/12/2015	Ao menos 87 cidades tiveram atos a favor do impeachment de Dilma e contra a corrupção por todo o país.	CONTRA DILMA	MBL, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Revoltados Online, MCCE, etc.	G1
16/12/2015	Ao menos 42 cidades pelo país registraram atos pró-Dilma.	PRÓ-DILMA	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
13/03/2016	Ao menos 337 cidades de todos os estados do país registraram atos contra a presidente; devido ao grande volume de municípios, parte deles só foi incluída na segunda-feira, 14.	CONTRA DILMA	MBL, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Revoltados Online, MCCE, etc.	G1
18/03/2016	Ao menos 55 cidades de todos os estados do país registraram atos em apoio à presidente e a Lula.	PRÓ-DILMA	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
18/03/2016	Ao menos 25 cidades do país registraram atos contra a presidente Dilma e o ex-presidente Lula.	CONTRA DILMA	MBL, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Revoltados Online, MCCE, etc.	G1
31/03/2016	Ao menos 75 cidades de todos os estados do país registraram atos em apoio à presidente e contra o impeachment.	PRÓ-DILMA	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
17/04/2016	Ao menos 51 cidades do país registraram atos em apoio à presidente e contra o impeachment.	PRÓ-DILMA	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
17/04/2016	Ao menos 116 cidades do país registraram atos a favor	CONTRA DILMA	MBL, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Revoltados	G1

	do impeachment da presidente Dilma.		Online, MCCE, etc.	
10/06/2016	Ao menos 34 cidades do país registraram atos contra o presidente em exercício Michel Temer.	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
31/07/2016	Ao menos 66 cidades do país registraram atos contra a presidente afastada Dilma Rousseff e a favor do impeachment.	CONTRA DILMA	MBL, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Revoltados Online, MCCE, etc.	G1
31/07/2016	Ao menos 19 cidades do país registraram atos contra o presidente em exercício Michel Temer.	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	G1
09/08/2016	Ao menos 12 cidades do país registraram atos contra o presidente em exercício Michel Temer.	CONTRA TEMER	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
29/08/2016	Ao menos 12 cidades do país registraram atos a favor de Dilma Rousseff.	PRÓ-DILMA	PT, UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, etc.	G1
31/08/2016	Ao menos 17 cidades do país registraram atos contra o presidente Michel Temer.	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	G1
31/08/2016	Ao menos 8 cidades do país registraram atos a favor do presidente Michel Temer.	PRÓ TEMER	Em torno de 500 pessoas segundo os organizadores	G1
07/09/2016	Ao menos 49 cidades registraram atos contra o presidente Michel Temer.	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	G1
22/09/2016	Ao menos 32 cidades registraram atos contra o presidente Michel Temer.	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	G1
29/11/2016	Quebra-pau em frente ao Congresso. Cerca de 10 mil manifestantes se reuniram na Esplanada dos Ministérios para protestar contra a PEC 55, que limita os gastos públicos pelos próximos 20 anos.	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	G1
04/12/2016	Ao menos 82 cidades registraram atos a favor da Operação Lava Jato.	PRÓ-LAVA JATO	MBL e Vem Pra Rua	G1
15/03/2017	As ruas do Brasil voltam a se agitar, agora contra a reforma da Previdência.	CONTRA REFORMAS	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	El País

26/03/2017	O fracasso das manifestações do dia 26 de março	PRÓ- LAVA JATO. CONTRA A CORRUPÇÃO	MBL e Vem Pra Rua	Pragmatismo Político
28/04/2017	Ao menos 254 cidades registraram atos contra as reformas trabalhista e previdenciária.	CONTRA REFORMAS	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	G1
17/05/2017	Manifestações anti-Temer reúnem centenas na av. Paulista e em Brasília.	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	Folha Uol
21/05/2017	Manifestações pedem ‘fora Temer’ em 19 estados e no DF. Faixas exigem eleições diretas.	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	G1
28/05/2017	Artistas convocam para grande ato das Diretas Já no Rio de Janeiro	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	Pragmatismo Político
17/09/2017	Manifestações políticas contra Temer marcam Rock in Rio 2017	CONTRA TEMER	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	VEJA
10/11/2017	Centrais preparam protesto em 10 de novembro, véspera da ‘reforma’.	CONTRA REFORMAS	UNE, CUT, Frentes Sindicais, Movimentos sociais tradicionais, estudantes, etc.	G1

Quadro 5: Cronologia dos protestos entre 2015 e 2017 – tendo como alvo o cenário político e o combate a corrupção no Brasil. **Fonte:** elaboração própria a partir dos jornais El País Brasil e folha de São Paulo e os sites pragmatismo político e <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/todos/>.

3.2 Retomando a cartografia de controvérsia

A cartografia está ligada originalmente ao ramo da Geografia e de dados estatísticos, traçando mapas sobre diferentes aspectos sociais, demográficos e geográficos de determinado país ou região. A partir do debate entre Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) em seu livro *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia vol. 1*, surge como possibilidade metodológica nas Ciências Humanas e Sociais. Nesse livro, os autores introduzem a ideia de rizoma e a noção

de cartografia, a partir de concepções retiradas das obras de Michel Foucault, que foi considerado um cartógrafo por Deleuze. Cito:

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e...”. Há nessa conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.36).

Deleuze e Guattari (1995) criticam a lógica binária que permeiam as relações humanas, teorias e conceitos. O rizoma vem de estudos da botânica sobre o tipo de estrutura de determinadas plantas cujos brotos podem ramificar-se e transformar-se em bulbo ou tubérculo. O que os autores procuram demonstrar com essa analogia é que esse rizoma pode funcionar tanto como raiz, ramo ou talo, independentemente da sua localização na figura da planta; o que exemplifica o sistema epistemológico proposto, onde não existem raízes, ou seja, proposições ou afirmações mais fundamentadas do que outras, que se ramificam segundo dicotomias fixas ou restritas. Para os autores, um rizoma contém seis princípios, com as seguintes características:

1º e 2º - Princípios de conexão e heterogeneidade: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem. [...] Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais. 3º - Princípio de multiplicidade: as multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Não tem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas. [...] 4º - Princípio de ruptura a-significante: Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. Estas linhas não param de se remeter uma às outras. É por isto que não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. [...] 5º e 6º - Princípio de cartografia e de decalcomania: um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. Ele é estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 14-20).

Para Deleuze e Guattari (1995), o interessante é que pesquisadores construam mapas e não decalques. O mapa contribui para o desbloqueio da mente e dos corpos e para a conexão entre os campos, além de ter a capacidade de expandir a nossa consciência. Um rizoma como o mapa possui múltiplas entradas e envolve desempenho. O mapa pode ser preparado pelo indivíduo, grupo ou formação social. “O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente.” (Ibidem, p.21). Se um rizoma for arborificado, acaba o desejo, a proliferação se extingue, e consequentemente, vem o declínio que pode levá-lo a morte.

O modelo da árvore-raiz dominou a realidade e o pensamento ocidental, em todas as áreas de conhecimento, tipificando as relações humanas em dicotomias restritas e num modelo binário de existência, o que gerou diversos conflitos na sociedade. O rizoma é formado por diferentes tipos de linhas: de estratificação, de fuga, de segmentaridade e de desterritorialização, que pode ser rompida e retomada em qualquer local do rizoma.

O que está em questão no rizoma é uma relação com a sexualidade, mas também com o animal, com o vegetal, com o mundo, com a política, com o livro, com as coisas da natureza e do artifício, relação totalmente diferente da relação arborescente: todo tipo de "devires". Um platô está sempre no meio, nem início nem fim. Um rizoma é feito de platôs. Gregory Bateson serve-se da palavra "platô" para designar algo muito especial: uma região contínua de intensidades, vibrando sobre ela mesma, e que se desenvolve evitando toda orientação sobre um ponto culminante ou em direção a uma finalidade exterior. [...] Chamamos "platô" toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas superficiais de maneira a formar e estender um rizoma. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.32).

A cartografia de controvérsias é uma metodologia da teoria Ator-Rede, tratando-se de um estudo iniciado por Bruno Latour em 1997 na *École de Mines de Paris* e atualmente se tornou uma pesquisa financiada pela União Europeia através do MACOSPOL (*Mapping Controvérsias on Science for Politics*), tendo a parceria de diversas instituições europeias de ensino e pesquisadores. O mapeamento de controvérsias não implica pressupostos conceituais e não requer protocolos metodológicos específicos e únicos, incentiva o entrelaçamento de teorias e técnicas de pesquisa. De acordo com Venturini (2009), alguns procedimentos devem ser adotados pelo pesquisador que propõe uma cartografia de controvérsias, são eles: não deve ter restrição de observação a nenhuma teoria ou metodologia; a observação deve ser feita a partir de tantos pontos de vista quanto possível e as vozes dos atores devem ser levadas em consideração, mais do que as presunções de pesquisa. As boas controvérsias são sempre calorosas e envolvem a maior quantidade de atores possível.

As controvérsias emergem quando as coisas e ideias que eram consideradas certas começam a ser questionadas, envolvendo todo tipo de atores, sejam eles humanos ou não humanos, sendo situações em que os atores discordam sobre determinado assunto ou contexto, ou melhor, concordam sobre esse desacordo. Exibe também, o social em sua forma mais dinâmica, as controvérsias são resistentes a reduções e são debatidas, tanto pelos indivíduos, como nas mídias e redes sociotécnicas. Para Venturini (2009), as controvérsias são decididas pela distribuição de poder, se expressando em lutas para conservar ou reverter às desigualdades sociais, podendo ser negociadas através de procedimentos democráticos, mas pode envolver força e violência, além de discussões (mesmo que não verbais), onde distintos atores se relacionam e se associam.

As controvérsias começam quando os atores descobrem que não podem se ignorar e terminam quando conseguem desenvolver um sólido compromisso para viverem juntos. Nesse sentido, podemos ver as controvérsias como conflitos, que mesmo que não atinjam lutas abertas, é compartilhado por choques e mundos conflitantes que se enfrentam em disputas, por vezes discursivas, e em alguns casos até físicas. Segundo o autor, a controvérsia revelaria o magma social, mostrando o quanto o coletivo é complexo, assim como a cartografia. Cito:

Em poucas palavras, quando você procura controvérsias, busque onde a vida coletiva se torna mais complexa: onde a maior e a mais diversificada variedade de atores está envolvida; onde alianças e oposições se transformam imprudentemente; onde nada é tão simples quanto parece; onde cada um está gritando e brigando; onde os conflitos crescem mais severos. Lá, você encontrará o objeto da cartografia de controvérsias (VENTURINNI, 2009, p. 5, tradução nossa).¹¹

Andre Stangl (2016) propõe um artigo com as estratégias para a elaboração de uma Cartografia de Controvérsias de modo aplicado, sugerindo e traduzindo as técnicas propostas pela *Macospol* e os pesquisadores ligadas a essa instituição e a temática da teoria Ator-Rede. Para o autor, “o desafio da Cartografia de Controvérsias é organizar as informações de modo a permitir que diferentes coletivos e agrupamentos, com interesses diversos, consigam deliberar sobre esses assuntos” (STANGL, 2016, p. 181). A temática que desencadeou essa pesquisa foi à controversa que envolve o discurso anticorrupção e o seu combate, em um

¹¹ In a few words, when you look for controversies, search where collective life gets most complex: where the largest and most diverse assortment of actors is involved; where alliances and opposition transform recklessly; where nothing is as simple as it seems; where everyone is shouting and quarreling; where conflicts grow harshest. There, you will find the object of the cartography of controversies (VENTURINNI, 2009, p. 5).

determinado contexto, onde a reeleição de Dilma Rousseff deixa insatisfeita uma grande parte da população brasileira e também da classe política, fazendo surgir um ciclo de manifestações contra ou a favor do impeachment, colocando grupos, indivíduos e coletivos em debate e conflitos que desencadeou a nossa ver, mais duas controvérsias, que se somaram ao slogan das ruas com as possibilidades sociotécnicas da rede, ou seja, a #Vem Pra Rua e a #Não Vai Ter Golpe, permeando os discursos das duas bandeiras de movimentos.

A corrupção no Brasil pode ser considerada uma polêmica cultural que envolve o país desde os primórdios, mas reemergiu na sociedade no ano de 2014, desencadeando o surgimento de diversos coletivos que se filiaram aos discursos do impeachment ou do “golpe” e que saíram às ruas em defesa do que acreditavam. Consideramos que cartografar as redes que atuaram em torno dessa polêmica no período analisado, pode contribuir para desvendar as fronteiras que se abriram em torno dessas problemáticas. Para Stangl, quando construímos cartografias, podemos partir das polêmicas retratadas no jornalismo, ou de casos que repercutem primeiramente na rede, além de discussões em torno de gosto, qualidade, relevância, ideologia ou valor. Nas palavras do autor, quando elaborarmos uma cartografia de controvérsias, “o que importa é a existência de um debate, de defesa de preferências de forma acalorada, como a questão das cotas raciais ou sociais; [...] ou a influência da grande mídia (Globo, Veja, etc.) na formação do gosto e da opinião pública” (STANGL, 2016, p. 182).

Em geral, esse tipo de tema divide a opinião entre grupos a favor ou contra, que, semelhantes a torcidas de futebol, recusam-se a considerar a posição contrária, esgotando a possibilidade racional (ou relacional) do debate. (STANGL, 2016, p. 182).

Segundo o autor, a cartografia pode nos auxiliar a traçar rotas, visualizando as perspectivas em debate e em conflito, e quanto maior a repercussão ou polêmica envolvendo a controvérsia, mais rastros conseguiremos coletar dos indivíduos e coletivos nas redes. A cartografia de controvérsia nos ajuda a desenhar e visualizar quadros onde podem ser representadas as posições contrárias sobre algum tema polêmico, demonstrando também, os papéis desenvolvidos pelos actantes que exercem influencia na rede, sejam eles humanos ou não humanos. Esse tipo de procedimento metodológico nos permite visualizar tal influência ou a mediação dos atores nas redes e no desenrolar dessas polêmicas, até a instauração de um consenso, mesmo que temporário e, suas possíveis associações. Os autores que utilizam essa metodologia (VENTURINI 2009; LATOUR; 2012; LEMOS, 2013; STANGL, 2016; outros)

sugerem que esses rastros podem ser seguidos através da cobertura da mídia, na web, Twitter, Facebook, blogosfera etc., realizando com isso, uma produção científica.

Em seu artigo, Stangl (2016) nos fornece as etapas indicadas no roteiro do site da *Macospol* (traduzida pelo o autor) e da construção conceitual desenvolvida por Venturini, para a construção de uma cartografia, tendo como ponto de partida a controvérsia que denominou de “rolezinhos¹²”, onde indica 12 passos para a construção de uma Cartografia de Controvérsias. Esse roteiro nos guiará durante a produção metodológica da pesquisa. Para o autor, quando cartografamos as redes que giram em torno de uma polêmica, acabamos encontrando uma forma de deslocar nossas “caixas-pretas”, abrindo possibilidades de entendimento sobre pontos de discussão e debates na sociedade que parecem indiscutíveis. No quadro abaixo, cito as etapas exploradas pelo autor e suas principais características, além de demonstrar se e como utilizamos esses procedimentos ou etapas metodológicas no desenvolvimento da nossa pesquisa, que foram se misturando, onde tentamos seguir os passos sugeridos, ou pelo menos alguns deles.

Etapas	Descrição das Etapas (STANGL, 2016)	Procedimentos Utilizados na nossa pesquisa
1. <u>Temperatura</u>	A primeira etapa é identificar a temperatura da controvérsia. Quanto mais atual o tema, mais quente e fácil de encontrar debates e relatos nas redes sociais, nas mídias e jornais sobre a controvérsia.	Utilizamos os acervos digitais dos jornais Estadão, O Globo, Folha Uol, El País. Os sites de notícias G1 e Pragmatismo Político, além das redes sociais Facebook e Twitter como fontes de pesquisa de dados.
2. <u>Visualização</u>	Essa etapa consiste em visualizar o alcance e os desdobramentos da controvérsia nas redes digitais, podendo utilizar vários softwares que auxilia nessa visualização (<i>Gephi</i> , <i>Twitonomy</i> , <i>Trendsmap</i>) ou ainda pesquisar a repercussão na internet através do <i>Google Trends</i> .	Optamos por investigar a repercussão na rede e a temperatura das controvérsias através do <i>Google Trends</i> , em diversos gráficos apresentados na pesquisa. O <i>Gephi</i> é um software que possibilita uma visualização mais completa da rede, mas devido à dificuldade de manipulação, excluímos essa ferramenta da nossa análise.
3. <u>Cronologia</u>	Nessa etapa o autor sugere que se crie uma timeline ou cronologia da controvérsia, se	Optamos por criar uma visualização em um quadro com elaboração manual a partir dos

¹² Em 7 de dezembro de 2013, um encontro de jovens, mobilizado via Facebook, reuniu aproximadamente 6 mil jovens no shopping Metrô Itaquera, na periferia de São Paulo. Chamaram a atenção a emergência e a velocidade com que os jovens foram se agrupando no espaço físico da entrada do shopping. A aglomeração, que aparentemente tinha intenções pacíficas, acabou gerando tumulto e violência. Além disso, acabaram ocorrendo vários outros episódios semelhantes em diversas cidades do país. O fenômeno ficou conhecido como “rolezinho” e alimentou grandes debates nas redes digitais e nas grandes mídias. (STANGL, 2016, p. 185).

	possível, classificando. Indica o uso de ferramenta como o <i>Tiki-Toki</i> ou <i>Timetoast</i> .	dados encontrados nos acervos jornalísticos citados acima. (Quadro 5).
4. <u>Diagrama Ator-Rede</u>	Sugere que criemos uma visualização gráfica que identifique as principais fontes de posição e oposição sobre a controvérsia. Pode utilizar alguns softwares como o <i>Mindmeister</i> ou <i>Examtime</i> .	Utilizamos o <i>Mindmeister</i> pra criar essa visualização gráfica a partir das nossas duas controvérsias, ou seja, a #VemPraRua e a #NãoVaiTerGolpe, indicando os principais discursos e coletivos que se filiaram a esse debate. Figuras 13 e 14.
5. <u>Desdobramentos</u>	Tendo como base o diagrama ator-rede, identificar os subtemas relacionados com as controvérsias.	Identificamos esses subtemas nas imagens, nos discursos, nas nuvens de palavras e na visualização gráfica do <i>Mindmeister</i> . Figuras 8, 10, 13 e 14.
6. <u>Fronteiras</u>	Situações onde existem riscos de violência física ou simbólica. Demonstrar em que situações e locais essa controvérsia pode gerar discursos violentos (intolerância, agressão, palavrões, etc).	Apresentamos fotos que demonstraram os conflitos simbólicos e físicos (geralmente quando as duas vertentes de movimento se encontravam). Nos cartazes erguidos pelos indivíduos nas manifestações podemos perceber as fronteiras discursivas e simbólicas que separam esses dois grupos e ideologias políticas.
7. <u>Minidiscursos</u>	Curadoria de frases, comentários, debates, memes sobre a controvérsia, tendo como base as redes sociais Facebook e Twitter. Visualização gráfica dos discursos. O autor sugere usar o www.wordle.net .	Criamos nuvens de palavras em outro software conhecido como www.jasondavies.com/wordcloud e que foram expostos nas Figuras 8 e 10.
8. <u>Macrodiscursos</u>	Uma curadoria das principais opiniões na grande mídia, ou de “formadores de opinião” envolvidos e interessados na controvérsia.	Expomos Capas dos Jornais, chamadas de reportagens e os discursos dos coletivos em suas redes sociais. Figura 18.
9. <u>Geolocalização</u>	Criar um mapa, localizando geograficamente os eventos e os atores relacionados com a controvérsia. Sugere o <i>Google Maps</i> .	Trouxemos alguns mapas com dados comparados das manifestações (fontes secundárias G1). Figuras 15, 16, 17.
10. <u>Glossário</u>	Glossário de termos específicos usados na controvérsia.	Elaboramos as nuvens de palavras e os infográficos.
11. <u>Acervo</u>	Um espaço para reunir conteúdos relacionados com a controvérsia, links, vídeos, imagens, reportagens, artigos, notícias, etc.	Utilizamos pastas digitais, caderno de pesquisa, computador e a nuvem do <i>google drive</i> para armazenar os dados.

12. <u>Apresentação</u>	Sugere que todos os passos anteriores sejam reunidos em algum tipo de publicação digital que ajude a visualização dos diversos aspectos da controvérsia pesquisada. Sugere o uso do Pinterest ou Tumblr.	Essa etapa vai ser exposta na própria dissertação e na apresentação da defesa, podendo posteriormente, ser apresentada em possíveis artigos científicos.
-------------------------	--	--

Quadro 6: Descrição das etapas metodológicas sugeridas pela Cartografia de Controvérsias e maneiras que foram aplicadas na nossa pesquisa. **Fonte:** Elaboração própria a partir do texto de Stangl (2016).

3.3 O discurso anticorrupção no Brasil e suas controvérsias

Segundo Flávia Regina Ribeiro (2011), a Análise de Discurso surge a partir de críticas as ciências sociais tradicionais, constituindo como uma manifestação do “giro linguístico”, que ocorre nas artes e ciências humanas no início do século XX. Para essa autora, é por meio da linguagem que adquirimos capacidade de nos fazermos inteligíveis. De acordo com essa visão, seria nos momentos de interação entre as pessoas, quando elas reagem umas às outras por meio de “uma postura ativa e responsiva, que se poderá compreender como as pessoas produzem sentidos por meio de suas práticas discursivas” (RIBEIRO, 2011, p.561). A credibilidade de uma afirmação está sujeita às sentenças seguintes que são remetidas e reproduzidas. Se a atribuição de certeza se repetir retrospectivamente, a sentença poderá ser tomada como fato, caso contrário, será compreendida como ficção.

Para Cleudemar Alves Fernandes (2007), quando nos referimos a discursos não é apenas a questões linguísticas, envolve também aspectos sociais e ideológicos que estão impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. A posição contrária que um sujeito assume em um debate ou divergência revela suas posições ideológicas sobre determinado tema ou assunto. Os discursos dependem dos sentidos que são atribuímos pelos sujeitos em relação, revelando posições políticas, ideológicas e sociais nas quais estão inseridos. O autor argumenta que os discursos se alteram e se transformam de acordo com as transformações sociais e políticas que a vida humana sofre. O discurso nos oferece a ideia de movimento, uma prática de linguagem que demonstra o homem falando. Fernandes (2007, p. 21) propõe que para “analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de

sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto”.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (...) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (PÊCHEUX, 1997, p. 190 apud FERNANDES, 2007, p. 22).

O discurso é exterior à língua e a fala, e rodeia tudo que tem vida social, tornando-se necessário romper as barreiras linguísticas para alcançar os discursos. Para o autor, se existe diferenças, há embates sociais e linguísticos. A ideologia dos sujeitos que marcam suas posições sociais diante de tais conflitos, sendo inerente ao discurso. De acordo com Fernandes, uma formação discursiva é formada pela presença de diferentes discursos em seu interior, que é conhecida como interdiscurso, e surgem de lugares sociais distintos e em vários momentos da história.

Uma formação discursiva dada apresenta elementos vindos de outras formações discursivas que, por vezes, contradizem, refutam-na. [...] Consonante com Foucault (1995), todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem, integrantes de outros discursos (FERNANDES, 2007, p. 52).

Não existe homogeneidade em uma formação discursiva, sendo constituída por diferentes discursos. Segundo o autor, tanto os enunciados quanto os discursos sofrem dispersões, transformações, descontinuidades e formações, não sendo possível o alcance geral dos sentidos. Os discursos possuem ainda a função de exprimir uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inseridos. Para compreender um discurso, não devemos nos prender a sua materialidade linguística, devemos buscar a compreensão da sua exterioridade, tanto no social como no espaço, além do contexto histórico, ideológico e social que estão coexistindo nessa relação de implicância. Segundo Ledesma et al (2012), para Michel Foucault, o termo discurso pode ser associado à análise das relações entre o significado e o poder. Esses autores definem o discurso em quatro dimensões:

- (i) O discurso cria o mundo, pois molda as nossas percepções do mundo, numa cadeia de associações que produzem uma compreensão significativa da vida, construímos um mundo social através duma complexa interação entre experiência e educação; (ii) o discurso gera conhecimento e a verdade, o conhecimento organiza-se através de estruturas, interconexões e associações que se

constroem na língua; certos discursos, em certos contextos, têm o poder de convencer as pessoas de que são verdades; (iii) o discurso diz algo sobre a pessoa que o proferem, analisando o discurso de uma pessoa podemos conhecer o seu gênero, sexualidade, origem étnica e as relações que mantém com as pessoas que a rodeiam; (iv) discurso e poder, relacionado com as redes de poder em que se está inserido socialmente, o discurso utilizado pelo indivíduo pode denotar o grau de ascendente social, cultural e mesmo político (LEDESMA et al, 2012, p. 2).

De acordo com Alfredo Veiga-Neto (2016), para Foucault (1996, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar” (VEIGA-NETO, 2016, p. 89-90). Para o autor, nascemos em um mundo que já é de linguagem, em um mundo em que os discursos já existiam e estão circulando, nesse sentido, nos tornamos sujeitos derivados desses discursos. O discurso deve ser relacionado ao campo prático ao qual ele está sendo desdobrado, ao invés de um pensamento ou mente de sujeito particular. Os discursos não descobrem a verdade, as inventa. O poder é ativado e colocado em circulação com as práticas discursivas.

Nunca é demais lembrar que uma prática discursiva não é um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar discursos, mas é todo o conjunto de enunciados que formam o substrato inelégível para as ações, graças ao seu duplo caráter de judicativo e “veridicativo”. Isso equivale a dizer que as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. E, ainda que uma prática discursiva dependa da nossa vontade, essa não é suficiente para gerá-la e fazê-la funcionar. (VEIGA-NETO, 2016, p. 93).

Os discursos podem ser contingentes e subjetivos, além disso, tem a capacidade de formar os objetos de que fala. De acordo com o autor, “os discursos não são, portanto, resultado da combinação de palavras que representariam as coisas do mundo” (Idem). Veiga-Neto (2016, p. 97), diz que em termos metodológicos, Foucault não propõe organizar previamente os discursos que se quer analisar, nem identificar à lógica, a verdade ou a essência que permeia esses discursos, “o que importa é tão somente, lê-los e tratá-los no jogo de sua instância”. Para Foucault (1992, p. 179), ao analisarmos os discursos, devemos ter em mente que é “por uma certa economia dos discursos de verdade [que] há possibilidade de exercício de poder”. O discurso é ainda um espaço de posições de sujeitos e de funções de sujeitos diferenciadas.

Para Foucault, o sujeito de um discurso não é a origem individual e autônoma de um ato que traz à luz os enunciados desse discurso; ele não é dono de uma intenção comunicativa, como se fosse capaz de se posicionar de fora desse discurso para sobre ele falar. (VEIGA-NETO, 2016, p.91).

De acordo com Veiga-Neto (2016, p. 94), os discursos são contingentes e também subjetivos, não podendo ser analisado fora do contexto do acontecimento, revelando os poderes que tal acontecimento coloca em circulação. O enunciado é outra categoria que devemos levar em consideração quando analisamos discurso, não se restringindo a regras gramaticais ou verbalização. Desse modo, “um horário de trens, uma fotografia ou um mapa podem ser um enunciado, desde que funcione como tal, ou seja, desde que sejam tomados como manifestações de um saber e que, por isso, sejam aceitos, repetidos e transmitidos”. Para o autor, os enunciados são mais raros dos que o ato de fala cotidiana.

Os enunciados não são “como o ar que respiramos, uma transparência infinita; mas sim coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos e reproduzimos e transformamos [...]. Para Foucault, um enunciado não é qualquer coisa dita (ou mostrada...); ele não é cotidiano. O enunciado é um tipo muito especial de um ato discursivo: ele se separa dos contextos locais e dos significados triviais do dia a dia, para construir um campo mais ou menos autônomo e raro de sentidos que deve, em seguida, ser aceitos e sancionados numa rede discursiva, segundo uma ordem – seja em função do seu conteúdo de verdade, seja em função daquele que praticou a enunciação, seja em função de uma instituição que o acolhe. (VEIGA-NETO, 2016, p. 94).

Ainda sobre o enunciado, Kátia Menezes de Souza (2017, p.102) citando Foucault (1969 [1995], p. 121) argumenta que “o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou rivalidade”. Os enunciados são atravessados por outros enunciados. Para a autora, analisar enunciados em termos foucaultianos, é analisar acontecimentos, os enunciados e o que os torna possíveis em determinados contextos e em outros não. Os enunciados possuem certas regularidades e formulações. Devemos nos perguntar se os enunciados analisados funcionam, como funcionam e porque funciona. A nossa pretensão metodológica é entrelaçar esses entendimentos de discurso com a cartografia de controvérsia.

Para Ribeiro (2011), existe um intenso movimento de contestação de sentenças, onde há uma disputa pelo status de “fato”, ao qual Bruno Latour (2000) dá o nome de controversa. As controvérsias dão visibilidade aos atores sociais envolvidos numa disputa ou debate, surgindo uma gama de enunciados contrários uns aos outros, exigindo o posicionamento dos diversos atores envolvidos nessas controvérsias. De acordo com a autora, “uma controvérsia é a contestação de sentenças que buscam a atribuição de certeza, mobilizando atores sociais,

arregimentando recursos e participando da construção de fatos sociais” (RIBEIRO, 2011, p. 563). Nesse tipo de controvérsia, os atores costumam buscar aliados, para constituir uma espécie de argumento de autoridade, critério que acreditamos ser colocado em prática pelos indivíduos e coletivos que se envolveram nessa disputa política, já que buscam aliados e seguidores, além de financiadores para suas mobilizações, se enfrentando nesse embate discursivo e ideológico tanto nas redes como nas ruas.

Segundo a autora, Bruno Latour (2000) em sua obra “Ciência e Ação”, faz uma etnografia sobre o trabalho de cientistas em laboratórios de ciências naturais, afirmando que a pesquisa do autor nos conduz “aos caminhos da construção do conhecimento a partir da formulação de sentenças ou enunciados que encerram um sentido geral sobre determinado assunto pesquisado”. Para Latour, o status de uma afirmação depende das confirmações ou refutações ulteriores, ou seja, faz parte de uma cadeia de interanimação ideológica. Afirma que um enunciado pode ser tomado como fato ou ficção em virtude da maneira como está inserido em outras pessoas. O mundo virtual está cheio dessa dicotomia entre fato ou ficção; fato ou *fake*, já que a cultura de memes (que é algo que se propaga rapidamente na web) está sendo muito utilizado na atualidade, o que acaba envolvendo as pessoas em explicações e impressões sobre a realidade de senso comum e em alguns casos, pautado em distorções baseados em situações inverídicas.

Como nos informou Ribeiro (2011), as controvérsias são definidas como movimento de contestação de sentenças, onde há uma disputa pelo status de “fato”; facilitando a visibilidade dos atores sociais que estão envolvidos numa disputa ou debate. Os argumentos opostos se enfrentam numa controvérsia através da retórica, que nos oferece instrumentos para a identificação e interpretação de atores sociais e posições contrárias sobre controvérsias públicas. No caso da nossa pesquisa, estamos abordando às controversas ligadas ao discurso do combate à corrupção no Brasil e como os coletivos e indivíduos que se filiaram aos nossos dois slogans/controvérsias discursaram e agiram durante o período analisado, ou seja, entre janeiro de 2015 a dezembro de 2017, tanto nas redes como nas ruas.

Construímos através do software *Mindmester*, alguns diagramas mentais com as duas controvérsias que estamos analisando, ou seja, a #Vem Pra Rua e a #Não Vai Ter Golpe, além dos principais discursos e enunciados proliferados nas ruas e em cartazes que foram fotografados nas mãos dos indivíduos que participaram desses atos e divulgados nas mídias e nos jornais online que servem de fonte de dados para a nossa pesquisa. Esses enunciados expressam também, controvérsias secundárias ligadas aos indivíduos e coletivos que se

associaram a essas controvérsias maiores como o combate a corrupção, além de demarcar posições políticas, ideológicas e pessoais desses atores.

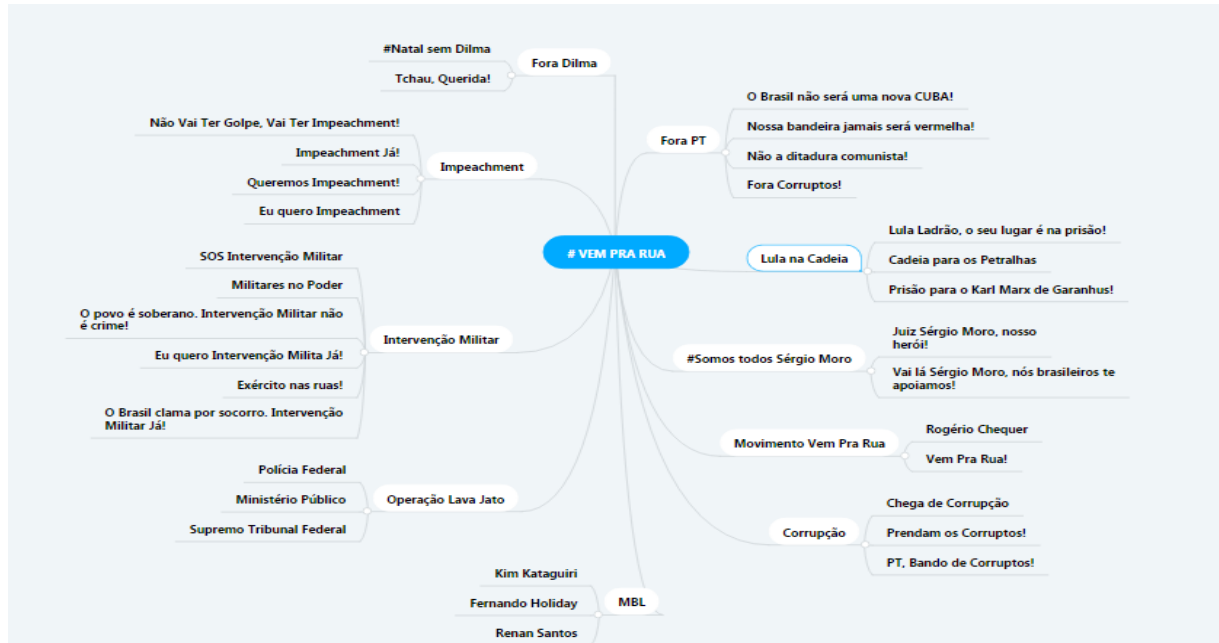


Figura 13: Diagrama em torno da controvérsia #Vem Pra Rua: enunciados e discursos a ela associados nas Manifestações a favor do Impeachment entre 2015 e 2016. **Fonte:** elaboração própria no <https://www.mindmeister.com>

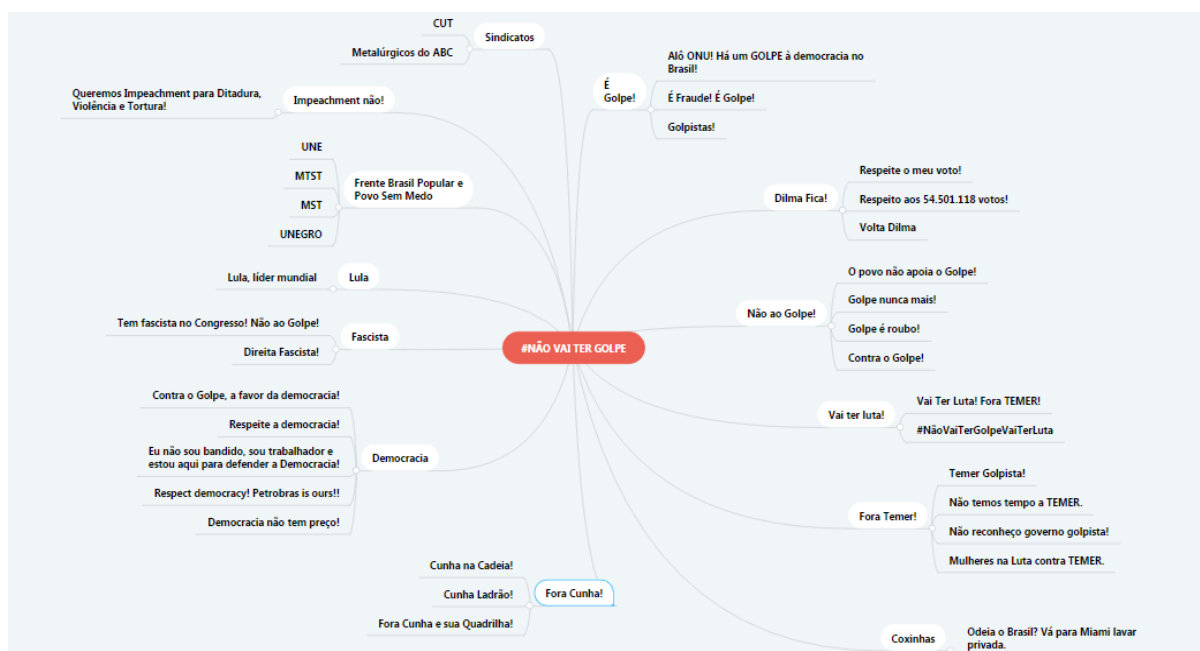


Figura 14: Diagrama em torno da controvérsia #Não Vai Ter Golpe e os enunciados e discursos a ela associados nas Manifestações a favor do Impeachment entre 2015 e 2016. **Fonte:** elaboração própria no <https://www.mindmeister.com>

Para Jonathan Potter (2011), as atitudes deveriam ser vistas como posturas públicas que são inseparáveis da controvérsia. Geralmente, as atitudes exigem funções, salvo em questões pautadas por conflitos e disputas. Quando indicamos nossas atitudes através de um discurso ou debate, por exemplo, fazemos mais do que expressar nossas crenças pessoais, também nos localizamos dentro de uma controvérsia pública. Esse tipo de relação é dual, pois situa algo pessoal sobre o indivíduo que assume determinada posição e possui também, um significado social, porque posiciona o indivíduo em uma controvérsia mais ampla. No decorrer de uma controvérsia, as opiniões e discursos que os atores assumem acabam definindo aquilo que fazem, as posições que ocupam no debate, as conexões e agenciamentos que estabelecem, as associações, as preferências, as ideologias, etc..

Esses tipos de posicionamentos e demarcação discursiva foram bastante evidenciados nos dados encontrados durante a pesquisa. Os atores faziam questão de ser distinguidos a partir da sua bandeira, ideologia política, campo de ideias, valores, agenciamentos e associações, além das preferências e conexões que foram sendo construídas ao longo desses dois anos, o que fez grupos, coletivos, indivíduos e a sociedade em geral serem envolvida nesses dois slogans/controvérsias e se posicionarem dentro dessas controvérsias mais amplas que foram o combate à corrupção no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff. No tópico abaixo, expomos algumas controvérsias e conflitos em imagens, evidenciando alguns enunciados e discursos proliferados durante o período de análise.

3.4 Controvérsias e conflitos em imagens

Retomando um dos métodos de nossa análise, a cartografia de controvérsias (CC), Lemos (2013), afirma que se trata de um conjunto de técnicas que nos permite visualizar polêmicas. A cartografia não exige uma teoria ou método específico para ser aplicada, ela trabalha em conjunto com outros métodos. Foram muitas as imagens e os discursos analisados sobre essas duas controvérsias, sendo que montamos mosaicos de imagens, discursos e enunciados que foram divulgados nas redes e nas ruas pelos indivíduos e coletivos que expressaram controvérsias e conflitos, inclusive, nos auxiliando a construir satisfatoriamente as etapas do método da cartografia de controvérsias que nos propomos a percorrer. A erupção das controvérsias #Vem Pra Rua em torno do combate à corrupção, contra Dilma Rousseff e contra o PT, além da controvérsia do #Não Vai Ter Golpe, se

intensificaram entre março de 2015, quando surgem os dois primeiros grandes protestos nas ruas e se mantém intensa até agosto de 2016, quando a presidenta Dilma sofre o impeachment. Seleccionamos dois protestos filiados a cada controvérsia.

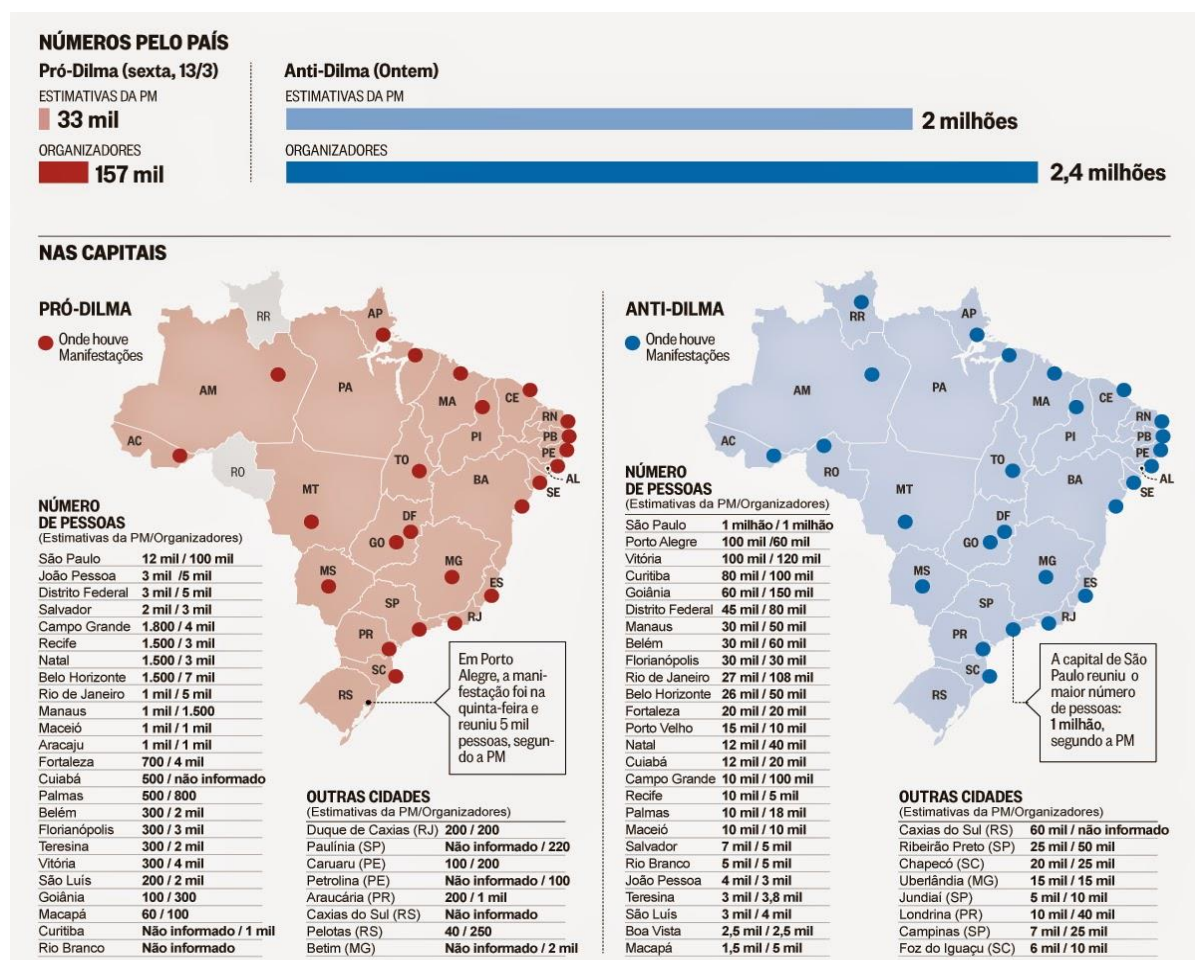


Figura 15: Estimativas de Geolocalização das Manifestações do dia 13 de março de 2015 (Pro-Dilma) e do dia 15 de março de 2015 (Contra Dilma). **Fonte:** <https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/os-mapas-das-manifestacoes.html>

O embate discursivo nas ruas também se inicia em março de 2015, quando ocorrem dois grandes protestos: um no dia 13 (sexta-feira) a favor da presidenta Dilma Rousseff e pela legitimidade do seu mandato, e o outro convocado pelos coletivos MVPR e MBL contra Dilma, a favor do impeachment, contra a corrupção e principalmente, contra o PT no dia 15 de março (domingo). As estimativas de público têm muito a dizer sobre essas manifestações. Geralmente, são duas as fontes de dados recolhidas pelos jornalistas, uma que provém da Polícia Militar (PM) e outra dos próprios organizadores dos atos, e é quando percebemos mais incongruências. Por exemplo, de acordo com a PM, no ato Pró-Dilma continha 33 mil

pessoas, enquanto para os organizadores se tratavam de 157 mil. Já em relação ao ato Contra Dilma, para a PM, o público era de 2 milhões de pessoas, e para os organizadores 2,4 milhões. Essas manifestações foram muito noticiadas em todas as mídias e jornais, inclusive ocupando capas do jornal como *O Estado de São Paulo*, auxiliando nas informações sobre as manifestações, mas também criando e proliferando macrodiscursos sobre as duas vertentes de movimentos e os seus “parceiros de luta”.

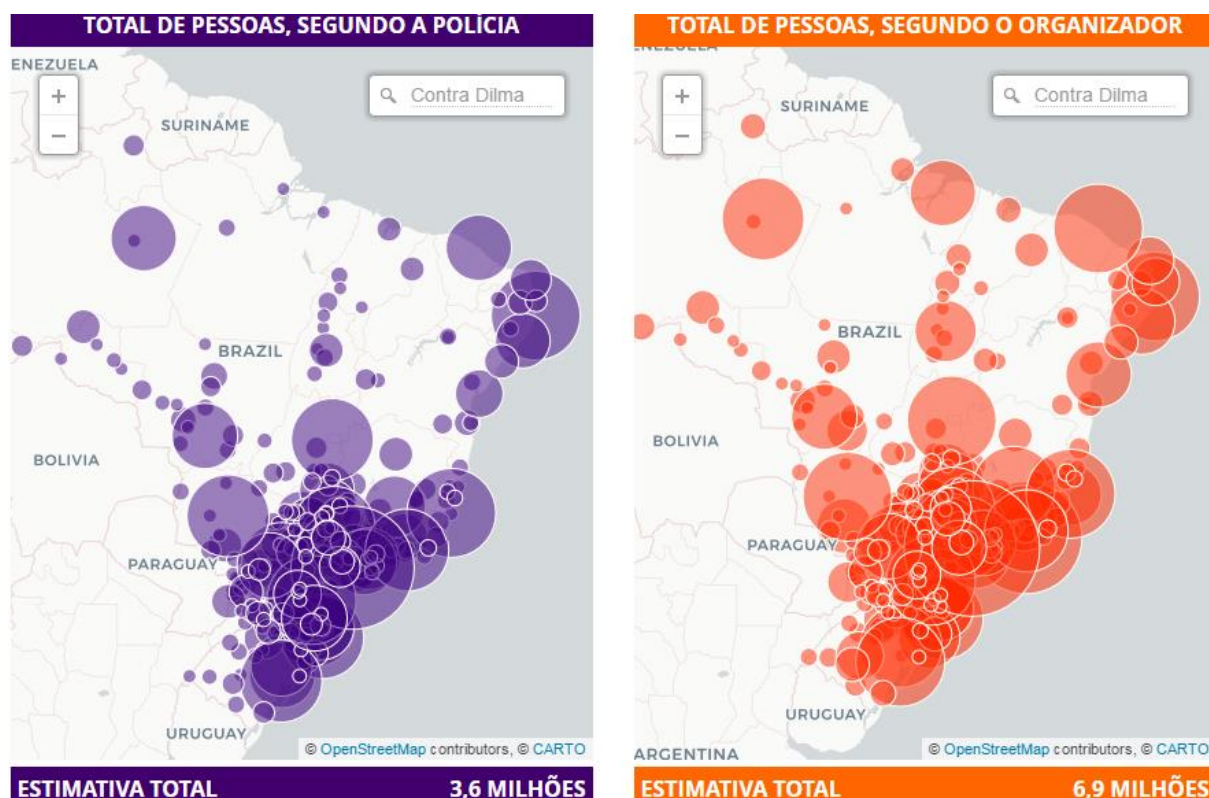


Figura 16: Estimativas de geolocalização da maior Manifestação Contra Dilma Rousseff (PT) que ocorreu no dia 13 de março de 2016 (domingo). **Fonte:** <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/17-042016/contra/>

Analisando a divulgação dos dados de três manifestações diferentes, percebemos que ambos os resultados publicados, tanto pelos organizadores com pela PM, não batem, por vezes chegam a ser discrepantes. A tendência é que os dados divulgados pelos organizadores sejam superiores aos que são divulgados por outras instituições, como a PM, o que ajudaria a corroborar com a legitimidade da manifestação e com a adesão do público indeciso, dando a impressão ou a realidade de que milhares de pessoas aderem a bandeira de luta. Por exemplo, no dia 13 de março de 2016, ocorreu outro grande ato contra Dilma Rousseff, que segundo os organizadores continham mais de 6 milhões de pessoas nas ruas em todo o país, enquanto

para a PM, esse número chegou a 3,6 milhões. Ambas as estimativas são bem altas, contendo uma diferença de público de mais de 2 milhões de pessoas entre as duas fontes de dados, o que reforça a tese da discrepância entre as informações sobre o público nesses eventos.

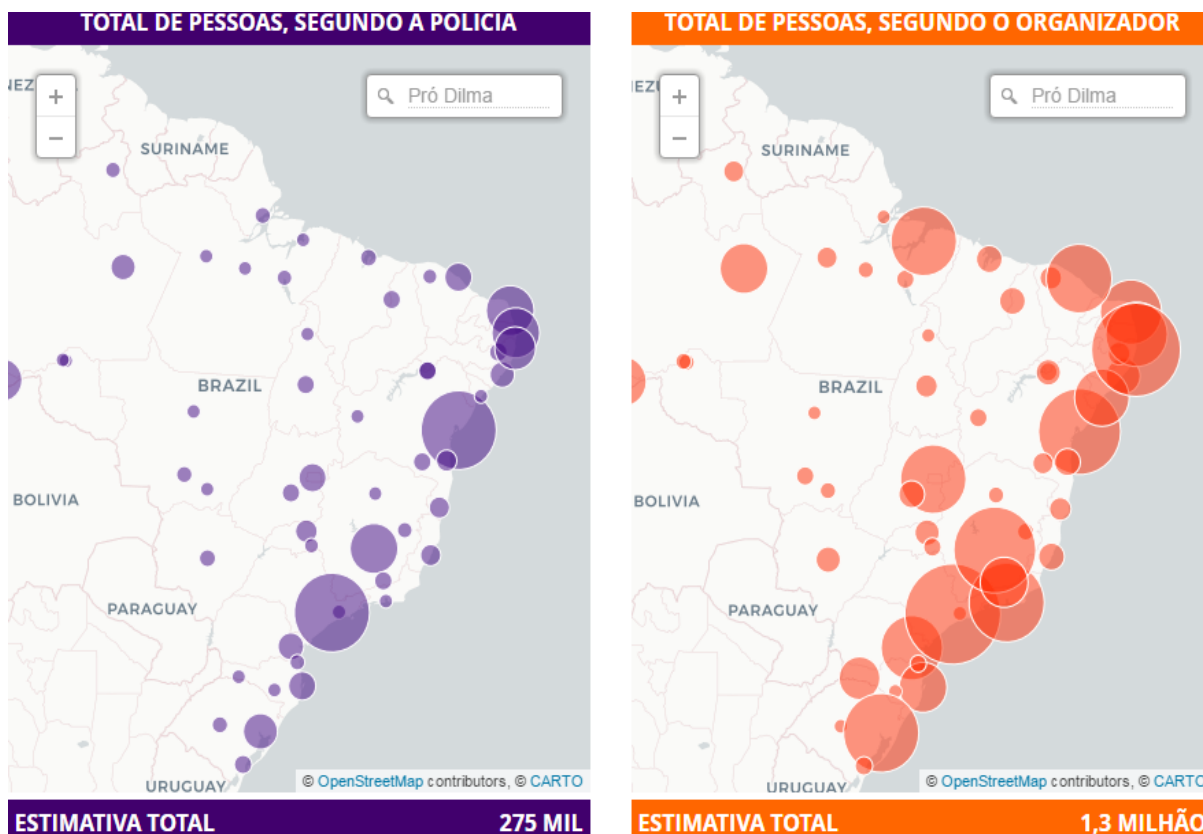


Figura 17: Estimativas de geolocalização da maior Manifestação Pró Dilma (PT) que ocorreu no dia 18 de março de 2016 (sexta-feira). **Fonte:** <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/17-04-2016/pro/>

O maior ato declarado pelos organizadores pró Dilma ocorreu em 18 de março de 2016, levando mais de 1 milhão de pessoas às ruas segundo os organizadores e apenas 275 nos dados da PM. Lembrando que esses dados não são exatos, tratando-se de estimativas e servem para nos alertar como os coletivos e os indivíduos exageram em nome de sua própria causa ou os dados da PM são bastante desatualizados. Outro detalhe, é que geralmente, os atos contra a corrupção, contra a gestão de Dilma Rousseff, contra o PT e a favor do impeachment, reuniram uma quantidade maior de indivíduos e mais capas de jornal do que os atos pró-Dilma e contra o impeachment. As manifestações regidas pelo slogan da #Vem Pra Rua também ocuparam maior espaço na mídia televisiva do que a outra controvérsia regida pelo slogan da #Não Vai Ter Golpe.



Figura 18: Macrodiscursos expostos no jornal *O Estado de S. Paulo* sobre as manifestações entre março de 2015 e dezembro de 2016 no Brasil – Pró-Dilma e Contra Dilma. **Fonte:** <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm>

Essas manifestações geraram reações emocionais das mais variadas, envolvendo o imaginário coletivo do brasileiro. As pessoas se sentiam parte daquela disputa política. Foram muitos os indivíduos que gritaram e se filiaram a controvérsia da #Vem Pra Rua, onde exigiam o impeachment e gritavam fora Dilma e reagiam com vigor contra a bandeira contrária, filiada ao slogan/controvérsia da #Não Vai Ter Golpe. As reações nos faz lembrar uma final de Copa do Mundo de Futebol, onde a disputa é entre o Brasil e os brasileiros de camisa verde e amarela, contra o Brasil de vermelho, associados aos indivíduos que se alimentaram do slogan/controvérsia da #Não Vai Ter Golpe, simpatizantes do PT e contra o impeachment de Dilma Rousseff, por considerarem que se tratava de um golpe parlamentar. Para Fernandes (2017), o descontentamento da classe alta e média com a “política do presente”¹³, fez com que esses sujeitos insatisfeitos se manifestassem através de práticas

¹³ Para o autor, o “presente” refere-se a um modo de fazer política, executado pelo PT e que não agradou todas as classes sociais no Brasil. “A ascensão da classe baixa promovida pelo governo do PT apresenta-se como motivo de levantamento da classe alta em sua contestação. Em se tratando de produções discursivas, são inúmeras as ocorrências de enunciados em que sujeitos se mostram indignados com a elevação do poder socioeconômico dos mais pobres” (FERNANDES, 2017, p. 241).

discursivas em diferentes mídias e nas ruas, demarcando uma posição diante de seus enunciados e sua visão de mundo, que alimentou os conflitos em torno da política e da corrupção.



Figura 19: Mosaico de imagens que expressam emoções durante as Manifestações filiadas a controvérsia #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016 no Brasil. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

De acordo com esse autor, a gestão petista mexeu com algumas feridas abertas dos brasileiros, sendo que as políticas de redistribuição de renda e o acesso ao consumo a todas as camadas sociais causou uma espécie de ranço de uma parte da população que não teve vergonha de se dizer contra essas políticas. Alguns desses atores reivindicaram nas urnas em 2014, que a direita reassumisse o poder político do país, já que os pobres não sabiam como votar e escolher os governantes adequadamente, mas perderam, o que gerou mais descontentamentos nessas classes sociais. As questões raciais também vieram à tona como uma chaga nacional, gerando debates em torno das políticas de cotas para ingresso em universidades públicas e concursos públicos. Para Fernandes (2017, p. 247), esse embate discursivo representam elementos de uma insurreição, por se caracterizar por enfrentamento e choque, representando também atitudes de contraconduta que “são práticas discursivas

integrantes de um processo, cujo efeito foi o de anestesiar o governo do PT, o imobilizar, e o substituir por outro governo, outro partido político e ideológico, outro corpo social”.



Figura 20: Mosaico de imagens que expressam emoções durante as Manifestações filiadas a controvérsia #Não Vai Ter Golpe entre 2015 e 2016 no Brasil. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

Os sujeitos insurrectos que se filiaram a controvérsia da #Vem Pra Rua, questionaram a ordem estabelecida, logrando maior êxito, já que a presidenta acabou sofrendo o impeachment em agosto de 2016. Os que se filiaram a controvérsia em torno da #Não Vai Ter Golpe foram “derrotados” nas ruas e sofreram a angústia da incerteza política na qual o país estava mergulhando, já que a legitimidade das urnas não estava sendo preservada e o crime de responsabilidade não foi satisfatoriamente comprovado, se tratando de um julgamento muito tendencioso e feito por políticos também corruptos. Para Jessé Souza (2016, p. 12), “todos os golpes de Estado tiveram a corrupção como mote, precisamente porque ela se presta sem esforço a ser tomada arbitrariamente contra o inimigo político da ocasião”.

De acordo com sua visão, os golpes que tem essa temática como legitimação do ato, buscam sempre mais dinheiro para poucos e nunca visa o combate a corrupção de verdade. Essa insatisfação generalizada de uma grande parte da sociedade brasileira fez com que

enunciados fossem alimentados e reproduzidos em massa por indivíduos que se diziam de direita e contra a bandeira “comunista representada pelo PT e Dilma”. Abaixo exponho alguns desses enunciados e discursos que mostram as controvérsias divulgadas por esses indivíduos.



Figura 21: Mosaico de imagens contendo discursos e enunciados presentes nos cartazes das Manifestações filiadas à controvérsia #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016 no Brasil. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

Para Fernandes (2017, p. 244), o período que antecede a eleição presidencial de 2014, durante o segundo mandato de Dilma Rousseff até o seu afastamento por causa do impedimento sofrido, que “assistimos a uma produção desenfreada de enunciados caracterizados por violência, austeridade e agressão, dirigidos à presidenta da República e ao Partido dos Trabalhadores (PT)”. Esses enunciados continha essa duplicidade de alvo e demonstraram “as relações de poder entre forças sociais em oposição; são igualmente expressões de corpos sociais em embate, em luta de poder e em luta pelo poder político”. Como podemos perceber nessas imagens, alguns desses enunciados abordam o tema da corrupção de forma totalmente controversa, como exemplo, citamos um enunciado presente em uma faixa com os seguintes dizeres: “Não adianta calar e isolar o Cunha, somos milhões de Cunhas. Impeachment-Já. Chega de Negociatas e Corrupção”, revelando outra contradição,

já que Eduardo Cunha na época do PMDB, hoje se encontra preso, justamente por praticar crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Outros discursos simplesmente desqualifica a vida do outro, revelando preconceitos e mazelas que ainda assolam a nossa sociedade, como os enunciados expostos na figura abaixo.



Figura 22: Mosaico de imagens contendo discursos e enunciados presentes nas manifestações filiadas à controvérsia do #Vem Pra Rua e que continha um teor negativo em relação às figuras de Dilma Rousseff ou Lula entre 2015 e 2017. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

Segundo Fernandes (2017), os discursos dirigidos à presidenta de forma ofensiva revelam racismos, questões de gênero e ódio social. Esses indivíduos clamam por exército nas ruas e marcharam em nome de Deus. Os indivíduos que coligaram a essa bandeira, atribuíram todo o mal relacionado à corrupção a uma vertente política, ou seja, ligada aos partidos de esquerda e ao “comunismo” petista (uma afirmação de senso comum, que na prática não se confirma). Uma das cenas mais grotescas encontradas entre as 105 imagens analisadas na controvérsia do #Vem Pra Rua, foi um enforcamento simbólico (mas que tem muito a dizer), onde as vítimas representavam a figura de Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula. Na nossa montagem de imagens, fizemos questão de colocar uma placa que foi levantada por outro manifestante em um dos atos nas ruas, onde em nome de Deus, pedem pra não sacrificar

Sérgio Moro (o salvador enviado por Deus, que realizaria o papel de Jesus, e novamente nos livraria do pecado).



Figura 23: Enforcamento simbólico de Dilma e Lula em um dos protestos filiados a controvérsia #Vem Pra Rua em março de 2015. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

Nas manifestações regidas pelo slogan/controvérsia da #Vem Pra Rua, foi onde encontramos enunciados e discursos mais violentos e preconceituosos. Como é o caso do manifestante que segurava um cartaz com o seguinte enunciado: “País sem corrupção é onde rico manda, pois quem é rico não precisa roubar”, trazendo a cena questões de classe e segregação social (pois traz à tona um discurso subtendido de quem rouba é pobre), além de expressar uma grande controvérsia, já que muitos dos investigados na Lava Jato ou por casos de corrupção, são megaempresários milionários, representantes públicos com salários altíssimos se comparado aos cidadãos comuns e executivos de alto escalão. Outra controvérsia que circulou bastante nas redes e nas ruas, inclusive, muitas pessoas literalmente vestira a camisa, continha o seguinte enunciado, “A culpa não é minha. Eu votei no Aécio”, com a intenção de afirmar que o candidato era uma boa opção política para o país ao invés de Dilma Rousseff (PT), sendo que algum tempo depois também foram descobertos diversos escândalos de corrupção envolvendo Aécio Neves (PSDB) e sua campanha.



Figura 24: Controvérsias expostas nos cartazes segurados pelos manifestantes durante os protestos filiados a controvérsia #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.



Figura 25: Mais controvérsias expostas nos cartazes segurados pelos manifestantes durante os protestos filiados a controvérsia #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

Alguns desses manifestantes trouxeram as ruas o símbolo da suástica, utilizado pelos nazistas, além de outras gritantes controvérsias, como por exemplo, o cartaz empunhado por uma mulher com o seguinte enunciado: “Feminicídio sim! Fomenicídio não!” (nesse caso, matar mulher pelo simples fato dela ser do gênero feminino pode; mas matar por fome não, justamente o que o governo do PT tentou combater com suas políticas de redistribuição de renda, principalmente, com o programa Bolsa Família, tão criticado pela classe média, alta e pela oposição). Outra contradição gritante exposta durante as manifestações foi o cartaz onde continha o enunciado de que “Sonegar é legítima defesa” (quando o alvo do protesto é o combate à corrupção e os petistas corruptos). O discurso por vezes não é coerente.

Para Messemberg (2017), as manifestações de 2015 trouxeram as ruas atores sociais que não era comum ver protestando contra o governo e suas políticas. Na sua visão, os conceitos de direita e esquerda são polissêmicos e não conseguem abarcar toda a complexidade da vida política na atualidade. Mas os indivíduos que foram a favor do impeachment foram posicionados no espectro à direita desse debate. Cita a ideia de Bobbio (1995), quando este afirma que esquerda e direita são razões e significados de uma distinção política, onde a esquerda prima a igualdade entre os homens, laicização do estado, os direitos dos trabalhadores, o antifascismo e uma maior identificação com as classes inferiores, enquanto a direita, prega a individualidade, a tradição, a intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual, idolatra o militarismo, o anticomunismo e uma maior identificação com as classes superiores da sociedade. E foi justamente os movimentos de direita que tiveram destaque nesse cenário político, expondo um conservadorismo a muito não visto no Brasil.

O conservantismo é antes de mais nada uma proposta de sociabilidade. [...] é uma combinação de práticas (de distinção, hierarquização, desprezo, humilhação, intolerância, agressão, profilaxia, segregação), de discursos espontâneos e discursos doutrinários abrangendo a esfera pública e a vida privada, de soluções políticas e econômicas mas também de restauração moral, de racionalizações e afetos, princípios e estereótipos, fantasmas e preconceitos girando em torno ou nascendo em raio de uma obsessão identitária, isto é, de uma necessidade sempre autorreferida de preservação à *outrance* de um “eu” ou um “nós” ameaçado [...] (PEIRUCCI, 1990, p. 10 apud MESSEMBERG, 2017, p. 623).

Para Céli Regina Pinto (2017, p. 123), “as manifestações de 2015 tenderam cada vez mais a se identificar com posições políticas de centro e de direita”, o que facilitou os conflitos com a outra vertente de pensamento ligada à esquerda. Os indivíduos que foram contra o impeachment, se diziam em defesa da democracia, contra o juiz Sérgio Moro, contra Eduardo Cunha e contra Michel Temer. Para esses atores, o impeachment se tratava de um golpe e se

configurava contra a legitimidade de uma presidenta eleita por voto direto e que não tinha cometido crime de responsabilidade. O golpe para esses indivíduos era contra os pobres e as políticas impulsionadas pelo governo do PT, desde Lula até Dilma, onde as possibilidades de ascensão social passaram a ser reais. Mas um detalhe interessante, é que apenas uma vez identificamos a palavra corrupção nessa vertente de manifestação, ou seja, para esses coletivos e indivíduos a eles filiados, a corrupção parece ser uma questão secundária ou simplesmente não faz parte de seus discursos quando se referiam ao governo de Dilma, apenas a seus adversários políticos como Cunha e Temer, como citado anteriormente, revelando contradições dentro do próprio discurso que defendem, já que o combate à corrupção facilitaria a existência de um sistema democrático mais eficaz e igualitário.



Figura 26: Discursos e enunciados expostos nas manifestações filiadas à controvérsia do #Não Vai Ter Golpe entre 2015 e 2016 no Brasil. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

As controvérsias que mais urgentemente devem ser superadas são aquelas que envolvem conflitos físicos, para que os atores voltem a conviver de forma harmônica na sociedade. E conflito foi o que não faltou, desde agressões físicas e verbais, até o envolvimento da polícia, na tentativa de conter os manifestantes (geralmente, quando se tratava das vertentes ligadas a #Não Vai Ter Golpe que sofria com as represálias policiais).

Quando houve embate e violência física entre os grupos, era fácil identificar a vertente política de cada ator, já que as cores demarcavam uma posição. Além disso, é possível perceber que foram situações que envolveram muito descontrole emocional, como é o caso do rapaz que tenta rasgar a bandeira do PT (vermelha) com os dentes, deixando as pessoas em volta, no mínimo desconfortáveis. As pessoas se permitiram sucumbir à violência e a intolerância como prática de legitimidade política e como complemento discursivo. Para Figueira (2017, p. 65), “cada formação discursiva estabelece uma perspectiva ideológica própria, um ponto de vista sobre o real, que enxerga e interpreta esse real de determinada maneira, ao mesmo tempo em que exclui outras maneiras de interpretar esse mesmo real”.



Figura 27: Mosaico de imagens que expressam conflitos físicos e simbólicos entre os indivíduos filiados às duas controvérsias analisadas: #Vem Pra Rua e a #Não Vai Ter Golpe entre 2015 e 2017 no Brasil. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

Segundo Figueira (2017), esse funcionamento ideológico e também discursivo só funciona porque os atores que o prolifera, exclui, reprime e rejeita toda visão de mundo e discurso que não sejam compatíveis com a sua. Nesses casos, o diálogo não funciona, cada grupo ou indivíduo tenta impor sua visão de mundo sem questionar ou querer saber sobre o

ponto de vista do outro. Michel Pêcheux (1997) refere-se a esse momento da formação discursiva como “um trabalho de dissimulação”, na medida em que apenas uma realidade é aceita em detrimento de todas as outras.

Tal trabalho de dissimulação é efetuado na mediada em que a formação discursiva cria-produz o efeito de evidência, segundo o qual o sujeito interpreta os sentidos e a realidade como óbvios (dentro de sua perspectiva) justamente porque, devido ao trabalho de dissimulação, o sujeito enxerga-compreende a sua perspectiva como a única perspectiva correta, verdadeira, possível (FIGUEIRA, 2017, p. 66).

Uma das maiores controvérsias encontradas durante os atos contra Dilma Rousseff e a favor do impeachment foi o uso das ruas por figuras públicas ligadas ao mundo político e que são considerados ou investigados por casos de corrupção, mas que foram as ruas com um discurso anticorrupção, exigindo ética e moral na política, demonstrando como a retórica em torno do combate a corrupção continua sendo utilizada como propaganda política e como oportunismo eleitoral. Entre os representantes públicos que se mostraram indignados com a corrupção e com o governo do PT estavam: Aécio Neves (PSDB) que ajudou articular o impeachment contra a presidenta ainda em 2014 (quando foi derrotado nas urnas); além de Geraldo Alckmin (PSDB), José Serra (PSDB), Romero Jucá (PMDB), Blairo Maggi (PMDB), Aloysio Nunes (PSDB), Cássio Cunha Lima (PSDB), Rodrigo Maia (DEM), Bruno Araújo (PSDB); José Carlos Aleluia (DEM), Jutahy Júnior (PSDB), Paulinho da Força (SD), Geddel Vieira Lima (que se encontra preso por corrupção); Antônio Anastasia (PSDB), entre outros.

Inclusive, muitos desses representantes públicos são investigados na Lava Jato, ou seja, fazem parte da lista do juiz do STF, Edson Fachin, respondendo a inquéritos por corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, enriquecimento ilícito, etc. Esses políticos aproveitaram o momento que o Brasil estava enfrentando para tentar se destacar entre os eleitores que eram contra a continuidade de Dilma no poder, sendo que alguns foram hostilizados pelos manifestantes, como foi o caso de Aécio Neves e Geraldo Alckmin, ambos do PSDB, quando em um desses atos foram vaiados nas ruas e se retiraram do local rapidamente, demonstrando como o oportunismo continuam fazendo parte das estratégias políticas e de marketing dos representantes públicos brasileiros e como o povo brasileiro não anda “engolindo” muito bem a classe política e os seus falsos discursos, em algumas situações, independentemente do partido.



Figura 28: Mosaico de imagem de políticos corruptos participando das manifestações filiadas a controvérsia do #Vem Pra Rua entre 2015 e 2016. **Fonte:** elaboração própria a partir das fontes originais citadas nas referências.

Para finalizar essa etapa da pesquisa, trouxemos um estudo de Ortellado e Ribeiro (2018), onde os autores argumentam que o Facebook e o Twitter são as redes mais procuradas pelos indivíduos como fontes primárias de notícias e informações, o que pode oferecer uma visão rica das opiniões e comportamento político de determinada nação. Afirma que 52% dos brasileiros urbanos utilizam o Facebook para consumir notícias diárias sobre política, por volta de 12 milhões de usuários. Os autores analisaram o comportamento desses usuários do Facebook quando estes interagem com páginas de notícias sobre política na plataforma. A intenção da pesquisa é traçar um mapa nacional de como a opinião dos brasileiros sobre política se modificou nos últimos três anos. Pra isso, eles captaram essa interação dos usuários com as páginas pertencentes a funcionários do governo, movimentos sociais ou organizações de defesa de direitos civis, a mídia, além de políticos da esquerda e direita.

Para os autores, em 2013 já existia uma tendência à polaridade entre o comportamento das pessoas online que acompanhavam as páginas no Facebook, tanto da direita quanto da esquerda, mas não era tão grande como em 2016. Em 2013, as pessoas circulavam entre as duas fronteiras, sendo que o movimento anticorrupção nas redes ganhou diversos adeptos até

se transformar na discussão entre o impeachment e o possível golpe em 2015. Na análise empreendida pelos autores, em março de 2016, praticamente não existia separação nas redes digitais entre sociedade e política no Brasil. Houve uma fusão de pensamentos, onde os movimentos anticorrupção e conservadores se filiaram a partidos e coletivos situados à direita da polaridade política, enquanto os movimentos sociais progressistas, ligados aos direitos humanos se fundiram aos partidos, políticos e pensadores da esquerda.

Os resultados desse experimento demonstram uma extrema polarização política em ação a partir de 2013 e que se intensifica em 2016, sendo que foi pesquisado o que esses 12 milhões de usuários brasileiros do Facebook curtiram ao longo de um mês. Os pesquisadores descobriram que em 2013, os usuários brasileiros do Facebook, podiam ser divididos em seis grupos com interesses políticos diversos, alinhados em dois eixos (esquerda e direita), de acordo com as páginas que visitavam, ou seja: [1-] políticos e partidos conservadores (azul); [2-] políticos e partidos de esquerda (vermelho); [3-] grupos anticrimes de linha dura (cinza); [4-] campanhas anticorrupção (amarelo); [5-] movimentos sociais progressistas (roxo); e [6-] direitos humanos e ambientalismo (verde).

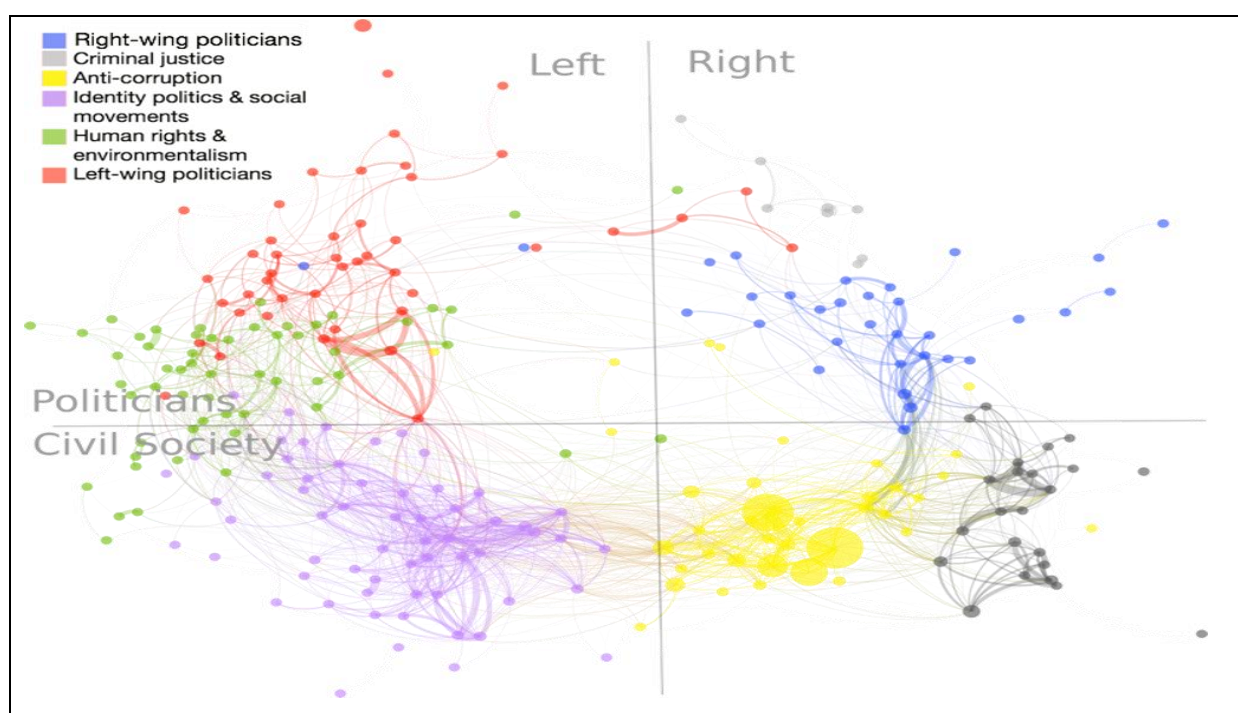


Gráfico 8: Polarização política nas redes sociais do Brasil em março 2013 via Facebook.

Fonte: <https://theconversation.com/mapping-brazils-political-polarization-online-96434>

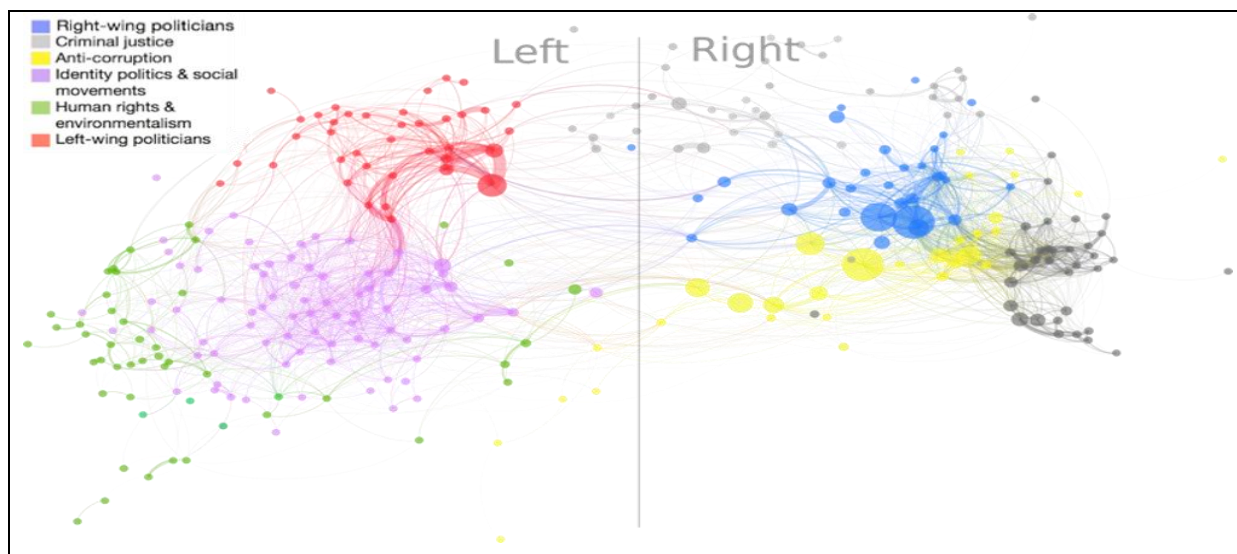


Gráfico 9: Polarização política nas redes sociais do Brasil em março 2014 via Facebook.

Fonte: <https://theconversation.com/mapping-brazils-political-polarization-online-96434>

Para Ortellado e Ribeiro (2018), entre 2014 e 2016, essa polaridade se endureceu e “o comportamento online de brasileiros interessados no ativismo anticorrupção e no combate ao crime tornou-se indistinguível do de pessoas interessadas em políticos e partidos de direita”, sendo que este movimento também foi sentido em relação aos brasileiros que se simpatizavam ou eram filiados a partidos de esquerda, pois os indivíduos que compactuavam com o pensamento de esquerda acabaram procurando se associar e curtir mais as páginas do Facebook ligados a políticos, artistas e pensadores de esquerda.

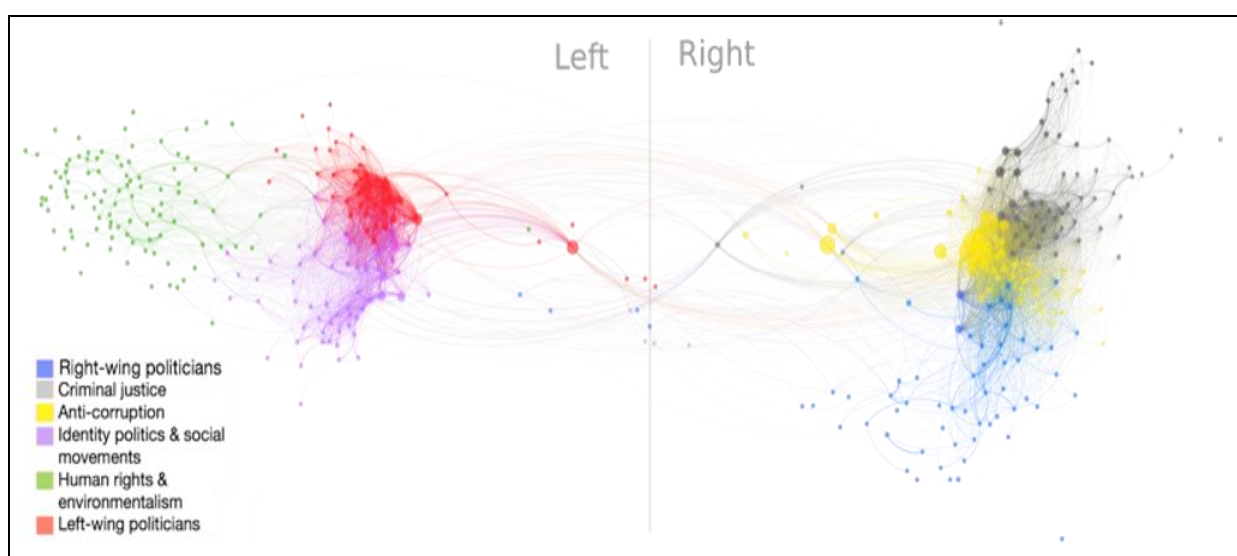


Gráfico 10: Polarização política no Brasil em março 2016 via Facebook. **Fonte:**

<https://theconversation.com/mapping-brazils-political-polarization-online-96434>

Na análise feita pelos autores é possível constatar que os usuários brasileiros do “Facebook se tornaram fortemente polarizados, usuários que antes compreendiam seis comunidades de interesses visivelmente distintas haviam se separado em apenas dois grupos, com muito pouca sobreposição: progressistas e conservadores”. Os autores afirmam que desde o impeachment, as pesquisas vêm demonstrando um maior acirramento dessas vertentes de pensamento social e político. E esse acirramento e polarização entre o discurso de quem é de direita ou de esquerda deve se intensificar ainda mais em 2018, devido à corrida eleitoral e principalmente, a disputa para o cargo de Presidente da República.

A internet com a lógica da rede distribuída se mostra como um espaço de luta de várias causas e públicos diferenciados. Está rodeada por muitas possibilidades democráticas que não vem sendo utilizada satisfatoriamente pelos governantes para fazer uma ponte com a sociedade e suas demandas. De acordo com Sérgio Amadeu da Silveira (2016, p.218), a reprodução de conteúdos na Internet ocorre a partir da “confiança, reputação e simpatia, independente da verdade dos conteúdos”. A internet por si só não incentiva a participação na política ou a igualdade, e na atualidade reforça ainda mais as diferenças, demarcando posições e visões de mundo. Para o autor, a direita soube utilizar melhor essa ferramenta, principalmente a cultura de *memes*, que podem ser vistos como os genes que propagam comportamentos, e fez isso de forma rápida, diferentemente da esquerda. Em sua leitura, essa cultura de *meme* trazem valores que penetram em uma subcultura e acabam pautando as disputas políticas e discursivas dentro da sociedade e nos espaços virtuais.

Assim que a problemática do impeachment de Dilma Rousseff é lançado nas redes no primeiro semestre de 2015, “as principais lideranças da direita nas redes conseguiam levar suas mensagens nas redes sociais para uma audiência em torno de 40 milhões de pessoas conectadas à Internet” (SILVEIRA, 2016, p.228). Dessa forma, o pensamento de direita se expandiu nas redes, sendo capaz de mobilizar o imaginário de pessoas que se guiam por dogmas religiosos, ideias de senso comum e pensam as diferenças sociais de maneira mais conservadora, buscando mudanças pautadas nesses valores e não na igualdade de direitos e diminuição das desigualdades como visa o projeto político da esquerda. Essas polaridades tendem a se acirrar ainda mais devido o processo eleitoral que se aproxima no país em outubro de 2018, trazendo consequências, disputas e discursos ainda imprevisíveis. Que a política no Brasil supere os obstáculos ideológicos, e que permita a ascensão positiva de todas as camadas sociais, diminuindo assim as desigualdades, a violência, os conflitos e a intolerância entre os indivíduos, entre as famílias, nos grupos sociais, entre os coletivos e suas distintas bandeiras de luta, nos partidos políticos, enfim, entre todos os brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguimos identificar 34 manifestações no Brasil no período analisado, ou seja, entre janeiro de 2015 a dezembro de 2017, e que circundava a nossa temática do discurso de combate à corrupção e as controvérsias que definimos nessa pesquisa a partir de dois slogans que circularam nas redes e nas ruas: a #Vem Pra Rua e a #Não Vai Ter Golpe. O gráfico abaixo mostra que o auge dos protestos, ou seja, o estado de erupção dessas controvérsias ocorreu no ano de 2016, período que tramitou no Congresso Nacional, o pedido e a aceitação do impeachment de Dilma Rousseff do PT. Segundo as nossas principais fontes de dados nessa etapa da pesquisa, ou seja, o Mapa elaborado pelo site G1 a partir de reportagens sobre essas manifestações e outros jornais, ocorreram 8 protestos contra Dilma (Pró-Impeachment); 9 protestos pró-Dilma (Contra o Impeachment); 11 protestos contra Temer (Fora Temer); 3 protestos contra as reformas (previdenciária, trabalhista, ensino médio, etc); 2 protestos pró-Lava Jato e apenas um protesto a favor do atual presidente Michel Temer (MDB).

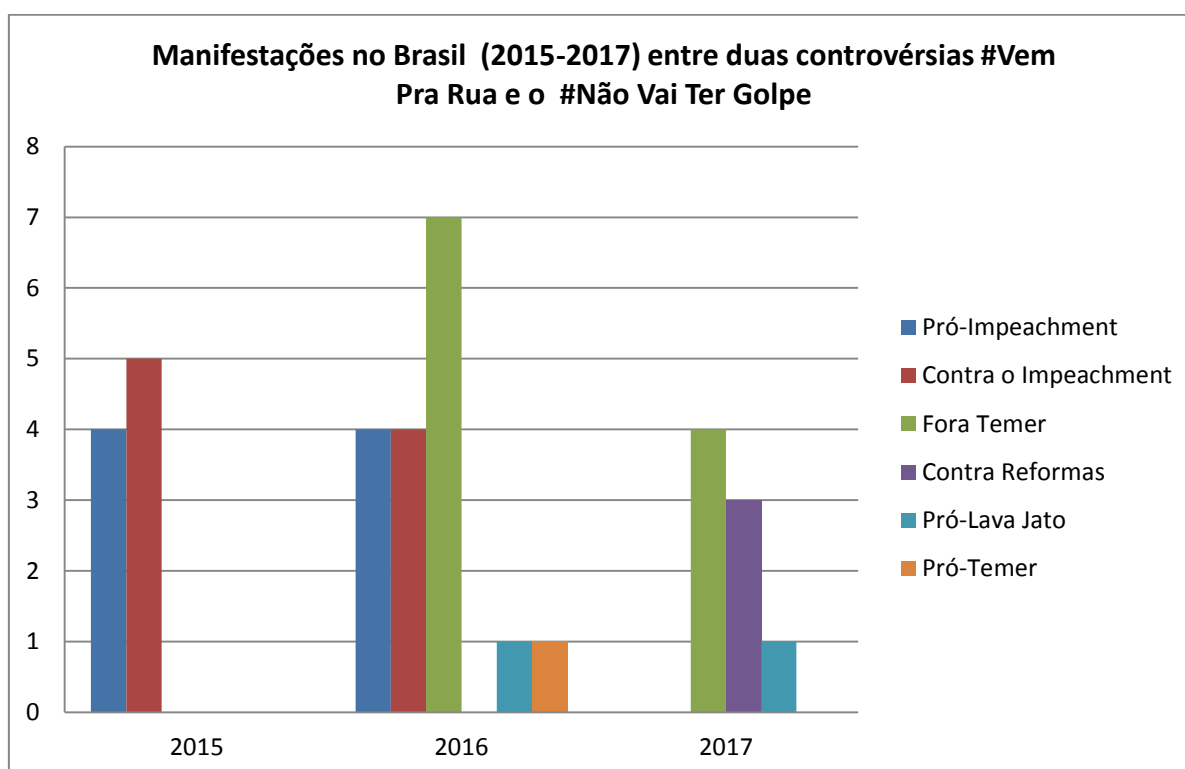


Gráfico 11: Manifestações no Brasil entre 2015 e 2017 em torno das controvérsias analisadas. **Fonte:** elaboração própria a partir dos dados coletados.

Recapitulando uma das nossas problemáticas de pesquisa, Di Felice (2017), nos informa que o net-ativismo recusaria uma ideia de hierarquia, abordando as controvérsias e os conflitos horizontalmente. Trata-se de movimentos transitórios, que se espalham no espaço virtual, de forma criativa, autônoma, pautada em informações e debates, sendo que a conflitualidade net-ativistas é algo muito comum na era tecnológica. Esse tipo de ativismo defende uma não centralidade da luta pelo poder, contendo experiências colaborativas sem a necessidade de partidos ou oposições a esses, procurando superar a dualidade desses conflitos, por exemplo, entre a esquerda e direita, recusando bandeiras ideológicas e líderes, valorizando o anonimato, com formas de participação sem centralização e personalismos. Nesse tipo de ativismo, pode existir também uma recusa de diálogo com as instituições, buscando a agregação de pessoas diversas e não somente de iguais.

Geralmente esses movimentos tendem a desaparecer, devido às suas características e falta de liderança e institucionalização. O net-ativismo defende a liberdade de acesso à informação e as redes, surgindo um novo tipo de ecologia de ação, não mais limitada ao humano, mas que se estende à tecnologia e as possibilidades por ela oferecidas. Em relação a uma das nossas problemáticas de pesquisa, se os coletivos que se filiaram a controvérsia da #Vem Pra Rua, a favor do impeachment e contra Dilma e os simpatizantes da controvérsia #Não Vai Ter Golpe podem ou não, ser considerados movimentos net-ativistas aos moldes de Di Felice (2012; 2013; 2017), concluímos que inicialmente, os coletivos MBL e MVPR (vinculados nessa pesquisa como representantes máximos da controvérsia #Vem Pra Rua), se caracterizaram como um movimento net-ativista como definiu o sociólogo italiano, já que a ecologia de suas ações se iniciaram nas redes digitais e, posteriormente, invadiram as ruas, sempre com o apoio de redes sociais como o Facebook, o Twitter, o Instagram e o Youtube.

A não linearidade das ações dos coletivos e indivíduos filiados a essa controvérsia foi outra característica preservada, já que não tinha uma lógica pré-determinada (pelo menos, não explicitamente, principalmente, quando esses coletivos se fundiam com a multidão), e também se apoiaram fortemente no uso das novas TICs para o sucesso de suas ações tanto nas redes como nas ruas. Trata-se de um curto período de tempo marcado pela ação e reação dos indivíduos aos fatos e aos acontecimentos de ambos os lados. Ainda como característica net-ativista, a ação desses coletivos estava pautada na recursividade ligada ao combate à corrupção, algo que parece ser desejável para todos que participavam dos protestos ligados ao slogan/controvérsia da #Vem Pra Rua, pelo menos em seus discursos, proliferados através de suas redes sociais e nos cartazes levantados pelos manifestantes durante os atos nas ruas e que

foram fotografados e divulgados na Internet e nas mídias, deixando rastros e posteriormente, virando arquivos.

Mas em relação às outras características que corrobora para que um movimento seja considerado net-ativista, ou seja, o anonimato da ação, a ausência de líderes e a recusa de institucionalização, o coletivo MVPR e principalmente, o MBL não se enquadram, já que ambos possuem liderança e em apenas dois de existência, o MBL já elegeu 7 vereadores e um deputado federal, que se filiaram a legendas políticas, permeados de ideologia partidária como o PSDB, o DEM, PSB e PV. Talvez sejam movimentos mistos, que se apropriaram, até que bem, das possibilidades contidas no modelo de ação net-ativista, mas que buscam alçar novos voos e chegar sim, a se constituir como uma instituição ou um partido que visa chegar ao poder, já que líderes dos coletivos que não adentraram ao cenário político nas eleições de 2016 prometem disputar cargos em 2018, como é o caso de Kim Katagiri (MBL) e Rogério Chequer (MVPR). O impeachment de Dilma Rousseff foi considerado uma das principais vitórias desses coletivos, e mais recentemente, a prisão do ex-presidente Lula (PT).

Quanto aos mais de 100 coletivos que se filiaram à bandeira da #Não Vai Ter Golpe, principalmente, a partir da Frente Povo Sem Medo (que inicialmente, lutava contra as políticas de austeridade de Dilma) e a Frente Brasil Popular (que possui militantes do PT, PC do B, PSOL, movimentos estudantis, CUT, que participa das duas frentes, etc), se caracterizam mais como os movimentos sociais tradicionais, como explorados por Gohn (2017) e em seus discursos defendem que vieram somar uma luta maior pela democracia e contra um possível golpe parlamentar que estava sendo engendrado contra uma governante eleita pelo voto popular do que como movimentos net-ativistas aos moldes de Di Felice (2013). Não surgiram especificamente para combater a corrupção ou para manter o governo de Dilma Rousseff; já possuíam suas bandeiras de luta originais (o negro, as mulheres, os homossexuais, os trabalhadores, os estudantes, os pobres, os trabalhadores sem tetos, etc.).

Esses coletivos filiados a essas duas frentes e outras tantas bandeiras de lutas consideradas minorias formaram uma rede, atuando tanto no mundo virtual como nas ruas, se juntaram e divulgaram o slogan, a hashtag e a controvérsia da #Não Vai Ter Golpe, por acreditar que estariam assim defendendo o sistema democrático de governo e os direitos conquistados, principalmente, daqueles sujeitos mais pobres, que só tiveram “voz e vez” durante a gestão petista, quando aproveitaram os avanços que suas políticas econômicas e sociais trouxeram para o país, mas que podem estar “ameaçados” dependendo da classe

política que assumir o poder, como já estamos percebendo com o governo de Michel Temer (MDB) e suas diversas reformas sem muito estudo e aprofundamento, feito às pressas.

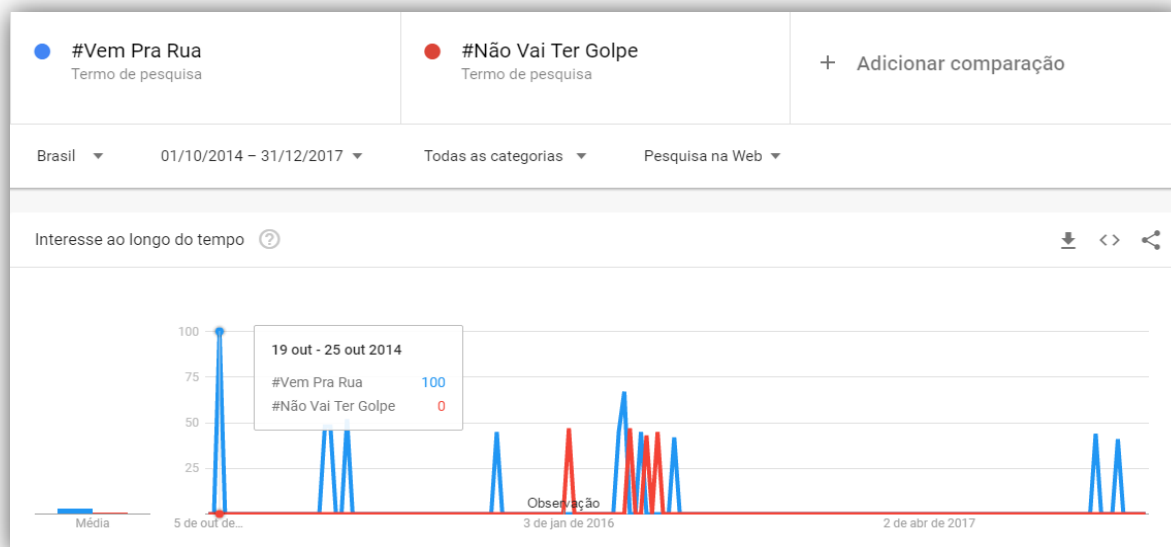


Gráfico 12: Busca pelos termos #Vem Pra Rua e # Não Vai Ter Golpe na Web em todas as categorias entre outubro de 2014 e dezembro de 2017. **Fonte:** elaboração própria no Google Trends.

A #Vem Pra Rua ressurgiu como uma controvérsia pública em torno do combate à corrupção e a favor do impeachment de Dilma Rousseff em meados de outubro de 2014, durante o pleito eleitoral de segundo turno, desaparecendo até fevereiro de 2015, quando apresenta novos picos de busca na rede até abril do mesmo ano, com nova estagnação até outubro de 2015, ressurgindo na rede em março de 2016, quando a problemática do impeachment se encontra em seu estado de erupção. Desaparecendo das redes entre maio de 2016 a outubro de 2017, quando tem novos picos de busca até novembro de 2017. Já a #Não Vai Ter Golpe aparece nas redes muito timidamente em março de 2015, com picos de busca em dezembro de 2015, sendo que só em 2016, se torna de fato uma controvérsia pública, tendo seu auge de interesses entre março e abril de 2016 (quando o processo de impeachment tramitou na Câmara e Dilma foi afastada temporariamente), reaparecendo em agosto do mesmo ano e desaparecendo das redes e das ruas a partir de então, quando a presidenta é afastada definitivamente, através da aceitação do impeachment.

Os coletivos que divulgaram a #Não Vai Ter Golpe, deixa de se apropriar dessa controvérsia no mesmo ano que ela surgiu, já que foram “derrotados” durante o processo legal. Após o processo de impeachment essa problemática foi esquecida ou modificada, sendo que esses coletivos e

as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, acabaram “aceitando” as consequências do “golpe” e passaram a somar os protestos contra o governo Temer e as reformas encabeçadas em seu governo (lembrando que as manifestações populares contra Temer foram as mais violentas e repressoras por parte do estado), transformando Brasília em um palco de guerra e violência, sendo que ao povo foi cerceado o direito às ruas, inclusive, o presidente decretou o uso das forças armadas, medida logo revogada, devido à sequência de críticas sofridas por vários setores da sociedade. Foram dois anos bastante atípicos na história política e coletiva do Brasil e que deixou a sociedade completamente dividida ideologicamente.



Figura 29: Mosaico de imagens das manifestações Fora Temer do dia 24 de maio de 2017.

Fonte: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/24/album/1495634761_953425.html#foto_gal_1

Os coletivos considerados de esquerda agiram contra o possível golpe parlamentar e a favor do mandato de Dilma Rousseff, gritaram Fora Temer, lutaram contra as reformas (trabalhista, previdenciária, ajustes fiscais), e agora, lutam pela liberdade do ex-presidente Lula, por considera-lo inocente e injustiçado pela Lava Jato. As bandeiras de luta desses movimentos continuam sendo mais “criminalizados e inferiorizados” pela mídia brasileira e pelos indivíduos da direita, que não conseguem reconhecer os avanços alcançados pelo governo petista, só a “corrupção e o comunismo” a eles associados. O discurso anticorrupção,

alimentado por uma “direita eufórica” que exigia ética na política, praticamente desapareceu das ruas, junto com os seus uniformes verde e amarelo. Mas os escândalos de corrupção, a Lava Jato e outros tantos absurdos na política continua presente na vida cotidiana do brasileiro, que sofre as consequências da má gestão e falta de investimento em áreas básicas como educação e saúde, por exemplo.

O atual presidente Michel Temer (MDB) foi o único presidente denunciado por crime de corrupção durante o exercício do cargo (por duas vezes), mas a mesma Câmara que cassou o mandato de Dilma Rousseff não permitiu que a investigação tivesse prosseguimento contra Michel Temer. Muitos áudios vazaram desde então, com conteúdos escusos envolvendo políticos de diversos partidos como o próprio presidente, além de Aécio Neves, Romero Jucá (o mais emblemático e profético dos áudios), mas nada foi feito na justiça contra eles, o que reforça a tese da defesa do PT e do ex-presidente Lula de que a justiça, o STF e as instituições políticas são extremamente seletivos quando se trata de corrupção e de corruptos. Acrescentamos também, a seletividade da sociedade brasileira em relação a esses crimes e criminosos, sendo que só enxergam a corrupção praticada pelo o outro lado, como se a ideologia e o projeto político que ambos os lados defendem não fosse passível de corrupção e de falhas de gestão ou ainda de autocrítica, representando uma batalha discursiva que não elimina de fato os crimes e as consequências negativas da corrupção.

A operação Lava Jato foi desde seu começo uma caça aos petistas e a seu líder maior, como forma de garantir e assegurar a mesma distância social em relação aos pobres que não os torne tão ameaçadores como eles haviam se tornando com Lula. O maior perigo representado pelos pobres foi quando eles começaram a poder entrar para a universidade pública, reduto dos privilégios da classe média, pois durante a administração do PT aumentou de 3 para 8 milhões o número de matriculados. Se não fosse essa a razão, o que faria os “camisas amarelas” – versão nacional dos “camisa negra” de Mussolini – ficarem em casa quietinhos, agora, em meados de 2017, quando a corrupção real mostra sua pior face? Se fosse a corrupção o que indignasse esse povo, o painelço deveria ser ensurdecido agora, não concorda eleitor? Onde estão os “camisas amarelas”? É a seletividade da corrupção não só apenas no Estado, mas apenas dos partidos de esquerda que querem diminuir a distância entre as classes sociais, o que verdadeiramente move e comove nossos “camisas amarelas”. (SOUZA, 2017, p. 185).

Segundo Jessé Souza (2017, p. 217), a rede Globo de televisão compactuou com o impeachment (o autor chama de golpe) contra a presidenta, no intuito de impedir a continuidade de “um processo de ascensão social dos pobres que era real”. Para Souza, nesses dois anos pós-impeachment, a sociedade brasileira empobreceu juntos, menos a elite dos endinheirados, o judiciário e os políticos. A mídia inclinou-se a chamar os manifestantes de

direita de os provedores de uma festa democrática, enquanto os da esquerda corresponderiam aos militantes profissionais, de esquerda. O tema da corrupção foi apropriado pela mídia de forma contraditória, evidenciando alguns casos quando se tratava do PT e da esquerda e blindando a importância quando se tratavam de outros partidos mais chegados da direita, como o PSDB, por exemplo. Não podemos nos esquecer, que uma rede antipetista começa a se tecer ainda em 2013 e uma clara divisão discursiva entre o bem e o mal na política corroborou para infantilizar o debate sobre o combate a corrupção no Brasil.

Ao se “fulanizar” a corrupção, nunca se atinge o objetivo de seu real combate, mas apenas consegue-se derrotar o inimigo de classe. Como o combate à desigualdade é um valor universal, que não se pode atacar em público sem causar forte reação, tem-se que combater essa bandeira inatacável com outra bandeira inatacável. No Brasil, o suposto combate à corrupção sempre foi essa muleta usada de modo manipulador e falso. Como no caso recente do golpe de abril de 2016, desde que se elimine o inimigo político tudo voltará a ser como antes, sem qualquer debate real e sem nenhuma mudança estrutural. Não interessa sequer aos devotados moralistas de ocasião qualquer mudança efetiva. [...] quer seja mecanismo consciente e cínico, quer seja pura ingenuidade de alguns manipulados, o resultado é o mesmo: a “fulanização” da corrupção só serve à sua continuidade. (SOUZA, 2016, p. 112).

Para Souza (2016), o impeachment foi apressado e mal organizado, sendo uma articulação da mídia, com um parlamento reacionário e uma casta jurídica que munuiu o golpe e o finalizou, gerando diversas consequências negativas para o país, já que o grupo político que assume o poder continua perpetuando as práticas corruptas e os crimes de responsabilidade pela qual Dilma e o PT estavam sendo condenados. Em sua visão, a democracia sofre um abalo e a Constituição do país passa a ser interpretada com elasticidade, a partir de interesses particulares. A classe média que saiu às ruas contra o governo petista, acabou legitimando o impeachment, já que foi a base social que apoiava a mudança de governo e de política. De acordo com Souza (2016, p. 135), o impeachment “foi um golpe, e um golpe torpe, pelas piores e mais mesquinhas razões desse mundo. E todos sabem”. É como se a sociedade acordasse inebriada por uma grande ressaca que tem muito a nos ensinar enquanto indivíduo e também coletivo.

Podemos dizer que após o impeachment de Dilma Rousseff, a controvérsia em torno da corrupção se estabilizou novamente em uma caixa-preta¹⁴, e as controvérsias que se

¹⁴ Caixa-preta é a estabilização (uma organização, um artefato, uma lei, um conceito) e a resolução de um problema. Após a resolução da controvérsia, tudo se estabiliza, passa para um fundo e desaparece, até o momento em que novos problemas apareçam e a rede se torne mais uma vez visível. Para Callon (1986, 1987, 1991), traduzir gera comprometimento dos actantes perante determinado ato, que pode ser individual ou coletivo.

apoiaram nos slogans #Vem Pra Rua e #Não Vai Ter Golpe, praticamente desapareceram das redes e das ruas, além de não fazer mais parte dos discursos dos coletivos que se filiaram a essas controvérsias no Brasil. É como se todas as reivindicações feitas tivessem sido atendidas e o problema estrutural da corrupção no país acabado. Mas na prática, sabemos que nada realmente mudou; o que reforça a tese do golpe, já que a única preocupação daqueles coletivos e indivíduos que se filiaram a controvérsia #Vem Pra Rua eram destituir uma presidenta eleita e mandar o ex-presidente Lula para a cadeia (ambos os desejos se realizaram), abandonando a pauta das ruas contra a corrupção no país, se concentrando em questões superficiais entre direita e a esquerda política no país.

Nesse sentido, os coletivos que se filiaram a ambas as controvérsias estudadas não são net-ativistas em essência, como frisamos anteriormente, se apropriaram de algumas características desse tipo de ação, mas não se desvinculou totalmente da institucionalização, da figura de líderes, ideologia e busca pelo poder. Para Stangl (2016), as controvérsias simplesmente surgem e não podemos evitá-la, resta aos indivíduos aprender a conviver com elas. Por enquanto, os conflitos simbólicos e físicos tão recorrentes entre 2015 e 2016, mais especificamente, pararam de ocorrer nas ruas e passaram a se protagonizar apenas nas redes sociais, principalmente, no Twitter e Facebook, mas com menor intensidade.

Para o Brasil, restou um cenário político incerto, cheio de retrocessos políticos colocados em prática durante a gestão de Michel Temer (MDB), que aprovou a Proposta de Ementa Constitucional 55 (PEC), conhecida como a PEC do Fim do Mundo, já que instituiu um teto de gastos para os próximos 20 anos, congelando investimentos públicos, realidade que já se reflete nos recursos destinados pelo governo federal para as universidades públicas, a saúde, educação, infraestrutura, transporte, etc. Além das várias privatizações realizadas durante a sua gestão (a preços baixos), existe também um agravamento visível da desigualdade social e da violência, com os seus 13 milhões de desempregados (IBGE, 2018).

Em relação aos corruptos e a Lava Jato, quase nada foi feito quando o criminoso era político, a não ser que este seja ligado ao PT, já que o processo contra Lula foi um dos mais rápidos julgados pela Corte, se comparado a outros casos de políticos que possuem processos sobre corrupção, quando não são absolvidos por falta de provas. Mais uma vez, teremos a oportunidade de combater a corrupção nas urnas, mas sabemos que é uma tarefa quase

O engajamento dos actantes gera “pontualização”; surgimento de uma entidade ou evento. É essa ação que gera as caixas-pretas, entidades criadas quando os diversos elementos de um processo agem como se fossem um só e, podemos dizer, “desaparecem”. Para Latour as caixas-pretas “cannot be easily disassociated, disconnected, or dismantled, renegotiated or re-appropriated” (LATOUR, 1987, p. 131). Elas são, portanto, intermediaries, transportam sem modificar até que algo aconteça e novos eventos possam emergir. Toda associação tende a virar uma caixa-preta, a se estabilizar e cessar a controvérsia. (apud LEMOS, 2013, p. 55-56).

impossível se os mesmos políticos continuarem se perpetuando no poder. Pesquisas apontam um alto índice de rejeição do cidadão comum frente aos presidenciáveis e aos políticos, que no primeiro turno das eleições de 2018, são 13 candidatos para o cargo do Executivo.

A 136ª Pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT, 2018) entre os dias 9 e 12 de maio registrado no TSE, aborda o tema das eleições de 2018, e as preferências eleitorais e as rejeições. Foram ouvidas 2.002 pessoas em 137 municípios de 25 unidades federativas das cinco regiões do país, sendo à margem de erros de 2,2 percentuais e 95% de confiança, onde a avaliação do desempenho pessoal do presidente Temer chega a 82,5% de desaprovação. Na intenção de votos espontânea para presidente 2018, Lula receberia 18,6% dos votos, seguidos de Jair Bolsonaro com 12,4% e Ciro Gomes (1,7%). Mas na pergunta estimulada, os resultados se altera um pouco, Lula (32,4%), Bolsonaro (16,7%) e Marina Silva (7,6%), respectivamente. Ainda não é possível prever quem terá vantagens nessa corrida eleitoral e nem como as pessoas se comportarão nas ruas e nas redes a partir dessa nova controvérsia que surge após tanta movimentação na sociedade brasileira, ou seja, as eleições majoritárias e proporcionais.



Figura 30: Charge que representa as manifestações entre 2015 e 2017 no Brasil. **Fonte:** Internet.

A nova corrida eleitoral ocorre quatro anos após o início dos fatos que desencadearam essa pesquisa, ou seja, o ano de 2014 e suas várias demandas: Lava Jato, Copa do Mundo,

reeleição de Dilma Rousseff e a insatisfação popular com a corrupção. Percebemos que os coletivos que se filiaram a controvérsia da #Vem Pra Rua, foram os que tiveram as suas demandas atendidas, apesar do discurso anticorrupção ter ficado como preocupação secundária e até inexistente a partir do direcionamento da insatisfação desse grupo com o governo de Dilma Rousseff e sua obstinação na aprovação do impeachment, e também na prisão de Lula. A corrupção que moveu milhares de pessoas rumo às ruas continua sendo tolerada, já que após o impeachment, o atual presidente e sua equipe já foram alvos de diversas investigações sobre casos de corrupção, mas nesses casos, essas vertentes de movimentos ou coletivos sociais se omitiram e não saíram às ruas (pelo menos não constantemente e enfaticamente como fizeram nas manifestações contra Dilma).

Essa pesquisa nos permitiu compreender um jogo de poder criado na rede, em um formato próximo ao net-ativismo, já que saiu das redes e tomou as ruas com bastante intensidade, mas que não se configurou totalmente nesse modelo de ativismo, devido os coletivos institucionalizados que se juntaram as essas controvérsias e as dinâmicas que empreenderam nas ruas durante e após as manifestações. Como percebemos ao longo dessa trajetória, pesquisar o ativismo online é muito dificultoso, pois se trata de ações e discursos que se retroalimentam continuamente, gerando uma cascata de dados e desdobramentos difíceis de mapear, por isso, os softwares de rede, vem facilitando esse tipo de pesquisa, apesar de ainda ter suas limitações metodológicas. A pesquisa ampliou também a nossa compreensão sobre o tema, compondo um campo profícuo de estudos na Sociologia, com a utilização de ferramentas totalmente disponíveis na rede. Também conseguiu responder satisfatoriamente os objetivos propostos, nos fazendo vislumbrar novos desdobramentos de estudos a partir dos elementos encontrados.

Agora, o que nos resta é torcer para que os brasileiros façam uma boa escolha nas urnas e o país saia das trevas que o impeachment e a morosidade do Congresso deixaram como resultado, fruto também, da má gestão e da corrupção que perpassaram todos os governos democráticos, desde 1988 até a atualidade. Esse cenário de conflito, embates discursivos e disputas em torno do Impeachment ou do Golpe representou apenas a ponta de lança que carregará o Brasil nos próximos anos, cujas consequências políticas e sociais para a sociedade, só o futuro poderá nos mostrar.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. MAQUIAVEL. In: **Corrupção: ensaios e críticas**/ Leonardo Avritzer ... [et al.], (org.). 2º ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 31-38.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>. Acesso em: 31 de nov. 2017.

AMARAL, Marina. A nova roupa da esquerda, **CARTA CAPITAL**, publicado em 25/06/2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-roupa-da-direita-4795.html>. Acesso em: 14 de jun. 2018.

_____. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. André Singer [et. al]; organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto; - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016, p. 49 – 54.

ARISTÓTELES. **A POLÍTICA**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_aristoteles_a_politica.pdf. Acesso em: 14 de jan. 2017.

AS MANIFESTAÇÕES contra Dilma Rousseff deste domingo, em imagens. **EL PAÍS**, 16 de dezembro de 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/13/album/1450025294_721843.html#foto_gal_3. Acesso em: 13 de nov. 2017.

AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando. APRESENTAÇÃO. In: **CORRUPÇÃO E SISTEMA POLÍTICO NO BRASIL**. Organizadores: Leonardo Avritzer, Fernando Filgueiras. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 9-14.

BASTO, Marlene da Silva. O estímulo à educação cidadã como fator primordial de prevenção e combate à corrupção. I Concurso de Artigos Científicos da ASBAN e do FOCCO/GO. Tema: Meios e oportunidades de combate à corrupção e à improbidade administrativa. 2011, p.1 -21. Disponível em: <http://www.prgo.mpf.mp.br/foccoantigo/artigos/MARLENE-DA-SILVA-BASTO.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015.

BATISTA, Liz. Cronologia: protestos 2015 a 2016. **Estadão**. São Paulo, 11 de mar. 2016. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm>. Acesso em: 13 de set. 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. CORRUPÇÃO. In **Dicionário de Política**; tradução Carmen C. Varriale. 1º ed, v.1, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p.291 -293.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei nº1.079, de 10 de abril de 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei, 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0201.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei nº7.492, de 16 de junho de 1986. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7492-16-junho-1986-367988-norma-pl.html>. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8137.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.840, de 28 de setembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9840.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei 12.683, de 9 de julho de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei 12.813, de 16 de maio de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12813.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

BRASIL. Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm. Acesso em: 19 de ago. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**, Rio de Janeiro, 3º ed., Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf. Acessado em: 29 de Jan. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. Passado, Presente e Futuro da Corrupção Brasileira. In: **Corrupção: ensaios e críticas**/ Leonardo Avritzer ... [et al.], (org.). 2º ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.200-205.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**; tradução Carlos Alberto Medeiros. – 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Suzana Jordão. Vem Pra Rua: um estudo sobre ressignificação. Texto Livre. **Linguagem e Tecnologia**, ano 16, volume 9, nº 1, p. 1-15. Disponível em: [file:///C:/Users/Admin/Downloads/9297-31369-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/9297-31369-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 31 de out. 2017.

CONTROVÉRSIA. 2018. <https://www.dicio.com.br/controversia/>. Acesso em: 17 de mai. 2108.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **MIL PLATÔS: Capitalismo e Esquizofrenia**, vol. 1; tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1995.

DI FELICE, Massimo. **NET-ATIVISMO: Da ação social para o ato conectivo**. 1º ed. – São Paulo: Paulus Editora, 2017. Coleção Comunicação.

_____. Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. **Revista FAMECOS, mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 27-45, jan/abr, 2012,. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/11339>. Acesso em: 13 de jun. 2018.

_____. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **Revista Matrizes**, ano 7, n. 2, São Paulo, jul/dez. p. 49-71, 2013b. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/69406-91866-1-PB.pdf>. Acesso em: 29 de ago.2017.

_____.Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7 de setembro, p.1-15, 2013a. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1960-1.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2017.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schroter. Tradução Vera Ribeiro. Zahar: Rio de Janeiro, 1994.

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões. Formação discursiva, ideologia e problemática teórica. In: **Discursividades contemporâneas: política, corpo e diálogo**. Antônio Fernandes Júnior; Grenissa Bonvino Stafuzza (organizadores). – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. A corrupção no Brasil Colônia. In: **Corrupção: ensaios e críticas**/ Leonardo Avritzer ... [et al.], (org.). 2º ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, 174-182.

FILGUEIRAS, Fernando. A Teoria Política da Corrupção. I Simpósio USP/IUPERJ de Pós-Graduação em Teoria Política. Juiz de Fora, set. 2013. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/TPC.pdf>. Acesso em: 16 de mar. 2017.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2º ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. Insurreições como práticas discursivas na política do presente. In: RAGO, Margareth; GALLO (Orgs.). **Michel Foucault e as insurreições. É inútil revoltar-se?** São Paulo: CNPQ, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.

FONTOURA, Joana; SOARES, Aline. Transparência Internacional. In: **Corrupção: ensaios e críticas**/ Leonardo Avritzer ... [et al.], (org.). 2º ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.413-422.

FOUCAULT, Michel. O Espírito de um Mundo sem Espírito. In: MOTTA, Manoel de Barros (Org.). **Michel Foucault/Repensar a Política**; Trad. Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (Ditos e Escritos; VI).

GOHN, Maria da Glória. 500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, nº 1, p. 11-40, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>. Acesso em: 09 de mai. 2018.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n. 47, p. 333-361, mai./ago, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 12 de jun. 2018.

_____. Protestos nas Ruas de São Paulo: de Junho de 2013 ao Pós Impeachment de 2016 – correntes e contracorrentes. GT34-Urbanidades possíveis nos múltiplos usos da rua. Anais 41º Encontro Anual da ANPOCs. Caxambu, p.1-13, 2017. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt34-8/10922-protestos-nas-ruas-de-sao-paulo-de-junho-de-2013-ao-pos-impeachment-de-2016-correntes-e-contracorrentes/file>. Acesso em: 14 de nov. 2017.

IMAGENS constrangedoras das manifestações de domingo. **Pragmatismo Político**, 15 de mar. 2015. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/imagens-constrangedoras-das-manifestacoes-de-domingo.html>. Acesso em: 18 de jun. 2018.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas. Teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

MACIEL, Felipe Guatimosim. O controle da corrupção no Brasil. I Concurso de Monografias e redações da Controladoria Geral da União – CGU. Porto Alegre –RS, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Felipe_Maciel/publication/236848633_O_Controle_da_Corruptao_no_Brasil/links/0c960519631fbdaa8e000000/O-Controle-da-Corruptao-no-Brasil.pdf. Acesso em: 12 de março de 2017.

MALINI, Fábio Luiz; REIS, Nelson Aloysio. A hashtag #NãoVaiTerGolpe à luz do método perspectivista de ARS. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIX Congresso Brasileiro de Comunicação – São Paulo – SP – 05 a 09/09/2016, p. 1-15. Disponível em: <http://www.labic.net/publicacao/a-hashtag-naovaitergolpe-a-luz-do-metodo-perspectivista-de-ars/>. Acesso em: 27 de jun. 2018.

MANIFESTAÇÕES contra o impeachment pelo país; FOTOS. **G1** Política, 17 de abril de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/fotos/2016/04/manifestacoes-contr-o-impeachment-pelo-pais-fotos.html#F2008223>. Acesso em: 19 de jun. 2017.

MAPA das manifestações no Brasil. **G1**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/todos/>. Acesso em: 13 de set. 2017. Acesso em: 19 de jun. 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Abril Cultural, 1992.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. Brasília: Editora UNB, 1995.

MELLUCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, v. 19, nº 22, 1980.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto. Gráficos mostram polarização política nas redes sociais no Brasil. *Revista Galileu*, 10 de ago. 2018. Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/08/graficos-mostram-polarizacao-politica-nas-redes-sociais-no-brasil.html>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

Os 13 NOMES da lista de Fachin que foram às ruas “contra a corrupção”. **Pragmatismo Político**, 13 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/os-13-nomes-da-lista-de-fachin-que-foram-ruas-contracorrupcao.html>. Acesso em: 21 de jul. 2018.

O DIA histórico da votação do impeachment, em imagens. **EL PAÍS**, 18 de abril de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/17/album/1460917530_590996.html#foto_gal_1. Acesso em: 24 de jul. 2018.

POLÍBIOS. **História**. Brasília: Editora UnB, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, Adolpho; MANHANELLI, Carlos. Os slogans diante da história da propaganda política nas eleições presidenciais no Brasil. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009, p. 1-13. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0911-2.pdf>. Acesso em 04 de jun. 2018.

RENOVAÇÃO LIBERAL: a associação familiar para onde vai o dinheiro do MBL. **EL PAÍS BRASIL**, https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642_201383.html. Acesso em: 13 de jun. 2018.

RIBEIRO, Flávia Regina Guedes. Controvérsias como práticas discursivas: uma abordagem retórica. **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 23, nº 3, p. 557-578, Set./Dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000300008. Acesso em: 26. Jan.2017.

SCHNEIDER, Aaron. Banco Mundial. In: **Corrupção: ensaios e críticas**/ Leonardo Avritzer ... [et al.], (org.). 2º ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 428 – 441.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. Edições Loyola Jesuítas. 6ª edição, 2014.

_____. Metodologia de redes do estudo das ações coletivas e movimentos sociais. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., 1995, Brasília. Anais... Brasília: ANPUR, 1995, p.1045-1052. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1662>. Acesso 01 de nov. 2017.

SOBREIRA, Rodrigo Oliveira. Anonimato, redes e política: uma cartografia do ativismo cypherpunk no Brasil. Goiânia, 2015. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Goiás.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: Direita, volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Codas (organizadores). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Direita-volver-Final.pdf>. Acesso em 15 de jul. de 2018.

SOUZA, Jessé. WEBER. In: **Corrupção: ensaios e críticas**/ Leonardo Avritzer ... [et al.], (org.). 2º ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 68-76.

_____. **A radiografia do golpe: entenda como e porque você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

_____. **A elite do atraso: da escravidão a Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Kátia Menezes. Das condições de possibilidade dos discursos em Michel Foucault: uma breve análise do presente. In: **Discursividades Contemporâneas: política, corpo e diálogo**. Antônio Fernandes Júnior; Grenissa Bonvinoo Stafuzza (organizadores). – Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017.

STANGL, Andre Figueiredo. Estratégias para uma Cartografia de Controvérsias “Culturais”: o caso dos rolezinhos nos jornais e redes digitais. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 18 (2), p. 180-193, maio/agosto de 2016. Disponível: [file:///C:/Users/Admin/Downloads/10604-42941-1-PB%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/10604-42941-1-PB%20(5).pdf). Acesso em: 13 de maio de 2018.

TOCQUEVILLE, Alexis de, 1805-1859. **A democracia na América: leis e costumes**; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 3º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma : how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science** XX, p. 1-16, 2009. Disponível em : <http://www.tommasoventurini.it/wp/wp-content/uploads/2011/08/DivingInMagma.pdf>. Acesso em: 14 de out. 2017.

WEBER, Max, 1864-1920. **Ciência e política: duas vocações**; prefácio Manoel T. Berlinck; tradução Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18º ed. – São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2000.

Softwares e sites utilizados na pesquisa:

<https://www.estadao.com.br/>

www.facebook.com

<http://www.frentebrasilpopular.org.br/>

<https://g1.globo.com/>

<https://www.instagram.com/>

<https://www.jasondavies.com/wordcloud/>

<https://mbl.org.br/>

<https://www.mindmeister.com/1130218601>

<https://www.mindmeister.com/1130307373>

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/>

<https://trends.google.com.br/trends/?geo=BR>

<https://twitter.com/>

<https://www.vemprarua.net/>

<https://www.youtube.com/>